

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Márlon Luiz de Almeida

**REFLEXOS DE UMA CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA
NOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE (GO)**

Taubaté – SP
2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Márlon Luiz de Almeida

**REFLEXOS DE UMA CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA
NOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DO
MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE (GO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva.

Taubaté – SP
2014

MÁRLON LUIZ DE ALMEIDA

**REFLEXOS DE UMA CONCENTRAÇÃO PRODUTIVA NOS INDICADORES DE
DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BURITI ALEGRE (GO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Data: 08/agosto/2014.

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Eloísa de Moura Lopes

FATEC Pindamonhangaba

Assinatura _____

Prof^a. Dr^a Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a. Dr^a. Elvira Ap. Simões de Araújo (suplente)

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

À minha esposa, Raquel.
Às minhas filhas, Maria Carolina e Ana Isabel.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido de Oliveira, Coordenador Geral do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UNITAU, por possibilitar que o mestrado chegasse até aos confins de Goiás.

Aos professores do Programa de Mestrado da UNITAU, por terem sido muito mais do que educadores. Em especial ao meu orientador, Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva.

À Fundação de Ensino Superior de Goiatuba (FESG), pela bolsa de estudos que custeou o curso de mestrado.

Aos colegas de turma, pelo companheirismo que hoje me permite considerá-los amigos.

A todas as pessoas da minha família, que compreenderam a minha ausência nos dois anos de dedicação ao mestrado, incentivando-me a nunca desistir.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria.

SEN, Amartya (2010, pp. 16 e 17)

RESUMO

Quando se fala em desenvolvimento deve-se pensar não só em crescimento econômico, mas também nas questões sociais e nos indicadores que refletem o bem-estar da população e informam, mesmo que de forma quantitativa, inicialmente, o índice de qualidade de vida. Diante disso, o presente estudo buscou investigar se os reflexos de uma concentração produtiva nos indicadores de desenvolvimento no município de Buriti Alegre (GO), ocorrida no ano 2006, apontam alavancagem nos aspectos socioeconômicos em um patamar que indique se houve desenvolvimento local. O objetivo foi verificar se os reflexos da implantação dessa concentração produtiva nos indicadores de desenvolvimento em um pequeno Município, que gerou emprego e renda, foi suficiente para a melhoria dos indicadores socioeconômicos, evidenciando uma alavancagem que se reflete no desenvolvimento local. O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e qualitativa, com tratamento dos resultados feito pela análise documental, mediante a comparação dos dados coletados do período anterior à instalação da concentração produtiva (2000 a 2006) com os do período posterior à implantação (2006 a 2010). Os resultados encontrados demonstram que ocorreu desenvolvimento local, dada a melhoria da qualidade de vida da população de Buriti Alegre (GO), principalmente no que tange ao aumento do número de empregos e renda, redução do número de pessoas pobres e extremamente pobres, aumento da população atendida com água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, além da melhoria do Índice de Gini e dos indicadores IDH e IFDM.

Palavras-chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento Local. Indicadores Sociais. Externalidades.

ABSTRACT

REFLECTIONS OF A CONCENTRATION ON PRODUCTIVE DEVELOPMENT INDICATORS FROM MUNICIPALITY OF BURITI ALEGRE (STATE OF GOIÁS)

When it comes to development must consider not only economic growth, but also on the social issues and indicators that reflect the welfare of the population and inform, even though quantitatively initially, the quality-of-life index. Given this, the present study sought to investigate the impact of a concentration on productive development indicators in the municipality of Buriti Alegre (State of Goiás), which took place in the year 2006, socioeconomic aspects leverage points at a level that would indicate the occurrence of local development. The objective was to verify that the reflexes of the deployment of this productive concentration on development indicators, in a small Town, which generated employment and income, was sufficient for the improvement of socio-economic indicators, evidencing a leverage which is reflected in local development. The study was developed from research, documentary and bibliographic descriptive qualitative, with the treatment of the results made through documentary analysis, by comparing the data collected from the period prior to the installation of productive concentration (2000 to 2006) with those of the later period to the deployment (2006 to 2010). The results show that local development occurred, given the improvement in the quality of life of the population of Buriti Alegre (State of Goiás), especially with regard to the increase in the number of jobs and income, reducing the number of poor and extremely poor, increase in population served with piped water, electricity and garbage collection, in addition to the improvement in the Gini index and the HDI indicators and IFDM.

Keywords: Planning. Regional Development. Local Development. Social Indicators. Externalities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de avaliação das políticas por meio de indicadores sociais.....	53
Figura 2 – Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa.....	79
Figura 3 – Mapa político do estado de Goiás – Destaque para o município de Buriti Alegre (GO)	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A externalidade rigorosa, afastamento entre custo social e custo privado	68
Gráfico 2 – Empregos em Buriti Alegre (GO) 2000/2010	86
Gráfico 3 – Empregos no estado de Goiás 2000/2010	86
Gráfico 4 – Variação do rendimento médio dos trabalhadores: município de Buriti Alegre (GO) e estado de Goiás 2000/2010 (em R\$)	87
Gráfico 5 – Comparação entre o rendimento médio dos trabalhadores de Buriti Alegre (GO) e o salário mínimo brasileiro no período de 2000 a 2010 (em R\$)	90
Gráfico 6 – Evolução do PIB <i>per capita</i> de Buriti Alegre (GO) e do estado de Goiás de 2000 a 2010	91
Gráfico 7 – Evolução da arrecadação do ICMS em Buriti Alegre (GO) (em mil R\$)	94
Gráfico 8 – Evolução da arrecadação do ICMS no estado de Goiás 2000 a 2010 (em mil R\$)	95
Gráfico 9 – Evolução das receitas e das despesas em Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010	97
Gráfico 10 – Matrículas no ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010	104
Gráfico 11 – Variação da quantidade de veículos por ano e porcentagem da variação em 2000 a 2010 em Buriti Alegre (GO)	116
Gráfico 12 – Número de empresas, pessoal ocupado, pessoal assalariado e pessoal ocupado não-assalariado de Buriti Alegre (GO) 2006 a 2010	119
Gráfico 13 – População com renda no município de Buriti Alegre (GO) – 2006	120
Gráfico 14 – População com renda no município de Buriti Alegre (GO) – 2010	121
Gráfico 15 – Valores pagos a título de renda no município de Buriti Alegre (GO) 2006.....	122
Gráfico 16 – Valores pagos a título de renda no município de Buriti Alegre (GO) 2010.....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estruturas de mercado segundo um único elemento de diferenciação: o número de agentes envolvidos	41
Quadro 2 – Estruturas de mercado diferenciadas por fatores associados ao comportamento dos agentes e à natureza dos produtos	43
Quadro 3 – Fator trabalho: conceito e caracterização	44
Quadro 4 – Classificação dos indicadores sociais	48
Quadro 5 – Primeira etapa de organização do material da pesquisa	76
Quadro 6 – Segunda etapa de organização do material da pesquisa.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População censitária 2000 - 2010 - Buriti Alegre (GO)	84
Tabela 2 – População censitária 2010 - estado de Goiás	84
Tabela 3 – Domicílios particulares 2000 - 2010 - Buriti Alegre (GO)	84
Tabela 4 – Dados sobre emprego e renda entre 2000 e 2010: Buriti Alegre e Goiás	85
Tabela 5-A – Emprego CAGED de 2000 a 2010: Buriti Alegre (GO).....	89
Tabela 5-B – Emprego CAGED de 2000 a 2010: estado de Goiás	89
Tabela 6 – Valor do salário mínimo oficial em reais no Brasil de 2000 a 2010	90
Tabela 7 – Produto Interno Bruto per capita em reais de Buriti Alegre (GO) e Estado de Goiás	91
Tabela 8 – Renda, pobreza e desigualdade: Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010...	92
Tabela 9 – Porcentagem da renda apropriada por estratos da população de Buriti Alegre (GO) - 2000 a 2010.....	93
Tabela 10 – Arrecadação de ICMS em R\$ mil de 2000 a 2010: Buriti Alegre (GO) e estado de Goiás	94
Tabela 11 – ICMS/IPM – Valores repassados ao município - R\$ mil - 2001 a 2010.....	95
Tabela 12 – Receitas municipais – R\$ mil - 2000 a 2010	96
Tabela 13 – Despesas municipais – R\$ mil – de 2000 a 2010	97
Tabela 14 – Abastecimento de Água de Buriti Alegre (GO) - 2000 a 2010.....	98
Tabela 15 – Atendimento de esgoto de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010.....	98
Tabela 16 – Energia Elétrica - consumidores de Buriti Alegre (GO) de 2005 a 2010	99
Tabela 17 – Indicadores de habitação de Buriti Alegre (GO) de 2000/2010.....	100
Tabela 18 – Taxa de alfabetização de Buriti Alegre (GO) e Estado de Goiás de 2000 e 2010	101
Tabela 19-A - Matrículas no Município de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010.....	102
Tabela 19-B - Matrículas no Município de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010.....	103
Tabela 20 – Estabelecimentos de ensino e salas de aula: Buriti Alegre (GO).....	105
Tabela 21 – População censitária total: Buriti Alegre	105
Tabela 22 – População censitária total do estado de Goiás de 2000 a 2010	106

Tabela 23 – Estabelecimentos e leitos hospitalares em Buriti Alegre (GO)	108
Tabela 24 – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Buriti Alegre (GO) – 2000/2010	109
Tabela 25 – IDH 2000/2010- estado de Goiás e município de Buriti Alegre (GO)..	110
Tabela 26 – IFDM 2000/2010 – estado de Goiás e município de Buriti Alegre (GO)	111
Tabela 27– Vulnerabilidade social em Buriti Alegre (GO) em 2000/2010	112
Tabela 28 – Veículos automotores no município de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010	115
Tabela 29 – Número de empresas, pessoal ocupado, pessoal ocupado assala- riado, pessoal ocupado não-assalariado, salários e outras remune- rações e número de empresas atuantes de Buriti Alegre em 2006 a 2010	118
Tabela 30 – Benefícios pagos a deficientes de 2004 a 2010 – Buriti Alegre (GO)..	118
Tabela 31 – Benefícios pagos a idosos – 2004 a 2010 – Buriti Alegre (GO).....	119
Tabela 32 – Benefícios pagos Programa Bolsa Família – 2004 a 2010 – Buriti Alegre (GO).....	119
Tabela 33 – Ocupação da população de 18 anos ou mais em Buriti Alegre (GO) de 2000/2010	123

LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
C & T	Ciência e Tecnologia
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IMB	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IPM	Índice de Participação dos Municípios
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PEI	População Economicamente Inativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SEFAZ/GO	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SISNAC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SPIL	Sistema Inovativo Local

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Problema	18
1.2 Objetivos do Estudo	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 Delimitação do Estudo	19
1.4 Relevância do Estudo	20
1.5 Organização do Estudo	20
2 REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 Concentração produtiva	22
2.2 Contribuições da concentração produtiva para o desenvolvimento econômico.....	27
2.3 Geração de emprego e renda e qualidade de vida.....	39
2.3.1 Indicadores sociais e políticas públicas	46
2.3.2 Qualidade de vida	54
2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	59
2.5 Externalidades	63
3 MÉTODO DE PESQUISA.....	69
3.1 Caracterização da Pesquisa	69
3.2 Área de realização, coleta e tratamento dos dados.....	73
3.3 Procedimentos da análise documental	77
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	80
4.1 Contextualização do Município de Buriti Alegre (GO)	80
4.2 Dados Econômicos e Sociais do Município de Buriti Alegre (GO) e Goiás	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

Os estudos referentes à implantação de concentrações produtivas no Brasil têm recebido destaque, uma vez que cresceram as pesquisas relacionadas ao desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, aprofundaram-se os conhecimentos a esse respeito.

Ressalta-se que os estudos desse tema remontam há mais de um século. Venturi (2008), ao observar literatura clássica, destaca que Alfred Marshall há mais de cem anos fez a descrição do então chamado *Industrial District*, referindo-se à aglomeração de várias empresas atuantes no mesmo segmento ou negócio, de forma que a força de trabalho capacitada, os recursos e os serviços, bem como as tecnologias, eram disponíveis a todas as empresas.

Para corroborar a afirmação anterior, nada mais justo do que expor as primeiras ideias do processo de implantação de indústrias descritas por Marshall (1982). O autor cita que a concentração em uma determinada região é denominada indústria localizada, mesmo que não seja essa a designação correta.

Marshall percebeu, na Rússia, o desenvolvimento de indústrias localizadas quando um grupo familiar, espalhado por diversas aldeias, começou a produzir os mesmos produtos. Cada uma das aldeias era responsável por um ramo de produção, podendo ser, inclusive, apenas uma parte do ramo.

O estudo dos reflexos nos indicadores de desenvolvimento promovidos pela implantação de uma concentração produtiva no município de Buriti Alegre, sul do estado de Goiás, traz novas contribuições ao tema, levando-se em conta que é um pequeno Município, com menos de dez mil habitantes, conforme aponta o Censo IBGE (2010).

Ademais, dando contorno ao raciocínio apresentado neste estudo, é importante ressaltar o comentário de Haddad (1999). Segundo o autor, para entender os fundamentos do desenvolvimento regional faz-se necessário, a princípio, diferenciá-lo do que se entende por crescimento econômico.

A instalação de novos processos econômicos em uma região pode contribuir para melhorar os indicadores de produção, de renda, e de emprego, em condições superiores ao crescimento populacional, sem que, necessariamente, redunde em

desenvolvimento econômico e social. Ocorre apenas que a região está passando por uma situação favorável de crescimento, provocando elevação na oferta de bens e serviços à população.

Também os indicadores socioeconômicos do Município, comparados aos dados anteriores à implantação, de 2000 a 2006, e após, de 2006 a 2010, evidenciam os reflexos que essa implantação promoveu na economia local. Para tanto, foi necessário abordar neste estudo a qualidade de vida, levando em consideração o entendimento da Organização Mundial da Saúde (OMS) a esse respeito.

Na pesquisa de Minayo, Hartz e Buss (2000) e de Panzini *et al* (2007), a percepção da qualidade de vida é exclusividade do ser humano, e preza, além do bem-estar físico, os aspectos psicológico e sociocultural.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010), por sua vez, tecem várias explicações para as lacunas entre as medições estatísticas dos fenômenos socioeconômicos e a percepção da população a respeito desses mesmos fenômenos.

Gonçalves e Vilarta (2004) pontuam que na avaliação da qualidade de vida de uma comunidade deve ser levado em conta, entre outros aspectos, o sentimento das pessoas, considerando aqueles relacionados à saúde, à educação, ao trabalho e à participação nas decisões locais, que as afetam diretamente.

Rocha *et al* (2000), Monteiro *et al* (2010), Vieira e Santos (2012), Oliveira e Quinteiros (2011) destacam que mais importante do que as condições econômico-financeiras de uma população, do seu padrão de vida e conforto, é a maneira como se faz a distribuição das riquezas, levando em consideração o que as pessoas sentem e pensam, bem como a realização dos seus sonhos.

Diante disso, esta pesquisa buscou levantar alguns indicadores aceitos para a mensuração da qualidade de vida da população, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

A respeito do IDH, os estudos de Machado e Pamplona (2008) e de Siedenberg (2003) trazem um pouco da história da criação desse indicador, comentando a sua origem no Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Além disso, Lourenço e Romero (2002) explicam como o Índice de Desenvolvimento Humano é formado, destacando os componentes educação, saúde e renda, e como são utilizados na composição do IDH.

No tocante ao IFDM, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que é a Instituição criadora, em seu sítio oficial traz as informações necessárias para a compreensão do cálculo desse importante indicador de qualidade de vida.

Além disso, Postali e Nishijima (2011) explicam como é feito o cálculo do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), tratando a respeito da participação de cada componente (educação, saúde e emprego e renda) na composição final desse indicador.

Com influência direta na qualidade de vida da população aborda-se, nesta pesquisa, o mercado de trabalho, tendo em vista que a renda adquirida pelo trabalho influencia na definição e nos resultados dos indicadores de bem-estar das pessoas. Para tanto, foram observados os trabalhos de Silva e Luiz (1997) e Reis (2003) a respeito de mercado e sua formação, destacando suas partes e peculiaridades.

Nesse prisma, foi necessário tecer alguns comentários dos indicadores sociais e das políticas públicas, abordando as pesquisas de Jannuzzi (2002), PNUD (2010), Santos e Magalhães (2012), Amaral e Monteiro (2013), Bichir (2010) e Kerstenetzki (2009).

Pindyck e Rubinfeld (2006) e Sauaia e Kallás (2007) apresentam as tipologias de mercado, como se dão as relações entre as partes dentro de cada tipologia, e as possíveis formas de equilíbrio. Com relação às dificuldades para compreendê-las, Sen (2010) contrapõe as anotações bibliográficas das academias com o que se percebe de fato no cotidiano econômico.

No tocante ao trabalho, Say (1983) destaca que todos os tipos são produtivos, desde os executados pelos operários ou camponeses até os produzidos pelos empresários.

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006), por sua vez, abordam o emprego e desemprego, explicando que esse fator de produção se dá em razão da população, e focam a economicamente ativa e a em idade ativa, conceitos essenciais para se compreender a influência da concentração produtiva no emprego e na renda do Município estudado.

No que diz respeito à concentração produtiva, foi necessário tecer alguns comentários relativos ao assunto, conforme foi destacado no trabalho inicial de Marshall (1982), comentado por Venturi (2008).

Para contribuir com o entendimento de concentração produtiva, há pesquisas de Alves (2010); Tavares, Antonialli e Santos (2010); Haddad (1999) e Clemente; e Higachi (2000), que trazem as definições dos modelos de concentrações produtivas, como o Arranjo Produtivo Local (APL), as aglomerações produtivas e os *clusters*, entre outros.

Clemente e Higachi, juntamente com Theis e Almeida (2009), falam a respeito de espaços econômicos. Porter (1989) e Varian (2006), contribuindo com o entendimento de concentração produtiva, abordam a sua competitividade e eficiência.

Por fim, fez-se necessário abordar o tema envolvendo as externalidades provocadas pela instalação da concentração produtiva, trazendo para essa discussão os trabalhos de Faucheux e Noël (1995), Acselrad (2001), Pindyck e Rubinfeld (2006), Pearce e Turner (1990) e Mueller (2007), buscando novamente o trabalho de Varian (2006).

Nos estudos das externalidades buscou-se compreender as definições e conceitos referentes a esse assunto, de modo a permitir uma discussão a respeito das externalidades positivas e negativas promovidas pela implantação da concentração produtiva no município de Buriti Alegre (GO), colaborando, nesta pesquisa, o trabalho de Rodrigues (2013), que trata das questões ambientais.

1.1 Problema

É perceptível que os municípios menos desenvolvidos tentam atrair organizações industriais e comerciais como forma de geração de emprego e de renda e, assim, aliviar a pressão provocada pelo desemprego e falta de perspectiva dos seus munícipes, de maneira que se possa promover o crescimento econômico e, talvez, o desenvolvimento. Em muitos casos, porém, a atração de investimento é feita sem qualquer tipo de planejamento.

A partir do pressuposto que crescimento econômico nem sempre gera desenvolvimento econômico, pergunta-se: os reflexos da implantação de uma concentração produtiva, nos indicadores de desenvolvimento no município de Buriti Alegre (GO), evidenciam uma alavancagem suficiente para afirmar a ocorrência de desenvolvimento local?

1.2 Objetivos do Estudo

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar se os reflexos da implantação de uma concentração produtiva nos indicadores de desenvolvimento de Buriti Alegre, sul do estado de Goiás, proporcionaram alavancagem socioeconômica e desenvolvimento local.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Levantar os reflexos da concentração produtiva nos indicadores socioeconômicos do município de Buriti Alegre (GO).
- Analisar e discutir a qualidade de vida da população do município de Buriti Alegre (GO) por meio dos estudos de indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).
- Apresentar a necessidade de discussão das externalidades provocadas pela instalação de concentração produtiva para projetos futuros da mesma natureza.

1.3 Delimitação do Estudo

O presente estudo foi desenvolvido na Microrregião do Meia Ponte, da Mesorregião Sul do estado de Goiás, e delimita-se ao município de Buriti Alegre (GO), caracterizado no decorrer desta pesquisa.

O estudo compreende o espaço temporal do ano 2000 a 2010, e foi estabelecido o ano de 2006 como o divisor dos períodos anterior e posterior à implantação da concentração produtiva: o período de 2000 a 2006 é anterior à implantação e 2006 a 2010 posterior.

Esse foco se fez necessário uma vez que a economia global vem determinando, aos responsáveis pela criação de políticas de desenvolvimento, a busca de novas definições e novos modelos de pensar a organização produtiva

como alternativa de negociação e alianças estratégicas, ocasionando novas experiências (VENTURI, 2008).

Uma das alianças estratégicas trata dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), ou das redes empresariais, ou das concentrações produtivas, dando prioridade aos modelos de trabalho em grupo multifuncional e às novas estratégias de gerência organizacional, tão importantes na economia mundial (VENTURI, 2008).

Faz-se necessário, todavia, esclarecer que os aspectos ambientais praticamente não foram considerados nesta pesquisa, uma vez que os dados a respeito dessa questão são escassos no município de Buriti Alegre (GO).

1.4 Relevância do Estudo

Apesar de já existirem diversos estudos relacionadas ao tema proposto, são incipientes as pesquisas referentes à alavancagem socioeconômica de natureza local pela implantação de uma concentração produtiva no pequeno Município, localizado ao sul do estado de Goiás, especialmente quando as informações tratam dos fenômenos que apontam a melhoria ou não dos indicadores socioeconômicos da população, considerando apenas questões pertinentes e relevantes.

Além do mais, o tratamento que foi dado aos indicadores socioeconômicos, com a coleta de dados anteriores e posteriores à implantação, permitiu visualizá-los de forma comparativa e dar oportunidade para que se possa compreender a alavancagem social e econômica decorrente de tal instalação.

1.5 Organização do Estudo

Com o intuito de facilitar a compreensão, este estudo foi dividido em cinco seções. A primeira traz a introdução, o problema, os objetivos, sua delimitação, relevância e organização.

A segunda seção apresenta a revisão de literatura, que aborda os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, qualidade de vida, índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), além de considerações relativas a mercado, mercado de trabalho, concentração produtiva e externalidades.

A terceira seção descreve o método da pesquisa, sua natureza, objetivo, objeto, a abordagem do problema, a coleta e a análise dos dados. A quarta, por sua vez, apresenta os resultados e discussão com a contextualização do município de Buriti Alegre (GO). A quinta seção encerra o trabalho com a conclusão, seguida pelas Referências.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Concentração Produtiva

Em se tratando de concentrações produtivas, há de se ressaltar que a compreensão dos estudos referentes a esse tema remonta há mais de um século, conforme se observa no que diz Venturi (2008).

A origem clássica do desenvolvimento de concentrações produtivas no formato de *clusters* é de Alfred Marshal, que há mais de 100 anos havia descrito o processo do *Industrial District*, ou seja, a concentração territorial de organizações do mesmo segmento, ou de segmento similar, ou ainda de segmento muito relacionado, na qual existe a facilidade de acesso à mão de obra especializada, insumos, e prestadores de serviços, além do que as inovações são compartilhadas rapidamente.

Para corroborar o que foi afirmado anteriormente, nada mais justo do que expor as primeiras ideias acerca do processo de localização de indústrias descrito por Marshall (1982):

Uma indústria concentrada em certas localidades é comumente, embora não muito acertadamente, chamada de “indústria localizada”. Essa localização elementar da indústria preparou gradualmente o caminho para muitos dos modernos avanços da divisão do trabalho, nas artes mecânicas e na tarefa de administração de empresa. Mesmo agora, encontramos indústrias de estilo primitivo, localizadas em vilas remotas da Europa Central, que enviam seus produtos até os mais importantes centros da indústria moderna. A expansão de um grupo familiar até formar uma aldeia foi na Rússia, frequentemente, a origem de uma indústria localizada, e existe um grande número de aldeias, cada uma das quais exerce apenas um ramo da produção, ou somente uma parte dele (MARSHALL, 1982, p. 231).

Conforme se observa com Venturi (2008), a interação e a sinergia que surgem em função da maneira como um agrupamento de organizações atua conjuntamente proporciona-lhe enormes vantagens competitivas, que acabam se refletindo em um desempenho superior, em consideração ao que conseguiriam as organizações se agissem sozinhas.

Nesse contexto, é relevante observar a conceituação do que sejam concentrações produtivas, na intenção de compreender de que forma empresas ligadas a formações desse tipo melhoram seus níveis de competitividade.

Na opinião de Alves (2010), uma concentração produtiva pode ser um Arranjo Produtivo Local (APL), uma vez que sua constituição surge da necessidade de mudar o foco das organizações, constituídas de forma isolada, para o território. O intuito é que tal território consiga ser mais competitivo, reunindo os condicionantes para agregar empresas e promover o desenvolvimento socioeconômico, tornando o conjunto de empresas, por intermédio do território, mais competitivo.

Nesse caso, tratando a respeito de APLs, Alves (2010, p. 11) menciona que: “O modelo de Arranjos Produtivos Locais tem sido estudado e discutido como um mecanismo que contribui para o aumento da competitividade das empresas trazendo benefícios para o desenvolvimento local em tempos de globalização”.

Em termos de competitividade, Porter (1989) destaca que indústrias relacionadas, com fortes inter-relações, acabam construindo, em termos estratégicos, uma única indústria. A localização escolhida para desenhar os limites da indústria deixa de ser relevante, visto que a segmentação e as inter-relações estratégicas devem ser examinadas como integrantes da análise estrutural, expondo os determinantes-chave da vantagem competitiva resultante do escopo competitivo.

Conforme expõe Alves (2010, p. 10), “o conceito de *clusters* ou APLs foi esboçado de forma inicial no final da década de 1970, com os estudos de Michael Porter sobre competitividade”.

Nesse sentido, Tavares, Antonialli e Santos (2010, p. 119) destacam que:

As aglomerações produtivas têm sido estudadas sob diferentes perspectivas. No nível analítico das empresas, várias perspectivas existem. Uma primeira corrente deriva das contribuições de Marshall (1920) e os trabalhos que com ela se relacionam estudam as relações entre empresas e destas com outras instituições presentes na aglomeração. O conceito de aglomerações utilizado refere-se à concentração espacial e setorial de empresas (SCHMITZ, 1997) e faz referência às experiências observadas por Marshall no final do século XIX e, mais recentemente, por Brusco (1982), Piore e Sabel (1984) e Best (1990).

Como o tema estará sempre em volta da segmentação, da implantação de uma concentração produtiva, é imprescindível conhecer um conceito a esse respeito, tratando *cluster* como uma das formas de concentração produtiva, que nesse caso é apresentado por Haddad (1999):

Os *clusters* consistem de indústrias e instituições que têm ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, e, usualmente, incluem: empresas de produção especializada; empresas fornecedoras; empresas prestadoras de serviços; instituições de pesquisa; instituições públicas e privadas de suporte fundamental (HADDAD, 1999, p. 24).

Apesar de esse conceito estar cristalino no tocante à compreensão do que seja um *cluster*, Venturi (2008) ainda complementa:

O *cluster* pode ser definido como a existência de uma grande quantidade de empresas localizadas na mesma cidade ou região. Em um *cluster* industrial podem aparecer diversas configurações empresariais, possibilitando a convivência de empresas de diversos tamanhos, que formam redes de relacionamento baseadas tanto na subcontratação, nos sistemas de operação satélites ou em esquemas de colaboração interorganizacional [...] (VENTURI, 2008, p.35).

Na compreensão de *cluster*, que está intimamente ligada às questões econômicas locais, deve-se levar em consideração as relações que as pessoas estabelecem ao atuarem em um determinado espaço geográfico para fins de sobrevivência e bem-estar, chegando ao que PERROUX chama de espaços econômicos (abstratos), conforme ressaltam Clemente e Higachi (2000).

É imprescindível destacar que a economia local está inserida em um espaço econômico e em um território (ou região), exercendo e recebendo influências de toda sorte. Daí surge a necessidade de buscar um entendimento menos complexo para esse contexto, de forma a permitir a sua compreensão, como se percebe em Theis e Almeida (2009):

Por espaço se entende um espaço socioeconômico concreto, em que se encontram seres humanos de carne e osso que, organizados em sociedade e relacionados de uma dada forma com o ambiente natural, reproduzem-se (biológica e socialmente) a partir da maneira como se estrutura a atividade econômica. Já território, [...] se refere a território utilizado, espaço de ação política de sujeitos/atores/instituições que, em decorrência da dinâmica da acumulação capitalista, se modifica ao longo do tempo, inevitavelmente, culminando num espaço heterogêneo e marcado por disparidades (THEIS; ALMEIDA, 2009, p. 126).

Na observação de espaço econômico e território, conforme apresenta Haddad (1999), em consideração aos aspectos econômicos deve-se observar que quando existe a intenção de definir as potencialidades da obtenção de crescimento econômico regional, tendo por base a sua dotação de recursos, é necessário ter em mente que a definição de potencialidades de recursos é econômica e não física.

Para Marshall (1982), a Economia favorece a compreensão do ser humano e de seu modo de vida, de agir e de pensar. Ao referir-se aos assuntos do cotidiano, o autor destaca que é natural a busca de um modo de trabalhar que dê maior garantia e segurança. Trata-se de algo que o homem buscaria assim que houvesse a oportunidade, procurando obter vantagem competitiva em relação a outras pessoas e/ou empresas.

De acordo com o que afirma Porter (1989), a vantagem competitiva não dá para ser entendida considerando-se a empresa em sua totalidade. Tem origem nas diversas atividades desenvolvidas, que uma organização executa no projeto, no processo de produção, no *marketing*, na logística, e no suporte de seu produto.

Ainda de acordo com Porter (1989), a análise de todas as atividades desenvolvidas por uma organização e a forma como elas interagem são necessárias para o exame das fontes da vantagem competitiva, culminando no que o autor chama de cadeia de valores. Essa cadeia desassocia uma organização nas suas atividades de importância estratégica, de modo a permitir a compreensão do comportamento dos custos e das fontes existentes e potenciais de diferenciação.

Diante do exposto, Venturi (2008) diz que, como todo novo conceito, as concentrações produtivas têm adeptos e críticos, mas em termos de competitividade, ou vantagem competitiva, a proximidade física e de conhecimentos da atividade dariam condições para uma atuação cooperativa.

Por meio de redes horizontais as empresas poderiam, de forma coletiva: atingir uma economia de escala muito superior àquela que conseguiriam sozinhas; promover aquisições de insumos de forma conjunta; conseguir uma utilização ótima das máquinas; e combinar sua capacidade produtiva para atender pedidos de grande escala, entre outras coisas, construindo assim uma cadeia de valores.

Segundo Venturi (2008), à medida que o tempo passa e uma concentração produtiva vai se viabilizando, mudam também as suas vantagens competitivas, uma vez que no início do processo há, obviamente, um tipo de vantagem no local, mas com o aparecimento da concentração essa situação muda em detrimento de incentivos e pesquisas. Surgirão inevitavelmente inovações e novas estratégias, permitindo que os participantes usufruam dessas vantagens.

Ainda de acordo com Venturi (2008), o ponto inicial é observar que uma concentração produtiva oferece enorme potencial para a construção de vantagens competitivas, mesmo considerando a falta de intervenção do governo ou de outros atores, redundando em uma série de vantagens de localização.

A procura pela maior eficácia na alocação espacial de investimentos produtivos, em harmonia com a melhoria da capacidade de competitividade das empresas, acaba fazendo com que as organizações que trabalham em alianças ganhem forças para conseguir alcançar as suas metas mesmo diante de tantas

barreiras, que ora são impostas pelos governos e outros agentes, e ora impostas por dificuldades oriundas de situações externas.

Em virtude disso, as empresas que formam a concentração produtiva viram-se pressionadas a encontrar um caminho mais adequado para superar os desafios de forma eficaz e com rapidez. Esse fenômeno pode ser considerado 'eficiência de Pareto', conforme explica Varian (2006):

Uma situação econômica é dita eficiente no sentido de Pareto se não existir nenhuma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de outra. A eficiência de Pareto é algo desejável – se houver algum modo de melhorar um grupo de pessoas, por que não fazê-lo? (VARIAN, 2006, p. 329).

Em outras palavras, aplicando-se à ideia de concentração produtiva o que diz Varian (2006), a superação dos desafios só se dará se os participantes da concentração produtiva buscarem vantagens competitivas para todos, já que o sucesso de um não pode ocorrer em detrimento do insucesso do outro.

No que diz respeito às concentrações produtivas e suas atuações locais, os agentes produtivos e os institucionais, agindo em conformidade com os seus próprios formatos e respectivas responsabilidades anteriormente estabelecidas, passam a agregar esforços no sentido de alargar os processos socioeconômicos de sustentabilidade em longo prazo (VENTURI, 2008).

Entre os objetivos parciais que possivelmente poderiam ser obtidos é possível destacar a melhor qualidade de vida para a região, além do crescimento da rede organizacional em bases de maior duração (VENTURI, 2008).

Para Tavares, Antonialli e Santos (2010):

Os interesses dos estudos referentes às concentrações produtivas se estabelecem ao redor “dos transbordamentos das aglomerações para o desenvolvimento regional, em termos de número de emprego e renda e pagamentos de impostos”, por exemplo, e “das vantagens competitivas para as empresas provenientes das externalidades” (ANTONIALLI; SANTOS, 2010, p. 118).

O que se tem publicado sobre o assunto atinge uma diversificada conceituação, perpassando por várias fontes teóricas. Para os adeptos marshallianos o tema em tela é tratado como Distritos Industriais; para os simpatizantes de Porter, o estudo de *Clusters*. Nas referências brasileiras o tema é tratado como Arranjo Produtivo Local (APL), ou ainda referenciado como Sistema Inovativo Local (SPIL). Além disso, há a designação Concentração Produtiva (TAVARES; ANTONIALLI; SANTOS, 2010).

2.2 Contribuição da Concentração Produtiva para o Desenvolvimento Econômico

As teorias que abordam as questões ligadas ao desenvolvimento, seja ele regional ou local, buscam explicar o motivo pelo qual os fenômenos envolvidos nessas questões acontecem, de forma que se possa compreender o que está ocorrendo e, diante do entendimento dos fatos, tomar as medidas necessárias para atingir o que se propõe como objetivo principal.

Para Sen (1993), o desenvolvimento que considera a qualidade de vida humana tem suas raízes conceituais nos trabalhos de Adam Smith¹ e Karl Marx². Os estudos de Marx apresentam forte influência da teoria aristotélica nas considerações acerca do bem.

Sen (1993) descreve ainda que:

O enfoque de Marx relaciona-se estreitamente à análise aristotélica (e ao que parece foi diretamente influenciado por ela). Com efeito, uma parte importante do programa marxista de reformulação dos fundamentos da economia política claramente diz respeito à concepção do sucesso da vida humana em termos de cumprimento das atividades humanas necessárias (SEN, 1993, p. 313).

Schumpeter (1997) considera o desenvolvimento econômico como parte da história econômica e essa, por sua vez, integra a história universal e se destaca do restante somente com o intuito de esclarecimentos.

Em detrimento dessa dependência em relação ao aspecto econômico do objeto de estudo em comparação com o todo, não é possível explicar a alteração

¹**SMITH, Adam:** Economista escocês (1723-1790), um dos mais eminentes teóricos da Economia Clássica. Foi professor de Lógica e Filosofia Moral e ocupou-se a princípio com questões de Ética. Entre 1764 e 1766 morou na França, convivendo com Quesnay, Turgot e outros. Ao retornar ao seu país, a preocupação com os fatores que produziram o aumento da riqueza da comunidade o levaram a escrever, em 1776, sua obra mais célebre: *An Inquiry in to the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas). (SANDRONI, 2000, p. 292).

²**MARX, Karl Heinrich:** Filósofo e economista alemão (1818-1883), o mais eminente teórico do comunismo. Estudante universitário em Berlim, ligou-se à chamada esquerda hegeliana, frontalmente contrária ao absolutismo prussiano. Doutorou-se em Direito pela Universidade de Jena com a tese Sobre as Diferenças da Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro, influenciado pela dialética de Hegel. [...] Ao mesmo tempo que redigia O Capital, Marx voltou suas atenções para o movimento operário, contribuindo decisivamente, ao lado de Engels, para a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), criada em Londres em 1864. Foi numa das reuniões do Conselho Geral da Internacional que expôs pela primeira vez, em forma de Conferência, sua teoria definitiva dos salários, publicada postumamente com o nome Salário, Preço e Lucro. Afinal, em 1867 veio a público o Primeiro volume de O Capital. (SANDRONI, 2000 pp. 187/188).

econômica apenas por meio das condições econômicas anteriores, pois o “estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas unicamente da situação total precedente” (SCHUMPETER, 1997, p. 70).

Nesse caso, antes de continuar o entendimento acerca de desenvolvimento econômico, é salutar perpassar pela compreensão do que seja Economia, até porque, conforme abordou Schumpeter (1997), o desenvolvimento econômico pertence à história econômica, e na concepção de Marshall (1982) a Economia busca estudar a humanidade no ambiente onde as pessoas estão inseridas, estudando a sua forma de viver, de interagir e de pensar.

Marshall (1982) diz que o desenvolvimento econômico relaciona-se especialmente aos fatores que interferem de maneira mais forte e continuada no comportamento do homem, nas questões comerciais de sua vida. Baseia-se nos negócios, e o comércio, como qualquer outra atividade, é movido por sentimentos pessoais, como afeições e concepções de dever, entre outros.

O autor ainda cita que os melhores inventores e organizadores de métodos e instrumentos aperfeiçoados “são estimulados por uma nobre emulação, mais do que pelo amor ao dinheiro em si”, contudo o motivo mais constante para a atividade dos negócios é o desejo de remuneração, a recompensa material do trabalho (MARSHALL, 1982, p. 33).

Ainda em relação ao desenvolvimento econômico, segundo Clemente e Higachi (2000), para buscar a compreensão mais completa do termo desenvolvimento deve-se considerar todos os seus aspectos: econômico, social, político e cultural. Na opinião dos autores, os aspectos econômico e social encontram-se tão interligados que é difícil separar um do outro. Ambos normalmente são utilizados como indicadores da qualidade de vida de uma população.

Schumpeter (1997), ao abordar as questões relacionadas ao desenvolvimento, cita a elaboração de novos entrelaçamentos explicitados em cinco casos: i) introdução de um novo bem; ii) introdução de um novo método de produção; iii) abertura de um novo mercado; iv) conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou bens; e v) estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria.

Nesse caso, Eberhardt e Lima (2012) esclarecem que as teorias referentes ao desenvolvimento econômico surgiram somente no século XX, quando os governos

tenham como premissa alcançar o crescimento econômico que, por si só, seria capaz de gerar desenvolvimento.

Os autores ressaltam, no entanto, que atinge-se o desenvolvimento não somente por meio do crescimento econômico, com o aumento do produto da economia, mas também pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, levando em consideração o acesso ao emprego, moradia digna, saneamento e lazer, entre outros.

Tem-se, então, o que se chama de prosperidade econômica, conforme observa Pareto (1996):

O aumento da prosperidade econômica tem como primeiro efeito imediato aumentar a nupcialidade e a natalidade, e fazer diminuir a mortalidade. O primeiro fenômeno é notável e se manifesta claramente; o segundo é menos pronunciado e pode ser, segundo a teoria de Cauderlier, pelo menos em grande parte, uma simples consequência do primeiro: o terceiro é um tanto duvidoso para os povos civilizados e ricos; para os miseráveis, não temos dados estatísticos precisos; mas, se levarmos em conta as penúrias que eram frequentes antigamente, dificilmente podemos negá-lo (PARETO, 1996, p. 309).

Por outro lado, Oliveira e Quinteiros (2011) destacam que na visão neoclássica os modelos de crescimento econômico estão relacionados mais ao crescimento da relação capital/trabalho. Na percepção desses autores, as diferenças sociais irão aumentar ou diminuir em função da conveniência do progresso técnico que determinará o crescimento econômico de modo divergente ou convergente:

“A distribuição dos frutos do progresso técnico é tão importante quanto o aumento da riqueza. A distribuição mais equitativa da riqueza revela que o desenvolvimento é um estágio superior ao simples crescimento econômico” (OLIVEIRA; QUINTAIROS, 2011, p. 263).

A criação de conceitos envolvendo desenvolvimento econômico tem esbarrado em objeções, uma vez que alguns cientistas defendem que não há como chegar ao desenvolvimento estritamente econômico, já que o bem-estar de um povo não pode ser mensurado apenas a partir das suas condições de aquisição de bens ou serviços: devem ser consideradas outras situações da vida da população (CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

Para Schumpeter (1997), o aspecto social é encontrado, de forma mais imediata, no comportamento humano, enquanto que os aspectos econômicos criam-se a partir do comportamento econômico, que é aquele direcionado à capacidade de adquirir bens. O aspecto social é verdadeiramente um todo que não pode ser

separado de si mesmo. O observador que o classifica extrai de forma artificial os aspectos econômicos, e a classificação de um aspecto como econômico já induz a um processo de abstração, portanto o aspecto nunca é exclusivo e puramente econômico: sempre haverá a ocorrência de outros aspectos mais importantes (SCHUMPETER, 1997).

De acordo com Haddad (1999), um pensamento correto a respeito da dimensão estratégica de desenvolvimento econômico e social deve levar em conta um processo de inclusão social como condição preliminar. Schumpeter (1997) complementa citando que a compreensão de desenvolvimento refere-se somente às alterações da vida econômica que não lhe forem atribuídas externamente, mas que surgiram de dentro, por atitude própria.

Caso ocorra o entendimento da não ocorrência de alteração, iniciando na própria esfera econômica, o que se chama de desenvolvimento econômico tem como base o fato de as informações mudarem e a economia adaptar-se de forma continuada, e nesse caso não ocorreria nenhum desenvolvimento econômico.

Schumpeter (1997) ressalta que as causas e a compreensão do desenvolvimento devem ser encontradas fora do conjunto de fenômenos descritos pela teoria econômica, e que "(...) o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma, sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta (SCHUMPETER, 1997, p. 74).

Para Eberhardt e Lima (2012), o conceito de desenvolvimento, em uma visão mais ampliada, busca considerar o bem-estar de toda a população. A riqueza *per capita* é importante para medir a produtividade dos indivíduos, mas o nível de estudos, o capital social, o inter-relacionamento e a distribuição da renda, entre outros, também são relevantes para a obtenção de alterações quantitativas e qualitativas na economia e novos níveis de desenvolvimento econômico. O desenvolvimento não ocorre de forma espontânea, mas por meio de planejamento, especialmente ao ligado aos planos governamentais.

O grande desafio dos cientistas sociais que almejam maneiras para a distribuição das riquezas de forma mais equilibrada é entender como mensurar o desenvolvimento econômico, uma vez que na maior parte do tempo utilizam a terminologia 'desenvolvimento socioeconômico' na tentativa de diferenciá-lo do crescimento econômico, mesmo sabendo que a mensuração de valor do

desenvolvimento social não é de fácil definição e remete a um conceito mais amplo de desenvolvimento, gerando o termo produtividade social (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Sandroni (2000) define crescimento econômico como “o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* [...]” (SANDRONI, 2000, p. 73).

Em relação ao desenvolvimento econômico, o autor diz que trata-se do “crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura e sua economia [...]” (SANDRONI, 2000, p. 83).

Na observação de Vieira e Santos (2012), para que se tenha discernimento quanto ao conceito de desenvolvimento, é melhor que se utilize a expressão 'produtividade social', que pressupõe o desenvolvimento não somente pela caracterização do crescimento e melhoria da produção de bens e serviços em um local ou região, num certo momento. A produtividade social, defendida pelos autores, busca também a maneira como os bens e serviços serão direcionados para melhorar o padrão de vida da população e, ainda, como será feita a distribuição de tudo isso dentro do grupo.

Segundo Haddad (1999), na história do Brasil e de outros países da América do Sul não há indicação da correlação entre crescimento e distribuição de riqueza e de renda. Por isso, não é seguro dizer que o processo de crescimento econômico proporcionará garantias de bem-estar ao povo, seja em âmbito nacional ou regional, uma vez que crescimento e equidade podem estabelecer objetivos conflitivos, complementar ou independente. A inter-relação estará refém das políticas que forem planejadas e executadas, pois direcionarão as atitudes das partes envolvidas no processo (HADDAD, 1999).

De acordo com as considerações de Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (1996, p. 58): “Se o desenvolvimento econômico de um país é definido pela qualidade de vida de seus habitantes, não se pode examinar apenas o crescimento da produção de bens desse país”.

Torres, Ferreira e Dini (2003, p. 81) complementam esse pensamento considerando que: “Não é suficiente conhecer somente as condições econômicas,

também deve-se ter informações sobre a saúde, conhecimento e habilidades, relações sociais, condições de trabalho etc., para medir o nível de vida".

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (1996) citam que é preciso cuidado na análise do desenvolvimento, seja ele local ou regional, a partir de concepções que levam em conta o produto *per capita*. É importante considerar uma leitura em torno da média do volume da renda em poder de uma pequena parcela da população.

Na visão desses autores, a concepção de Produto Interno Bruto (PIB), ou Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*, é apenas uma representação de uma média que caracteriza a renda média da população, e não significa que os indivíduos pertencentes àquela população tenham o mesmo rendimento, ou que todos os indivíduos tenham acesso a bens. Os indivíduos espalham-se em torno da média, uns com renda maior e outros com renda menor, e a população com renda menor é bem superior àquela com renda maior.

Carniello e Santos (2011) reforçam que a concepção de desenvolvimento foi alterada inúmeras vezes no período contemporâneo, em detrimento de um grupo de variáveis que provocaram alterações contextuais. Essas alterações redundaram na necessidade de mudar paradigmas ligados à concepção, e uma quebra de paradigma muito clara diz respeito ao relacionamento que existe entre desenvolvimento e os processos de instalação de indústrias (CARNIELLO; SANTOS, 2011).

Segundo os autores, a industrialização era percebida como indicador de desenvolvimento até a metade do século XX, e a quebra de paradigmas veio, entre outros fatores, com a publicação do Relatório de Brundtland³, no ano de 1987. O relatório estabelece o princípio da luta por um novo padrão de desenvolvimento, que considera outros aspectos além da industrialização e apoio da Organização das Nações Unidas para buscar um tipo que valorize as condições de vida da população.

³Em 1983, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) convidou a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brundtland foi uma escolha natural para esse papel, na medida em que sua visão da saúde ultrapassa as barreiras do mundo médico para os assuntos ambientais e de desenvolvimento humano. Em abril de 1987, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, Nosso Futuro Comum- que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. (www.onu.org.br)

Conforme expõem Vieira e Santos (2012), a definição de desenvolvimento em si depende da separação do tipo que se quer analisar, uma vez que constitui um processo social global, mas que, por sua natureza, pode ser classificado em econômico, político, social ou cultural, levando-se em conta essencialmente a utilização de metodologias que mais privilegiem um desses aspectos em detrimento dos outros.

Em suma, o desenvolvimento a partir de bases conceituais é a explanação de pressupostos e objetivos trabalhados de forma conjunta num dado momento do processo histórico-social (VIEIRA; SANTOS, 2012). Ademais, conforme diz Haddad (1999), uma ideia correta da dimensão estratégica de desenvolvimento econômico e social de um determinado local e sua área de influência deve ter em seu bojo, na condição de elemento principal, um processo de inclusão social.

Ainda em relação ao desenvolvimento econômico, Vieira e Santos (2012) esclarecem a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico: o primeiro diz respeito ao incremento da capacidade produtiva da economia, que nada mais é do que o aumento da produção de bens e serviços de um país, região ou localidade.

Os autores dizem que o crescimento econômico é encontrado a partir do cálculo que se faz da medição do crescimento do número de empregos, do aumento no volume da poupança e o seu direcionamento para investimentos, bem como da melhoria da capacidade tecnológica.

O desenvolvimento econômico, por sua vez, é o crescimento econômico atrelado às melhorias das condições de vida das pessoas, além de mudanças essenciais na estrutura econômica de forma a propiciar uma distribuição das riquezas de forma mais igualitária, promovendo a equidade social (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Ainda nesse rumo, segundo Haddad (1999), vale ressaltar que não existe segurança em afirmar que um processo de crescimento econômico trará garantias de melhores condições de vida para a população de um país ou região. Isso porque, no entendimento de Schumpeter (1997), os fatos sociais são obtidos de uma maneira mais imediata do comportamento humano, enquanto os fatos econômicos originam-se a partir do comportamento econômico, que na verdade pode ser definido como o comportamento voltado à capacidade de adquirir bens.

De acordo com o que diz Siqueira e Siffert Filho (2001), se houver a compreensão que o desenvolvimento regional deve minimizar as diferenças entre regiões e também melhorar a qualidade de vida da população, pode-se calcular o nível de desenvolvimento de determinado local (região) pelos aspectos seguintes:

- análise da acumulação do capital fixo ligado às organizações empresariais e à infraestrutura física e social, que se encontra disponível em uma dada região;
- capacitação escolar da população; e
- indicadores sociais e de renda.

Estudar o enredo do desenvolvimento social exige, preliminarmente, o enfrentamento dos desajustes sociais de todo tipo, como os relacionados a gênero, raça, rendimento, e emprego, entre outros, sempre presentes no seio da sociedade brasileira, sem limitar o assunto somente ao âmbito dos despossuídos (LAMPREIA, 1995).

Na análise do desenvolvimento ou crescimento regional é importante comentar que a economia regional se caracteriza como parte da teoria econômica e, levando-se em conta a primeira em relação à segunda, é uma disciplina que na contagem histórica surgiu mais recentemente, uma vez que introduziu os estudos a respeito das questões espaciais e de localização (NASSER, 2000).

Nesse diapasão encontram-se Clemente e Higachi (2000), que abordam os espaços econômicos e afirmam que os conceitos referentes a esse assunto foram introduzidos por François Perroux⁴. Segundo os autores, os espaços econômicos são abstratos e se originam nos diversos trabalhos do homem.

Vieira e Santos (2012, p. 361) escrevem a respeito de espaço econômico, afirmando que são “[...] constituídos por relações de natureza econômica, com a produção, distribuição e consumo, que têm origem nas atividades humanas que atuam sobre um espaço geográfico”.

⁴**PERROUX, François:** economista francês neomarginalista, teórico do desenvolvimento econômico e autor de uma teoria do equilíbrio geral baseada no conceito de unidades ativas de produção e sua influência no espaço econômico. Discípulo de Schumpeter, seu professor em Viena, e Chamberlin, Perroux criou os conceitos de economia dominante e efeito de dominação, definidos como “a influência irreversível, internacional ou não, que uma unidade econômica qualquer exerce sobre outras unidades menos poderosas” (SANDRONI, 2000, p. 231).

Em virtude da dinamicidade do espaço geográfico, em função do crescimento e do desenvolvimento, na concepção de Casarotto Filho e Pires (1999), o crescimento leva à promoção da dinâmica econômica e notável progresso social, portanto o rumo que se dará de forma qualitativa no desenvolvimento pode bloquear o aumento das limitações locais ou regionais e os desequilíbrios que futuramente poderiam provocar rachaduras no equilíbrio social, desmoronando a sustentabilidade de todo o processo de desenvolvimento.

Os estudos referentes ao desenvolvimento econômico regional provocam reflexões muito além das medições históricas de crescimento econômico e dos cálculos dos indicadores sociais. Não que se queira descartá-los, ou simplesmente minimizar a sua importância, mas é necessário cogitar algo muito mais profundo, como promover uma análise mais qualitativa de desenvolvimento (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Em outras palavras, Vieira e Santos (2012) insistem que uma avaliação histórica de todo o processo, e não ficar refém somente dos cálculos matemáticos e estatísticos do crescimento e dos indicadores sociais, possibilitam uma análise mais ampla do desenvolvimento, especialmente em dois rumos: um determinando a refutação de se avaliar somente a partir dos indicadores econômicos; e outro com o entendimento do processo histórico de desenvolvimento, capaz de abranger tanto o tempo quanto o espaço como variáveis que remetem à compreensão da formulação histórica das inúmeras nuances a respeito do que é e de como atingir o desenvolvimento.

Nesse caso, conforme indica Haddad (1999), primeiramente é salutar dar prioridade às políticas que proporcionam a realização dos objetivos de igualdade e de crescimento de forma conjunta e complementar. Depois, são determinadas as políticas em que tais objetivos permaneçam, de certa forma, independentes uns dos outros. Por fim, apenas nos momentos em que não for possível outra solução é preciso introduzir políticas cujos objetivos se encontram de forma conflitosa (HADDAD, 1999).

Com relação ao desenvolvimento regional, conforme explica Nasser (2000), a economia vem destacando um crescimento rápido, e se apresenta como ferramenta relevante na implantação de políticas nos patamares nacional e internacional, para priorizar metas de diminuição das desigualdades, ou até mesmo analisar as situações. Em todo caso, a economia regional, no atual momento, destaca-se como

uma importante disciplina com diversos relacionamentos com os problemas estudados por outras áreas do conhecimento (NASSER, 2000).

Isso posto, ressalta-se ainda o que dizem Casarotto Filho e Pires (1999), que a adesão social, a sua conservação, e a assimilação da concepção de sustentabilidade representam um dos diversos obstáculos do processo estruturado e participativo de desenvolvimento social.

O entendimento do desenvolvimento com igualdade pressupõe a construção de políticas econômicas como integrantes do processo de desenvolvimento social e, também, a execução das políticas sociais que atendam a camada mais desprotegida da sociedade: as pessoas pobres, considerando-as como sujeitos do processo e não simplesmente como objetos (LAMPREIA, 1995).

Na avaliação de Carleial e Cruz (2012) encontra-se em debate, no Brasil, a necessidade de construir um amplo projeto nacional de desenvolvimento, e não há como avançar nessa discussão se não forem colocados, no centro dos debates, os assuntos ligados às questões regionais do País. Obviamente existem razões para que seja dessa forma, já que a questão regional brasileira perpassa as nuances do regional e do urbano, e devem ser levadas em conta as desigualdades de renda, estrutura produtiva. e padrão da divisão social do trabalho, entre outras (CARLEIAL; CRUZ, 2012).

Além disso, na ótica desses autores, considerando a dimensão internacional, há indícios de que as desigualdades caminham no sentido de ocorrerem também em escalas menores, como, por exemplo, dentro de um país que pertence a um bloco econômico, e remetendo esse entendimento para as questões municipais, no Brasil, é perceptível a tendência de seguir-se de forma padronizada a enorme desigualdade e a ausência de esperança de convergência de renda.

Siqueira e Siffert Filho (2001) argumentam que a composição de estratégias de desenvolvimento regional para o Brasil perpassa por uma nova concepção de regionalização do País, devendo, para tanto, levar em consideração uma nova divisão territorial brasileira em mesorregiões e microrregiões, além do que, nessa nova concepção, deve ser levada em conta a situação de subespaços regionais considerados desenvolvidos, mas que se encontram em estado de estagnação e apresentam baixo nível de rendimento.

Vieira e Santos (2012) alertam a respeito do entendimento dos termos desenvolvimento econômico e crescimento econômico ou social. Segundo os

autores, esses termos são comumente utilizados nas universidades, em diversas áreas do conhecimento, além de serem corriqueiros na mídia e na política. Independentemente de a discussão do tema ocorrer na academia ou fora dela, constantemente são confundidos.

Pessali e Dalto (2010) ressaltam que nas discussões a respeito de desenvolvimento econômico tem-se dado muito crédito para o papel do conhecimento e das inovações tecnológicas, renegando, em muitos trabalhos, especialmente os ortodoxos mais recentes, o papel das instituições e sua capacidade de criação de conhecimento e difusão da evolução tecnológica.

Aliás, segundo esses autores, é muito comum, na distribuição dos papéis dos atores promotores do desenvolvimento econômico, as instituições serem taxadas de inertes e de atrapalharem os esforços que levam ao desenvolvimento. Em outras palavras, o que Pessali e Dalto (2010) retratam é que existe quase um senso comum em relação à concepção de que a tecnologia compreende uma categoria pura, que não atende especificamente a interesses particulares, ou até mesmo de classe, e que busca tão somente aumentar a produtividade.

As instituições, por sua vez, estão relacionadas às ações que reforçam o seu *status quo*, e a sua inércia atrapalharia os avanços da tecnologia, dificultando as mudanças tecnológicas, acarretando assim o retardamento do desenvolvimento e do progresso social (PESSALI; DALTO, 2010).

Por outro lado, Vedovello, Puga e Félix (2001) comentam que as políticas de instalação de infraestruturas tecnológicas, recentemente, têm impulsionado interesses em diversos segmentos sociais, nesse caso considerando *policy-makers* e também agências de desenvolvimento, além de estimular as comunidades acadêmicas e de pesquisa.

Diante disso, o objetivo da política industrial e de inovação está se modificando sistematicamente, alterando de uma utilização mais extensiva de ferramentas de apoio direto para os mais indiretos. É nesse caminho que os programas de instalação e fortalecimento de infraestruturas tecnológicas se adentram, delimitando-se na procura permanente para tornar as empresas mais competitivas (VEDOVELLO; PUGA; FÉLIX, 2001).

Segundo Vieira e Santos (2012), deve-se levar em conta que a ideia de desenvolvimento precisa ser colocada como um processo social em sua integralidade, já que quando se busca a concepção de uma tipologia de

desenvolvimento esta é decorrente da necessidade de classificação, que se dará dependendo dos valores construídos ao longo do tempo em cada comunidade, mesmo conservando em seu bojo a abrangência de padrões de vida superiores, atingíveis pela maioria da sociedade.

Nessa ótica, seguindo o pensamento dos autores, o conceito de desenvolvimento econômico pode até ser antagônico ao pensamento de progresso econômico, já que a sua finalidade é superior à oferta de bens e serviços consequentes do ganho de produtividade. Carleial e Cruz (2012) alertam ao fato de o Brasil já ser sexagenário em termos de políticas de desenvolvimento regional, mas infelizmente ainda concentra no eixo São Paulo-Rio de Janeiro as atividades produtivas.

Alertam os autores que há pelo menos 30 anos o País esqueceu a coordenação nacional que trata das políticas de desenvolvimento regional, pressupondo que a simples presença de subsídios, incentivos fiscais, e a guerra fiscal entre os estados brasileiros iriam solucionar todos os problemas com a regulação de mercado.

Diante do fato de que nada ocorreu como o esperado, faz-se necessário recriar estratégias e implementar novos instrumentos, compatíveis com os desafios atuais, que promovam o desenvolvimento regional. O estágio pelo qual passa a economia do País, e também a sociedade, permite vislumbrar o favorecimento de uma transformação que redunde na diminuição das desigualdades regionais que impedem o desenvolvimento sustentável do Brasil (CARLEIAL; CRUZ, 2012).

Siqueira e Siffert Filho (2001), corroborando com o pensamento anterior, alegam que ao planejar a questão regional devem ser levadas em conta todas as nuances históricas do desenvolvimento nacional, já que a mesclagem no plano espacial é consequência da forma como o relacionamento social capitalista se propaga pelo território brasileiro.

Na avaliação de Pessali e Dalto (2010), é desnecessário considerar, dentro das nuances históricas do desenvolvimento, as instituições como essencialmente limitadoras enquanto a tecnologia aparece como libertadora, em que aquelas se comportam como empecilho do desenvolvimento desta.

Até mesmo os autores que preferem discutir o papel do progresso tecnológico no desenvolvimento já conseguem entender a necessidade de uma análise mais

positiva e sistêmica do papel das instituições na produção e difusão do conhecimento (PESSALI; DALTO, 2010).

Conforme ressaltam Vedovello, Puga e Félix (2001), os sistemas tecnológicos, em grande monta, inter-relacionam-se de maneira eficaz com a organização social onde atuam, e, na maior parte dos casos, chegam até mesmo a determinar a *performance* da sociedade envolvida no sistema tecnológico. O aumento no desenvolvimento das operações de Ciência e Tecnologia (C&T), considerado desde meados do século passado, buscou estimular o planejamento, as políticas de financiamento, as novas formas de gestão e até mesmo a mensuração qualitativa e quantitativa de suas atividades.

Como consequência, os sistemas nacionais e regionais de inovação denotam particularidades diferentes e apresentam-se interligados aos fatores que os caracterizam, demonstrando a forma como esses sistemas, juntamente com os de ciência e tecnologia (C&T), encontram-se articulados e desenvolvidos. Apesar das diferenças, interligações se fazem presentes sempre incentivadas por perspectivas de ordem geoestratégicas, econômicas e financeiras (VEDOVELLO; PUGA; FÉLIX, 2001).

Oliveira e Quinteiros (2011), completando o raciocínio anterior, ensinam que como grande parte das inovações é incentivada por fatores relacionados à produção e mercados (*Market-pull*), e uma pequena parte por oportunidades tecnológicas (*technology-push*), é salutar que o entendimento desses conceitos seja alinhado à concepção de transferência de tecnologia.

2.3 Geração de Emprego e Renda e Qualidade de Vida

O mercado, levando-se em consideração um sistema econômico, conforme dizem Silva e Luiz (1997, p. 176): "É formado pelas pessoas que querem comprar e pelas que querem vender bens e serviços, ou seja, os consumidores e os empresários". Os autores não querem dar a conotação somente da presença física desses consumidores e empresários, e sim como se processam as intenções de compra e venda desses personagens.

Nesse caso, o que se considera mercado é o encontro da oferta com a demanda por bens e serviços em uma economia, e o resultante desse encontro

redundará na definição do preço do bem ou serviço negociado, além de determinar também as quantidades transacionadas. Tanto os executivos de grandes empresas industriais, como os do setor financeiro, ao se referirem a mercado não estão considerando um lugar, efetivamente, mas sim uma abstração econômica (REIS, 2003).

Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 7), ao explicarem o que é mercado, citam um grupo “de compradores e vendedores que, por meio de suas interações efetivas ou potenciais, determinam o preço de um produto ou de um conjunto de produtos”.

Na visão de Reis (2003), só haverá a ocorrência de mercado se houver um interesse recíproco na troca, em que a barganha entre quem quer vender e quem quer comprar é fator preponderante para reunir as características fundamentais desse fenômeno.

Na avaliação de Silva e Luiz (1997), no mercado o relacionamento entre as partes não é efetivo, mas potencial. Os agentes econômicos, nesse caso, considerados os produtores e os consumidores, estão somente levando em conta a quantidade de bens e/ou serviços que poderiam ofertar ou consumir, mediante a apresentação de preços determinados.

De qualquer forma, Sauaia e Kallás (2007) ressaltam que organizações, agindo em sistema de concorrência pura, são consideradas tomadoras de preços, que são determinados pela posição de equilíbrio que existe na troca entre a oferta e a demanda.

Por outro lado, quando as organizações atuam em mercados imperfeitos como, por exemplo, o monopólio, o oligopólio, e a concorrência monopolística, acabam tornando-se formadoras de preços e, nesse caso, têm condições de regulamentá-los de acordo com os seus interesses (SAUAIA e KALLÁS, 2007).

Pindyck e Rubinfeld (2006), ao tratarem a definição do mercado, alegam que tal definição se dá pelo estabelecimento dos conjuntos de compradores e vendedores e volume de produtos que necessariamente são definidos em um mercado particular.

Já Reis (2003) destaca que as trocas, cada uma delas, são definidas como uma ligação associativa, que se finaliza no interesse que os envolvidos têm no bem e/ou serviço trocado. Esse associativismo nas trocas acaba constituindo uma

sociedade efêmera, que se finda na efetivação da troca e, nesse caso, o mercado se apresenta como uma comunidade que se caracteriza pela troca contemporânea e sucessiva, que demonstra ser, sobretudo, efêmera.

Conforme observam Sauaia e Kallás (2007), as trocas ocorrem, por exemplo, com a demanda por trabalhadores e indivíduos propensos a trabalhar; ou quando há indivíduos aplicando dinheiro nos bancos e pessoas procurando por empréstimos; e também quando organizações empresariais emitem debêntures ou ações e indivíduos procuram por esses títulos; ou, ainda, quando recursos humanos, financeiros e de capital são oferecidos e procurados.

Nesses casos é permitido dizer que tudo isso constitui mercado de recursos, e ao se buscar as especificidades no mercado de recursos serão encontrados: mercado de trabalho, mercado financeiro e mercado de capitais, todos eles abstrações que se relacionam às questões da oferta e da procura dos recursos específicos (SAUAIA e KALLÁS, 2007).

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006), os fundamentos de mercado vão além das possibilidades da concorrência perfeita e do monopólio, uma vez que entre essas duas variações extremas existem inúmeras situações intermediárias, delimitadas pelo número de agentes que se encontram de cada lado da oferta e da procura, considerando as diferentes composições que o mercado pode oferecer. O Quadro 1 resume o entendimento do autor a esse respeito.

Oferta \ Procura	Um só Vendedor	Pequeno número de Vendedores	Grande número de Vendedores
Um só comprador	Monopólio bilateral	Quase-monopsônio	Monopsônio
Pequeno número de compradores	Quase-monopólio	Oligopólio bilateral	Oligopsônio
Grande número de compradores	Monopólio	Oligopólio	Concorrência perfeita

Quadro 1 - Estruturas de mercado segundo um único elemento de diferenciação: o número de agentes envolvidos

Fonte: Adaptado de Pindyck e Rubinfeld (2006)

Em todo caso, na visão de Sauaia e Kallás (2007), quando se promove o estudo sistemático de um mercado é importante reconhecer o preço e a quantidade em que ocorre a situação de equilíbrio. Isso significa que na ocasião da concorrência pura, em que há o preço de equilíbrio (a igualdade de ofertas e demandas), para os participantes que estão oferecendo o lucro econômico, haverá tendência a zero quando a curva da demanda é igual à curva da receita marginal.

Pindyck e Rubinfeld (2006) afirmam que em relação ao equilíbrio em um monopólio este se dará quando a receita marginal for igual ao custo marginal, anulando o lucro incremental. O agente monopolista tem lucros positivos, considerando que as curvas de demanda e de receita marginal não são mais coincidentes e que geram um preço de equilíbrio maior que o obtido pela concorrência pura.

No tocante à concorrência monopolística, haverá equilíbrio no momento em que entrarem novas organizações no mercado, tendendo os lucros a zero. No mercado oligopolista, a organização fixa preço e volume com referência na expectativa de comportamento dos concorrentes (PINDYCK e RUBINFELD, 2006).

Diante dessa situação, Reis (2003) observa que é comum considerar o mercado repulsivo em função da frieza e da impessoalidade como as trocas se realizam, pois o mercado é indiferente a qualquer tipo de confraternização.

Já a ética tem ação condenatória na prática da livre concorrência entre irmãos, e é o único relacionamento pacífico realizado entre estranhos: “Daí a ambiguidade fundamental no mercado: emancipatório por autorizar a perseguição de fins pessoais, independente da opinião alheia, e opressivo por viabilizar, rotinizar e, por fim, legitimar a indiferença recíproca” (REIS, 2003, p.58).

É preciso considerar a relevância do mercado no sistema econômico, uma vez que, por intermédio do sistema de preços, o mercado consegue recursos escassos para produzir certo número de bens e de serviços que dizem respeito a um patamar de satisfação das necessidades dos indivíduos, o seu nível ou padrão de vida (SILVA; LUIZ, 1997).

Pindyck e Rubinfeld (2006) apresentam algumas considerações referentes a mercado e estrutura de mercado, conforme exposto no Quadro 2, mantendo praticamente o mesmo raciocínio apresentado no Quadro 1, que apresentou a classificação das estruturas de mercado segundo um único elemento de diferenciação: o número de agentes envolvidos.

Tipos de Mercado	DEFINIÇÃO
Duopólio	Mercado no qual duas empresas competem entre si.
Competição monopolística	Mercado no qual as empresas podem entrar livremente, cada uma produzindo sua própria marca ou uma versão de um produto diferenciado.
Cartel	Mercado no qual algumas ou todas as empresas fazem coalizões explicitamente e coordenam preços e níveis de produção para maximizar seus lucros conjuntamente.
Monopólio	Mercado no qual existe apenas um vendedor.
Monopólio bilateral	Um mercado que tem apenas um vendedor e um comprador.
Monopólio natural	Empresa que tem capacidade de produção para todo o mercado com um custo menor ao que existiria caso houvesse várias empresas.
Monopsônio	Mercado que tem um único comprador.
Oligopólio	Mercado no qual apenas algumas empresas competem entre si e há impedimento para a entrada de novas empresas.
Oligopsônio	Mercado com poucos compradores.
Poder de mercado	Capacidade tanto do vendedor quanto do comprador de influenciar o preço de uma mercadoria.
Poder de monopsonio	Capacidade de determinados compradores de afetar o preço de um produto.

Quadro 2 - Estruturas de mercado diferenciadas por fatores associados ao comportamento dos agentes e à natureza dos produtos

Fonte: Adaptado de Pindyck e Rubinfeld (2006)

Na ótica de Sen (2010, p. 151), embora “os méritos do mecanismo de mercado sejam hoje amplamente reconhecidos, as razões para desejar os mercados muitas vezes não são plenamente compreendidas”. De acordo com o autor, até há pouco tempo os egressos universitários que haviam terminado o curso de Economia compreendiam em que situação os sistemas de mercados refletiam sérias dificuldades, e todos os livros didáticos apresentavam, quase de maneira uniforme, uma lista de defeitos.

O fato de não se aceitar, intelectualmente, a máquina de mercado, redundava em grande parte em propostas radicais de métodos pouco ortodoxos para organizar o mundo, sem levar em conta, na maioria das vezes, que essa radicalidade de ações poderia levar a problemas ainda maiores ao invés de soluções propriamente ditas (SEN, 2010).

Tipo de População	Definição
População Total	Quadro demográfico que habita o país. Inclui as imigrações líquidas de outros países. Organiza-se e se movimenta no espaço territorial em função de fatores históricos e culturais, atraído pelas potencialidades de reservas naturais e pela decorrente concentração das atividades econômicas.
População não mobilizável economicamente	Parcela da população total não mobilizável para o exercício de atividade econômica. Divide-se em duas porções: porção pré-produtiva e porção pós-produtiva.
- Porção pré-produtiva	Potencialmente mobilizável no futuro, mas situada em faixas etárias inferiores às de acesso ao trabalho.
- Porção pós-produtiva	Constituída por faixas etárias avançadas, que já deixaram as atividades formais de produção.
População economicamente mobilizável	Parcela da população total apta para o exercício de atividades econômicas. A maior parte desse subconjunto é economicamente ativa; parte geralmente inferior é constituída por inativos.
- População economicamente ativa (PEA)	Constitui-se de empregadores, empregados e autônomos (que trabalham por conta própria). A aptidão e a capacitação para o exercício de atividades produtivas são definidas por parâmetros como herança cultural, grau de instrução e sanidade física e mental. Esse subconjunto, em relação ao contingente economicamente mobilizável, varia em função de fatores sazonais e conjunturais.
- População economicamente inativa (PEI)	Subconjunto da população economicamente mobilizável, apta para o exercício de atividades produtivas, mas que se encontra inativa ou que se dedica a ocupações que não se consideram para a avaliação do produto agregado. A inatividade, a desocupação ou o desemprego decorrem não apenas de fatores conjunturais e sazonais, mas ainda de condições estruturais ou, mesmo, de escolhas individuais. O desemprego pode ser, portanto, subclassificado em involuntário ou voluntário.

Quadro 3 - Fator trabalho: conceito e caracterização

Fonte: Adaptado de Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006)

No que diz respeito ao mercado de trabalho, faz-se necessário, primeiramente, introduzir o fator trabalho que, de acordo com Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006), é formado exclusivamente pela população de um país ou região que seja economicamente mobilizável, e dessa população excluem-se duas faixas etárias: a pré-produtiva e a pós-produtiva, que não são mobilizáveis do ponto de vista econômico. O Quadro 3, apresentado anteriormente, exemplifica bem o pensamento dos autores.

Say (1983) diz que o trabalho é uma atividade contínua ao qual a pessoa se entrega para fazer uma das operações da indústria ou somente parte dessas operações, não importando a que ela se aplica, pois no final o trabalho sempre é produtivo, uma vez que colabora na criação de um produto.

Além disso, o autor descreve que:

O trabalho do cientista que faz experiências e escreve livros é produtivo; o trabalho do empresário [...] é produtivo; finalmente, também é produtivo o trabalho do operário manual, desde o trabalhador agrícola que cava a terra até o marinheiro que manobra um navio (SAY, 1983, p. 91).

É salutar observar o que Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006, p. 102) comentam a respeito de produto potencial que, na ótica desses autores, “é aquele que poderia ser alcançado e sustentado no futuro usando eficiente e plenamente os fatores de produção ao longo do tempo”.

Quando ocorre a falta de um produto potencial, denominado hiato, parte dos fatores de produção não está sendo utilizada de forma eficaz: é o chamado desemprego. O fator de produção mais importante é o desemprego do fator trabalho. “Este talvez seja o mais grave problema macroeconômico, sendo enfrentado pela maioria das principais economias mundiais no final do século XX [...]” (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2006, p. 104).

Para Sen (2010, p. 152): “O desenvolvimento de mercados livres em geral e da livre procura de emprego em particular é um fato muito valorizado em estudos históricos”. Na visão desse autor, considerando-se, inclusive, as críticas ao capitalismo promovidas por Karl Marx, é possível perceber como é importante a emergência da liberdade de emprego.

Quando se fala em emprego imediatamente vem à tona o mercado de trabalho, produto potencial, população, e desemprego, entre outros. Em verdade, conforme observam Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006), o fator de produção trabalho é formado em detrimento do tamanho da população.

De acordo com os autores, mesmo considerando a população total do país, quando se faz referência à força de trabalho deve ser levada em conta somente a população economicamente ativa (PEA): que é a população ativa integrada ao mercado de trabalho somada à população ativa não integrada ao mercado de trabalho que, por sua vez, deriva da população em idade ativa (PIA), que na verdade é a população residente em um país (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2006).

Para melhor entendimento da PEA, nessa classificação estão incluídas as pessoas empregadas e as que estão procurando emprego (ativas integradas ao mercado de trabalho), bem como os incapacitados para o mercado de trabalho, os aposentados, os pensionistas, os estudantes, os detentos, os trabalhadores dedicados aos afazeres domésticos e os inativos, que não buscam nem desejam

trabalhar. Além disso, os autores chamam a atenção para o que se considera ainda como população ocupada, que é a diferença entre a PEA e os desempregados.

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006) explicam, ainda, que parte de uma população economicamente mobilizável, mesmo estando apta para o trabalho, fica à margem do processo produtivo, que é a população economicamente inativa, como visto anteriormente. Essa inatividade pode ser considerada voluntária ou involuntária.

A inatividade involuntária decorre da incapacidade de a economia criar ou manter postos de trabalho para a população, enquanto que o desemprego (inatividade) voluntário surge em decorrência de opções de vida, de particularidades da organização social e da cultura da sociedade.

Mesmo ocorrendo variações de país para país, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu a faixa etária de 15 a 60 anos como a parcela da população que se enquadra na PEA (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JÚNIOR, 2006)

2.3.1 Indicadores Sociais e Políticas Públicas

Conforme advoga Jannuzzi (2002), um indicador social se caracteriza como uma medida geralmente quantitativa, recheada de significado social substantivo, utilizado para substituir, quantificar ou operacionalizar conceito social abstrato, que dentro dos estudos acadêmicos tem relevância teórica, enquanto que para a formulação de políticas tem relevância programática.

Em outras palavras, continua o autor, um indicador social é um recurso metodológico, contextualizado empiricamente, que revela algo a respeito de um aspecto da realidade social ou acerca de transformações que estão acontecendo.

Os indicadores sociais são necessários para auxiliar as ações de planejamento público e também a formulação de políticas sociais no âmbito governamental, em todas as suas esferas. Facilitam o controle das condições de vida por parte do poder público e da sociedade civil, além de favorecer o aprofundamento dos estudos acadêmicos em relação à transformação social e aos determinantes dos diversos fenômenos sociais.

Para os estudos acadêmicos, o indicador social é a ligação entre os modelos explicativos da teoria social e a comprovação empírica dos fenômenos sociais observados. Por outro lado, em um olhar pragmático, o indicador social é uma ferramenta operacional para acompanhamento da realidade social, com o objetivo de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2002).

O Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil 2009/2010 traz que na esfera da política pública é mais comum que os relatórios persigam o objetivo de determinar as recomendações para as políticas governamentais. Notadamente, é um objetivo importante, porém não se pode deixar de pensar também o potencial que as políticas públicas têm no âmbito do desenvolvimento humano (PNUD, 2010).

Segundo o mesmo Relatório, as recomendações mencionadas anteriormente não consideram o poder das políticas com o cidadão. Essas políticas buscam dar visibilidade à relevância de se colocar as pessoas como agentes formadores do seu próprio desenvolvimento. Isso porque espera-se que as políticas para e com o cidadão busquem dar poder de ação a ele, como se fosse um instrumento de liberdade que pudesse mudar a sua maneira de pensar e agir, motivando-o e transformando o seu próprio destino com realizações materiais ou imateriais.

Nesse caso, Sen (2010) explica que a liberdade é o mais importante fim e o mais importante meio do desenvolvimento, que busca eliminar a falta de liberdade que impede as escolhas e as oportunidades de o cidadão exercer livremente a sua condição de agente. Nesse caso, o simples fato de eliminar algumas privações de liberdade substancial favorece o encadeamento de políticas voltadas para o desenvolvimento do ser humano, que, a princípio, pareceriam antagônicas, e que se tornam complementares.

Conforme preconiza Jannuzzi (2002), limitações na certificação de alguns indicadores sociais se mostram na base de algumas inconsistências encontradas na pesquisa social quantitativa. Pesquisas nessa linha de raciocínio apontam que, às vezes, não existe ligação entre o desemprego e a pobreza, ou a violência e as condições de vida, sem perguntar se, de fato, a ausência de significância estatística na relação entre os indicadores utilizados provém da ausência de validade da medida em representar os aspectos sociais estudados.

Sem muita variação, quase não se encontram reflexões a respeito da validação dos indicadores e tampouco da estrutura de causalidade entre os

aspectos sociais pesquisados, constituindo outro fator que pode interferir na inferência a despeito da associação entre variáveis.

Faz-se necessário compreender que as políticas são comumente chamadas de ‘públicas’ quando tratam da ação governamental, percebidas como metas da atividade política. A compreensão do ‘ser público’ vai, portanto, muito além do que o ser coletivo, uma vez que alcança o poder oriundo da autoridade soberana do governo, legitimada pela ação política. A dimensão pública é estabelecida não apenas pelo número de cidadãos beneficiados pela sua ação, mas pela autoridade que carrega. Diante disso, as políticas públicas dizem respeito aos fins e aos desejos de uma comunidade, bem como aos meios que são definidos para a sua realização (PNUD, 2010).

Frente a isso, Sen (2010) diz que, se o ponto original da compreensão do assunto permeia na identificação da liberdade como o mais importante objetivo do desenvolvimento, “(...) o alcance da análise de políticas depende de estabelecer os encadeamentos empíricos que tornam coerente e convincente o ponto de vista de liberdade como a perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 10).

Na opinião de Jannuzzi (2002), uma maneira de classificar, muito importante para os estudos e formulação de políticas sociais, está na forma de distinguir os indicadores sociais no que tange à natureza do ente indicado, conforme explicitado no Quadro 4.

CLASSIFICAÇÃO DO INDICADOR	DESCRIÇÃO
Indicadores-insumo (<i>input indicators</i>)	Correspondem às medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. Exemplo: o número de leitos hospitalares por mil habitantes, o número de professores por quantidade de estudantes ou, ainda, o gasto monetário <i>per capita</i> nas diversas áreas de política social.
Indicadores-produto (<i>outcome</i> ou <i>output indicators</i>)	São aqueles mais propriamente vinculados às dimensões empíricas da realidade social, referidos às variáveis resultantes de processos sociais complexos. Exemplo: esperança de vida ao nascer, proporção de crianças fora da escola ou nível de pobreza. São medidas representativas das condições de vida, saúde, nível de renda da população, indicativas da presença, ausência, avanços ou retrocessos das políticas sociais formuladas.
Indicadores-processo ou fluxo (<i>through put indicators</i>)	São indicadores intermediários, que traduzem em medidas quantitativas o esforço operacional de alocação de recursos humanos, físicos ou financeiros (indicadores-insumo) para a obtenção de melhorias efetivas de bem-estar (indicadores-produto). Exemplo: número de consultas pediátricas por mês, merendas escolares distribuídas diariamente por aluno ou, ainda, homens-hora dedicados a um programa social.

Quadro 4 – Classificação dos indicadores sociais

Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2002, pp. 59/60)

De acordo com o relatório do PNUD (2010), o estabelecimento da política pública pode ser enriquecido, oferecendo um papel mais ativo às pessoas na sua formulação. Iniciadas a partir da visão do desenvolvimento humano, o desafio maior das políticas públicas é mobilizar as pessoas para que se apropriem das soluções e sejam partes integrantes delas, como agentes e não como coadjuvantes da política pública, ou seja, as pessoas, em busca de suas aspirações, devem desenvolver a capacidade de estabelecer seus objetivos e esforçarem-se para atingi-los.

Para Santos e Magalhães (2012) existem dois tipos de política: as de integração e as de inserção. As políticas de integração almejam o equilíbrio, a homogeneização da sociedade, com o propósito de oferecer a todos o acesso aos serviços públicos.

Por outro lado, as políticas de inserção são as que agem corrigindo os efeitos do desequilíbrio social sem interferir nas suas causas. Acabam obedecendo ao que é comumente aceito da discriminação positiva, que estabelece com alto grau de acerto a clientela e sua localização no espaço social, enquanto desenvolvem estratégias muito singulares para ela.

Nesse sentido, Amaral e Monteiro (2013) asseveram que em 2003 o Governo Federal criou o Programa Bolsa Família, com a intenção de unificar os demais programas de transferência de renda criados até aquele momento, bem como melhorar o foco das ações.

A partir de 2003 o programa passou a trabalhar com uma transferência condicionada de renda, visto que implantou condicionantes nos setores de educação e saúde, buscando com isso melhorar o acesso das pessoas aos direitos sociais básicos, bem como elevar o capital humano de seus beneficiários.

Na ótica desses autores, “Estudos geraram evidências de que programas de transferência condicionada de renda produzem impactos significativos na diminuição da desigualdade de renda, ou mesmo na pobreza” (AMARAL; MONTEIRO, 2013, p. 532).

Para melhor compreensão do assunto, Bichir (2010) ressalta que o Programa Bolsa Família (PBF) unificou três outros programas que já existiam, o Bolsa-Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás. O PBF tratou também da unificação das ações dos governos federal, estaduais e municipais em um só programa de transferência direta da renda, por intermédio de convênios.

Esse programa estabelece a transferência de uma parcela sem contrapartidas, abrangendo as famílias extremamente pobres, e de outra parcela que tem previsão de contrapartida, como, por exemplo, a frequência escolar e os cuidados básicos de saúde, em se tratando de famílias pobres.

Kerstenetzki (2009), complementando o raciocínio anterior, reforça que a implementação do Programa Bolsa Família buscou, fundamentalmente, dois propósitos; primeiro, a redução da pobreza e, segundo, dar fim ao seu ciclo intergeracional. O primeiro propósito seria atingido pelas transferências, enquanto que o segundo daria frutos pelas condicionalidades de educação e saúde, como a frequência das crianças à escola e também a participação em campanhas de orientação nutricional e preventivas de saúde, com foco nas crianças pequenas e nas mulheres gestantes.

Santos e Magalhães (2012) advogam que deve-se considerar a pobreza como um fenômeno complexo e multifatorial. Por isso, é salutar buscar a articulação da transferência do benefício monetário a outras políticas, emergenciais e estruturantes, com o intuito de não cair nas velhas práticas assistencialistas. Em outras palavras, as autoras dizem que o formato do PBF trouxe uma nova perspectiva de inclusão social, buscando ir além da simples distribuição de benefícios monetários, caminhando no rumo de estratégias alinhadas à liberdade das famílias pobres.

Por outro lado, Amaral e Monteiro (2013) lembram que a desigualdade social diminuiu no Brasil de forma significativa e contínua a partir dos anos 2001 e 2004. As causas mais importantes dessa diminuição foram as mudanças no mercado de trabalho, o crescimento da economia, os aumentos reais do salário mínimo, o surgimento de mais empregos formais, o lançamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), as aposentadorias rurais, assim como o estabelecimento de mecanismos de proteção social.

Esclarecem ainda, os autores, que a diminuição da desigualdade social coincidiu com o aparecimento dos programas de transferência condicionada de renda, que almejam resolver problemas de desigualdade e pobreza, estabelecendo contrapartidas das famílias participantes. O objetivo inicial das transferências é que, “À medida que procuram transferir recursos concentrados nas mãos dos mais ricos à população mais pobre, esses programas esperam diminuir gradativamente a

distância entre ricos e pobres, além de amenizar a situação de pobreza no país” (AMARAL; MONTEIRO, 2013, p. 533).

Bichir (2010) explica o funcionamento do Programa Bolsa Família (PBF), em que a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é responsável pelo PBF, cabendo a essa Secretaria definir os critérios para seleção das famílias que serão contempladas e o quanto cada uma receberá.

A Senarc define, também, o questionário do Cadastro Único, estabelecendo os critérios para a suspensão e corte dos benefícios, além de dar rumo aos parâmetros operacionais. No tocante à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (Sagi), esta fica responsável pela avaliação do impacto do programa. À Caixa Econômica Federal compete a operacionalização do sistema, pelo Cadastro Único, e o pagamento dos benefícios.

Kerstenetzki (2009) adverte, porém, que em relação à diminuição da pobreza no Brasil, se for levada em conta a linha de pobreza determinada pelo Programa,

o efeito dos benefícios sobre a incidência da pobreza, que é a proporção da população que recebe uma renda inferior à linha de pobreza, não é especialmente importante. Esse resultado reflete as regras de elegibilidade e o tamanho dos benefícios. Ou seja, as famílias elegíveis, classificadas como muito pobres ou pobres, recebem transferências em razão da intensidade da pobreza e do número de crianças na família, mas as transferências não são suficientes para removê-las da condição de pobreza. As transferências representam, não obstante, um importante mecanismo de alívio à pobreza para famílias muito pobres e poder ter tido efeitos significativos sobre a subnutrição infantil (KERSTENETZKI, 2009, p. 57).

O tempo ideal para se aplicar a política pública é quando as ações preestabelecidas passam a ser implantadas (operacionalizadas). É comum na política pública dar atenção ao planejamento e projetos governamentais, ao modelo em que a execução é voltada para as pessoas. Por outro lado, nas políticas com o cidadão, com base no desenvolvimento humano, a instalação se dá no momento em que as pessoas têm condições para colaborar na aplicação prática das soluções (PNUD, 2010).

Segundo Bichir (2010), em referência aos impactos do programa, muitos autores indicam a redução da pobreza e da desigualdade no Brasil, não chegando a um consenso no que se refere ao peso relativo dos fatores mais importantes dessa dinâmica. É que muitos consideram a importância dos programas de transferência de renda, em particular o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, para a diminuição da pobreza e da desigualdade.

Esses autores consideram que sem as políticas distributivas o crescimento econômico alcançado nos últimos anos não teria conseguido, sozinho, uma queda na desigualdade. Isso porque, na concepção de outros autores, as mudanças no mercado de trabalho e até mesmo o dinamismo mais recente da economia favoreceram mais a diminuição da desigualdade do que os programas em si.

Assim, dando continuidade ao pensamento de Bichir (2010), muitos autores defendem que o PBF incide mais fortemente nos índices de desigualdade, como o Índice de Gini, do que na pobreza propriamente dita. A eficácia do PBF na diminuição da desigualdade está relacionada, portanto, à progressividade dos benefícios que realmente são direcionados aos mais pobres. O Programa Bolsa Família, por exemplo, não apresenta impacto relevante sobre a redução da proporção de pobres, uma vez que o valor dos benefícios transferidos é baixo, ficando quase sempre abaixo da linha da pobreza.

Por outro lado, se o propósito principal das transferências de renda fosse a diminuição da pobreza, não seria necessário criar condicionalidades, pois somente a transferência de renda alcançaria os propósitos traçados. Nesse caso, a discussão cairia nos aspectos relativos ao tamanho dessa transferência e qual seria o público-alvo ideal para criar melhores resultados positivos com a política.

É preciso considerar, também, que se o propósito maior das transferências era o de implementar estratégias para eliminar o ciclo vicioso que prende as gerações das famílias pobres, seria salutar buscar estratégias de investimento em capital humano das crianças pertencentes às famílias contempladas com o Programa, ou seja, o objetivo não seria apenas resolver as dificuldades de acesso às necessidades básicas por parte de uma camada mais vulnerável dos cidadãos (AMARAL; MONTEIRO, 2013).

Kerstenetzki (2010) avalia que alguns autores consideram o Programa Bolsa Família assistencialista e, por isso, existiria uma tendência natural em aumentar a dependência dos pobres ao Programa, ao invés de estimular a responsabilidade e a autonomia.

Em uma avaliação da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, que tem como uma de suas ações traduzir em ações sociais e políticas a solicitude da Igreja para com os mais pobres e indefesos, a autora ressalta que os reforços econômicos recebidos apontam a necessidade de investimento nas chamadas portas de saída para melhorar a efetividade do

Programa Bolsa Família. Isso porque dentre os seus defensores há o consenso que é preciso oferecer oportunidades sustentáveis para as famílias.

De qualquer forma, conforme explica Jannuzzi (2002), em todas as etapas do processo de planejamento e operacionalização da política social é necessária a utilização de indicadores específicos, cada qual oferecendo elementos e subsídios diferenciados para o correto encaminhamento do processo.

Na operacionalização dos programas faz-se necessário julgar o esforço despendido por intermédio de indicadores-insumo e indicadores-processo de avaliação da eficiência dos recursos utilizados. Quanto à avaliação dos programas colocados em prática, os resultados devem ser mensurados por meio de indicadores-produto de variados formatos para que seja possível aferir a eficácia no atingimento das metas específicas, bem como a efetividade social das soluções sugeridas (JANNUZZI, 2002).

Para melhor compreensão, Jannuzzi (2002) propõe o exemplo de um modelo de avaliação das políticas públicas por meio de indicadores sociais, conforme demonstra a Figura 1.

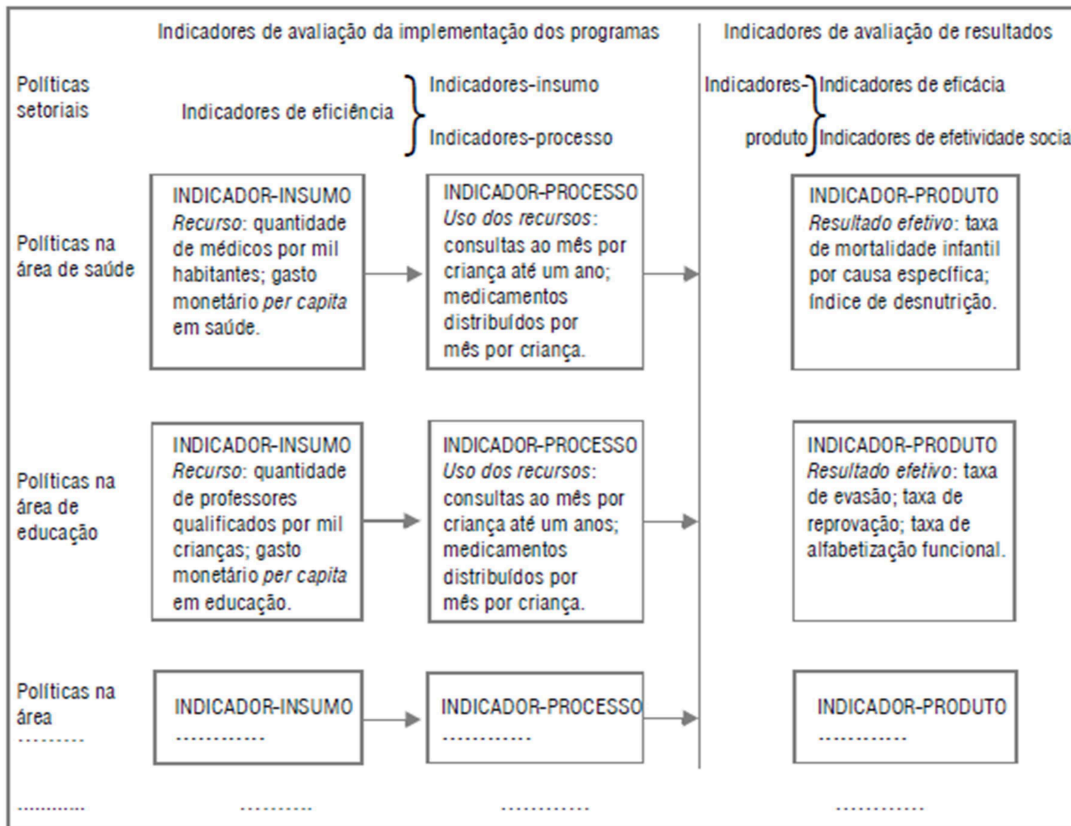


Figura 1 – Modelo de avaliação das políticas públicas por meio de indicadores sociais
Fonte: Jannuzzi (2002, p. 61)

2.3.2 Qualidade de Vida

Monteiro *et al* (2010) comentam que o termo qualidade de vida foi colocado pela primeira vez, com visibilidade pública, no ano de 1964, pelo então presidente dos Estados Unidos Lyndon Johnson, ao abordar o tema e dizer que os objetivos não deveriam ser mensurados apenas pelos resultados financeiros dos bancos, e sim pela qualidade de vida das pessoas.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de qualidade de vida estampado no WHOQOL - SRPB Instrument da OMS é: “Qualidade de vida como percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (OMS, 2002, p. 2. Tradução nossa).

Panzini *et al* (2007) apontam que não existe na literatura consenso a respeito do conceito de qualidade de vida, porém cabe destacar a necessidade de diferenciá-lo do conceito de padrão de vida. Este diz respeito aos indicadores gerais das características importantes do modo de vida da população e das pessoas no que tange aos aspectos socioeconômicos, demográficos e à disposição da saúde básica.

A qualidade de vida, por sua vez, refere-se à percepção subjetiva das questões relevantes da vida de um indivíduo, que não irão, necessariamente, coincidir com os indicadores de padrão de vida. Para Gonçalves e Vilarta (2004):

Qualidade de Vida significa várias coisas. Diz respeito a como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano. Envolve, portanto, saúde, educação, transporte, moradia, trabalho e participação nas decisões que lhes dizem respeito e determinam como vive o mundo (GONÇALVES; VILARTA, 2004, p. 3).

A qualidade de vida abrange, na visão de Gonçalves e Vilarta (2004), diferentes situações, como tempo de formação escolar, atendimento adequado na saúde preventiva e curativa, transporte coletivo confortável e pontual, alimentação de qualidade, aquisição de bens materiais.

Minayo, Hartz e Buss (2000), aprofundando o entendimento desse assunto, afirmam que a qualidade de vida é um entendimento exclusivamente do ser humano, relacionado ao nível de satisfação percebido na convivência familiar, no relacionamento amoroso, na inter-relação social e nas questões ambientais,

abrangendo ainda a essência existencial. Além disso, espera poder construir um resumo da cultura dos aspectos que certa comunidade elege como padrão de conforto e bem-estar.

Rocha *et al* (2000) asseveram que a conceituação de qualidade de vida faz parte de um processo contínuo, e medi-la tem se tornado uma ação pretenciosa. Isso porque, segundo os autores, é muito difícil promover um estudo conceitual dentro das questões relacionadas com a qualidade de vida de uma cidade e seus municípios, visto que o tema, em si, apresenta dificuldades, pois a vida, primordial para as pessoas, necessita de requisitos mínimos de qualidade para que valha a pena.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) complementam destacando que há inúmeras explicações para a diferença entre como são medidos os fenômenos socioeconômicos e a forma como as pessoas percebem esses mesmos fenômenos.

Nesse caso, a conceituação de medição estatística poderia estar certa, porém a forma de medição não seria perfeita, e também poderiam ser discutidos, em algumas situações, os conceitos mais adequados e de que forma os conceitos diferentes seriam utilizados de maneira mais apropriada.

Na ótica desses autores, outro fator que merece atenção é o tocante à grande mudança na desigualdade, em relação à distribuição da renda, em especial ao Produto Interno Bruto (PIB) ou outro agregado *per capita*.

Os dados podem não representar uma avaliação exata da situação econômica em que a maioria das pessoas se encontra. Se a desigualdade cresce muito em relação ao aumento da média *per capita* do PIB, pode ser que grande parte da população se encontre em uma situação ainda pior do que demonstra o aumento da renda média.

Vieira e Santos (2012) explicam que recursos diversos, que favoreçam o incremento da produção e da produtividade, são imprescindíveis para se conseguir o desenvolvimento econômico, porém uma divisão mais qualitativa e equitativa de tais recursos abre caminhos para o equilíbrio do desenvolvimento, favorecendo a melhoria da qualidade de vida.

Monteiro *et al* (2010) citam que no início a expressão qualidade de vida foi relacionada a melhorias no conforto, no padrão de vida, especialmente no que diz respeito à aquisição de bens materiais. Com a evolução do tempo, o termo passou a ter no seu bojo algo mais significativo, como o bem-estar; a busca e a realização dos sonhos pessoais; melhoria nas relações sociais; crescimento do nível de ensino; estilo de vida mais saudável; preocupação com a saúde preventiva; e práticas esportivas e de lazer.

Essas questões abrangem o psicológico, o físico e o social do indivíduo, além do aspecto econômico. Fica evidente que a conceituação de qualidade de vida é muito maior, considerando, em seu todo, aspectos objetivos e também subjetivos. Para tanto, Gonçalves e Vilarta (2004) advogam que uma pesquisa que se encontra no início diz respeito aos meios pelos quais as pessoas se relacionam entre si, com o ambiente onde estão inseridas, com a sociedade da qual fazem parte, e a sua influência na qualidade de vida.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) relatam que as pesquisas estatísticas consideram apenas alguns fenômenos que incidem sobre o bem-estar das pessoas. A título de exemplo, os autores explicam que:

Os engarrafamentos podem aumentar o PIB , como resultado do aumento do uso de gasolina, mas, obviamente, não a qualidade de vida. Além disso, se os cidadãos estão preocupados com a qualidade do ar e a poluição do ar está aumentando, então, medidas estatísticas que ignoram a poluição do ar fará uma estimativa imprecisa do que está acontecendo para o bem-estar dos cidadãos. Ou a tendência de medir a mudança gradual pode ser inadequada para perceber os riscos de alterações bruscas no ambiente, tais como a mudança climática (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2010, p. 3. Tradução nossa).

Nesse caso, Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8) dizem que o termo qualidade de vida se veste de significações variadas, que espelham "conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em várias épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural".

Panzini *et al* (2007), completando o raciocínio anterior, citam que as percepções de qualidade de vida devem levar em consideração a base cultural à qual o indivíduo faz parte. Em detrimento disso, continuam os autores, é extremamente importante observar a questão cultural quando se faz um estudo

desse tema, visto que as diferentes culturas da população tendem a dar prioridade aos aspectos que lhes são pertinentes: a percepção de qualidade de vida para uns pode não ser a mesma para outros.

Por outro lado, Vieira e Santos (2012) ressaltam que o entendimento da expressão melhoria no padrão de vida e modificações no aspecto econômico tende a ser mais subjetivo, dificultando uma formatação quantificada.

Para melhor compreensão do termo desenvolvimento, relacionando-o com qualidade de vida, é primordial tratá-lo como produtividade social, que merece ser compreendida não somente como foram produzidos bens e serviços em relação a uma população num espaço temporal, mas como tais bens e serviços podem contribuir para a qualidade de vida da comunidade, e de que maneira serão rateados no grupo (VIEIRA; SANTOS, 2012).

Na concepção de Rocha *et al* (2000, p. 64), é preciso compreender o que é qualidade, tida como algo de “estilo cultural, mais que tecnológico; artístico, mais que produtivo; lúdico, mais que eficiente; sábio, mais que científico”, ou seja, relaciona-se ao mundo de forma tão suave quanto a importância da felicidade.

Os autores destacam que é importante possuir bens materiais para sentir-se feliz, porém muito mais importante do que ter as coisas é sentir o ser. Não são fortunas e tesouros que deixam as pessoas ricas, mas sim o alcance de suas potencialidades como cidadãos.

Monteiro *et al* (2010) advogam que a qualidade de vida nada mais é do que a maneira como a pessoa se percebe a partir do seu meio cultural, de padrões de valores pelos quais ela vive, e de que forma relaciona tudo isso aos seus objetivos, esperanças, padrão de comportamento e preocupações.

Para Gonçalves e Vilarta (2004), mesmo sendo importante entender que para conseguir qualidade de vida é essencial possuir bens materiais, alguns dos indicadores estão diretamente ligados a valores e padrões éticos. É o caso, por exemplo, da baixa taxa de natalidade, que tem provocado mudanças no perfil populacional em muitos países e aumentado o número de idosos. Começa o questionamento de como propiciar qualidade de vida de forma específica para cada faixa etária.

Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) afirmam que a definição de bem-estar tem um significado multidimensional, e que podem ser identificadas oito dimensões a esse respeito:

Para definir o bem-estar, uma definição multidimensional tem de ser usada. Com base em pesquisa acadêmica e uma série de iniciativas concretas desenvolvidas em todo o mundo, a Comissão identificou as seguintes dimensões-chave que devem ser levadas em conta. Pelo menos em princípio, estas dimensões serão consideradas simultaneamente: i. Padrão de vida material (renda, consumo e riqueza); ii. Saúde; iii. Educação; iv. Atividades pessoais, incluindo trabalho; v. Voz política e governança; vi. Conexões e relacionamentos sociais; vii. Ambiente (condições presentes e futuras); viii. Segurança, econômica e também a de natureza física. Todas essas dimensões formam o bem-estar das pessoas, e ainda assim muitas delas são perdidas por medidas convencionais de renda (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI; 2010, p. 15. Tradução nossa).

Por isso, Minayo, Hartz e Buss (2000) ressaltam que de forma direta a percepção de qualidade de vida percorre um território semântico polissêmico: por um lado diz respeito a modo, meios e estilos de vida, e por outro diz respeito ao idealismo de desenvolvimento sustentável e também da ecologia humana. Esse território integra as ideias ligadas ao território da democracia e as questões ligadas ao desenvolvimento, levando-se em conta os direitos humanos e sociais.

Vieira e Santos (2012) comentam, com relação ao desenvolvimento, que os estudos dos indicadores não podem preocupar-se apenas com o atendimento das necessidades fundamentais das pessoas, e não se deve tomar como referência somente o rendimento delas, uma vez que as posses de bens materiais são relevantes, mas não são exclusivas.

Os autores, expressando melhor esse pensamento a respeito do ser e do ter, reforçam que o “bem-estar dos indivíduos não depende exclusivamente da posse de bens materiais, mas da acessibilidade aos meios que permitem o pleno desenvolvimento das potencialidades das pessoas e também da coletividade” (VIEIRA; SANTOS, 2012, p. 364).

Rocha *et al* (2000) pontuam que as questões relacionadas à qualidade de vida levam a uma análise qualitativa das condições de vida das pessoas e das comunidades. É ver o ser humano ao mesmo tempo biológico-social, que introduzido em sua comunidade deve refletir sobre as condições básicas e essenciais da vida humana; a capacidade material de produzir e transformar as condições materiais; a forma como a transformação está estruturada, se em caráter geral ou regional; e a formação social.

Por fim, Minayo, Hartz e Buss (2000) enfatizam que é evidente a qualidade de vida não poder ser definida basicamente pelos aspectos científicos ou técnicos. Em detrimento disso, alguns pesquisadores jogam o debate sobre o assunto para o meio político, de forma que se possa criar uma padronização elementar que possibilite a elaboração de ações de intervenção, indo além dos escritórios, laboratórios e gabinetes, resultando em discussões sociais gerais, que permitam consensos básicos.

Frente às diversas considerações acerca do entendimento ou conceito de qualidade de vida, esta pesquisa considerou as questões relacionadas ao incremento da renda, motivada pelo aumento do número de pessoas empregadas no município de Buriti Alegre (GO), como fator primordial e essencial para a melhoria da qualidade de vida da população dessa localidade.

2.4 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

De acordo com Machado e Pamplona (2008), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no dia 24 de maio de 1990, momento em que o referido Relatório apresentou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para demonstrar a essência desse desenvolvimento, que é formado por três aspectos básicos: longevidade; conhecimento; e padrão de vida.

Segundo os autores, apesar de o RDH contar com um grupo de pessoas na sua elaboração, foi dado crédito ao economista paquistanês Mahbubul Haq o lançamento do IDH.

Além disso, Siedenberg (2003) relata que na ocasião em que o PNUD apresentou o IDH em 1990, no seu relatório anual, quando foram comparadas diversas questões relacionadas à qualidade de vida em 130 países com população superior a um milhão de habitantes, foi consolidado um conceito mais complexo de desenvolvimento, muito superior aos simples dados econômicos, que dizia respeito também a algumas questões sociais.

Por sua vez, Lourenço e Romero (2002) destacam que o IDH é um dos principais índices com poder de estabelecer com maior certeza as etapas de desenvolvimento, bem como a qualidade de vida, uma vez que refere-se a um

indicador do patamar de atenção, em uma certa comunidade, das necessidades humanas elementares. O IDH absorve três parâmetros de importância para o bem-estar de uma pessoa: vida longa com saúde; conhecimento e estilo de vida com dignidade.

Para compor o IDH, esses parâmetros são relacionados a uma variável específica e capaz de ser medida: a longevidade, que diz respeito à expectativa de vida ao nascer; ao grau de instrução, que relaciona-se ao nível educacional; e ao nível de renda, que estabelece o nível de vida. Ao levar em conta os dois primeiros parâmetros, o IDH surpreende em consideração ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que tradicionalmente era a maneira mais comum de medir o crescimento econômico (LOURENÇO; ROMERO, 2002).

Para Siedenberg (2003), é comum os indicadores serem apresentados meramente como referências estatísticas em si mesmas, subtraindo a essência do próprio conceito: um indicador representa alguma coisa que ele mesmo não é. Em verdade, o indicador apresenta somente uma parcela de determinado aspecto de uma situação muito mais complexa.

Como exemplo dessa afirmação, Siedenberg (2003) cita que:

O indicador 'esperança de vida ao nascer' indica (diretamente) apenas esperança média de vida de uma pessoa em determinado momento, porém indica (indiretamente) também a situação real de saúde e dos meios de vida de toda uma população (SIEDENBERG, 2003, p. 53).

Lourenço e Romero (2002), ao abordarem o IDH, apresentam a metodologia utilizada para o cálculo desse Índice:

- **longevidade:** calculada a partir da esperança de vida ao nascer;
- **nível educacional:** calculado pela combinação entre a alfabetização adulta, que representa 2/3 do peso da medida, e a taxa de escolaridade ajustada do primário, secundário e superior, que representa 1/3 da ponderação; e
- **nível de vida:** calculado pelo PIB real *per capita*, considerando nesse cálculo a referência dos dólares internacionais de Paridade do Poder de Compra (PPC) entre países.

Ainda segundo Lourenço e Romero (2002), para que os três indicadores possam ser apresentados em um único índice são transformados, primeiramente, em índices parciais, variando de 0 a 1, da seguinte forma: o índice é igual ao valor máximo menos o valor mínimo, dividido pelo valor observado menos o valor mínimo.

As referências mínimas e máximas consideradas na metodologia do cálculo levam em conta o seguinte:

- **longevidade:** mínimo 25 anos, máximo 85 anos;
- **nível educacional:** alfabetização adulta (15 anos e mais): mínimo 0%, máximo 100%; taxa de escolaridade ajustada: mínimo 0%, máximo 100%; e
- **nível de vida:** PIB real *per capita*: 100 e 40.000 dólares (PPC).

O PNUD criou três parâmetros: baixo desenvolvimento: IDH < 0,5; médio desenvolvimento: IDH entre 0,5 e 0,8; e elevado desenvolvimento: IDH > 0,8.

No sítio oficial da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) encontram-se informações sobre o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Esse índice observa o desenvolvimento socioeconômico do País em três áreas: saúde, educação, e emprego e renda, utilizando para os cálculos as pesquisas públicas oficiais. O índice apresenta uma variação de 0 a 1, e o mais próximo de 1 indica mais desenvolvimento municipal (FIRJAN, 2013).

A FIRJAN (2013), tratando a respeito do desempenho dos municípios, estabelece a divisão do IFDM em quatro categorias: **baixo desenvolvimento:** inferior a 0,4 pontos; **desenvolvimento regular:** entre 0,4 e 0,6 pontos; **desenvolvimento moderado:** entre 0,6 e 0,8 pontos; e **alto desenvolvimento:** superior a 0,8 pontos.

Para esclarecer o assunto, Postali e Nishijima (2011) citam que o IFDM é elaborado a partir do cálculo da média aritmética simples dos indicadores das três áreas: saúde, educação, e emprego e renda.

No caso do IFDM-Educação, com base nos dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC), são consideradas: as taxas de matrícula na educação infantil; as taxas de abandono e de distorção idade série; o percentual de docentes com ensino superior; a média de horas-aula diárias; e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Para o IFDM-Saúde, com base nos dados do Ministério da Saúde, são considerados: o número de consultas pré-natal; a taxa de óbitos infantis por causas evitáveis; e a taxa de óbitos infantis por causas mal definidas.

Por fim, no IFDM-Emprego e Renda, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), são considerados: a geração de emprego formal; o estoque de emprego formal; e os salários médios do emprego formal.

A FIRJAN (2013) ressalta que a metodologia do cálculo do IFDM possibilita estabelecer com alto grau de acerto se a evolução relativa percebida em dado município é em detrimento da utilização de políticas específicas que provocaram as melhorias, ou se as estatísticas apresentadas referem-se somente ao reflexo da piora de outros municípios.

Nesse caso, na análise do IFDM os aspectos socioeconômicos dos quais o município faz parte devem ser levados em conta, uma vez que tais aspectos influenciam o comportamento dos índices.

Postali e Nishijima (2011) destacam que, no tocante aos componentes formadores do IFDM, o indicador Emprego e Renda procura acompanhar o desempenho do mercado formal de trabalho, tendo como referência os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).

Para os autores, o indicador Educação procura diagnosticar a oferta e a qualidade do ensino básico, público e privado, composto pela educação fundamental, considerando também a pré-escola. As informações são extraídas do IDEB e do Censo Escolar do MEC.

O indicador Saúde é obtido da média ponderada de três indicadores oriundos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), os dois do Ministério da Saúde (POSTALI; NISHIJIMA, 2011).

Enfim, a FIRJAN (2013) esclarece que na composição do IFDM a metodologia do cálculo considera os pesos descritos a seguir, de acordo com cada um dos componentes:

- **Emprego e Renda:**
 - **Emprego:** geração de emprego do período estudado dividida pelo estoque do período anterior, peso 7,5% (ordenação de geração negativa, 2,5%). Média trienal da geração de emprego, peso 7,5% (ordenação das médias negativas, 2,5%). Saldo absoluto do período, peso 15%. Saldo absoluto do período anterior, 10%. Saldo absoluto do segundo período anterior ao em estudo, 5%.
 - **Renda:** Crescimento Anual Real, peso 5,0% (ordenação crescimento anual negativo, 2,5%). Crescimento Real/Média Trienal, peso 5,0%

(ordenação crescimento trienal negativo, 2,5%). Valor corrente do salário, peso 35%.

- **Educação:**
 - Educação Infantil => Atendimento educação infantil: peso 20,0%.
 - Ensino Fundamental => Distorção idade série, peso 10,0%.
 - Percentual de Docentes com Curso Superior, peso 15%.
 - Média de horas-aula diária, peso 15%.
 - Taxa de abandono, peso 15%.
 - Média IDEB, peso 15%.
- **Saúde:**
 - Percentual de mais de seis consultas pré-natal por nascido vivo, peso 33,3%.
 - Óbitos de causas mal definidas, peso 33,3%.
 - Taxa de óbitos de menores de cinco anos por causas evitáveis, peso 33,3%.

2.5 Externalidades

Varian (2006) expõe que uma situação econômica pode envolver uma externalidade de consumo ou uma externalidade na produção. A primeira ocorre se um consumidor considerar as condições de produção ou de consumo de outro agente, enquanto a externalidade na produção aparece quando as condições de produção de uma firma sofrem influências pela opção de escolhas de outra firma ou agente.

Acselrad (2001) afirma que:

A visão marshalliana de externalidade dizia respeito especialmente às questões envolvendo a firma representativa e à diminuição de custos que tiveram origem por conta de decisões externas à firma, “[...] tais como no acesso a mão-de-obra treinada, melhor padrão de saúde e educação, vantagens fornecidas indiretamente por outras firmas ou pelo investimento público” (ACSELRAD, 2001, p. 132).

Para Varian (2006), como exemplo de externalidade negativa de consumo tem-se a situação de vizinhos de um cidadão que ouve música, em som muito alto, de madrugada; ou em um restaurante um indivíduo fumar um charuto durante a refeição dos demais clientes; ou a quantidade de poluição produzida pelos

automóveis em uma cidade. No tocante às externalidades positivas de consumo tem-se, como exemplo, o deleite de se observar um jardim florido na casa de um vizinho.

Segundo Faucheux e Noël (1995), a Teoria das Externalidades, de acordo com as análises de Marshall, considerando o pensamento a respeito de economia externa, constitui-se como precursora histórica dessa Teoria. No entanto, na visão desses mesmos autores, foi com Pigou⁵, nos anos 1920, que foram expostas as bases da Teoria Padrão das Externalidades.

Um exemplo de externalidade positiva de produção, conforme Varian (2006), é o de um pomar de maçãs instalado nas imediações de um apiário, o que levará vantagens para os dois produtores: o de maçãs vai se beneficiar das abelhas que melhorarão o nível de polinização das macieiras, ao mesmo tempo em que as abelhas recolherão néctar das flores das macieiras.

Por outro lado, continua o autor, um exemplo de externalidade negativa é o de uma firma que trabalha com pescados. Os dejetos jogados em sua área de atuação trazem sérias complicações para os pescadores.

Conforme preconizam Pindyck e Rubinfeld (2006), as externalidades podem surgir sob diversas nuances como, por exemplo, entre os agentes de produção, entre clientes, ou entre clientes e agentes de produção, e podem ser classificadas em positivas ou negativas.

Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 555) descrevem ainda que há “externalidades negativas – que ocorrem quando a ação de uma das partes impõe custos à outra – e externalidades positivas – que surgem quando a ação de uma das partes beneficia a outra”.

Faucheux e Noël (1995) asseveram que Pigou trata o efeito externo das firmas com uma visão mais nítida do que considerou Marshall, indo além do

⁵**PIGOU, Arthur Cecil (1877-1959):** Economista britânico que desafiou a tradição neoclássica relativamente à substituição da ação industrial privada pelo Estado, na esfera econômica. Sucessor de Alfred Marshall na cátedra de Economia Política da Universidade de Cambridge (1908-1943) centrou suas teorias em que certos empreendimentos não lucrativos para os empresários privados eram muito necessários à comunidade. Identificou situações em que a presença de influências externas na produção justificava a intervenção do Estado, para a provisão de bens e serviços (1920). Também pregou o significado social das indústrias de custos crescentes e decrescentes, bem como o uso de um sistema de tributos e de subsídios para regular sua produção, evitando-se a excessiva atração de investimentos pelas indústrias de custos crescentes ou o subinvestimento pelas de custos constantes ou decrescentes. Conhecido como o continuador de Pareto na economia do bem-estar. (www.ufcg.edu.br)

entendimento marshalliano das organizações representativas e dos fatores de diminuição dos custos externos à empresa, insistindo no que podem ser considerados aspectos exteriores ao mercado dos efeitos das externalidades. Conforme retratam os autores:

A essência do fenômeno é que uma pessoa A, ao mesmo tempo que fornece a uma outra pessoa B um determinado serviço pelo qual recebe um pagamento, ocasione na mesma altura vantagens ou inconvenientes de uma natureza tal que não possa ser imposto um pagamento àqueles que delas beneficiam, nem uma compensação antecipada em proveito daqueles que as sofrem (FAUCHEUX; NOEL, 1995, p. 216).

Ainda segundo Faucheux e Noël (1995), são perceptíveis duas situações novas no pensamento de Pigou: o efeito pode ser positivo ou negativo, e perfeitamente simétrico. De qualquer forma, sendo a externalidade positiva considera-se como economia externa, e sendo negativa trata-se como deseconomia externa.

No entendimento de Faucheux e Noël (1995), a falta de uma compensação pecuniária exprime o fator não comercial que permeia a economia ou a deseconomia, e externa não significa fora da empresa como Marshall considerava, mas exterior ao mercado, à permuta comercial.

Como exemplo, Pindyck e Rubinfeld (2006) citam que ocorrerá uma externalidade negativa quando uma firma poluidora despejar seus efluentes em um rio, em cujas margens moram inúmeros pescadores que vivem exclusivamente da pesca. Quanto mais a empresa poluir o rio, menos peixes haverá para serem pescados.

Na ótica desses autores, não há outra condição que possa convencer a empresa a responsabilizar-se pelos custos externos impostos aos pescadores frente à sua decisão de produção. Além do que, em um mercado livre esses custos dos pescadores não são refletidos no preço dos produtos da firma poluidora.

Por outro lado, uma externalidade positiva acontece quando um morador de uma comunidade resolve reformar e pintar a sua residência e ao mesmo tempo construir um jardim suntuoso na frente da casa. Nesse caso, todos os vizinhos se beneficiam dessa situação, porém na decisão de reformar e pintar a casa e construir o jardim não foram considerados, pelo proprietário, os benefícios que seriam auferidos aos vizinhos (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Em outras palavras, porém considerando a ideia anterior, Pearce e Turner (1990), a respeito de se considerar a externalidade positiva ou negativa, tecem o seguinte comentário:

Agora precisamos distinguir duas possibilidades para o significado econômico da poluição. Considere uma indústria a montante, que descarrega resíduos em um rio, causando uma certa perda de oxigênio na água. Por sua vez, suponha que a redução de oxigênio provoca uma perda de estoque de peixes no rio, incorrendo em perdas financeiras e/ou de lazer para os pescadores à jusante. Se os pescadores não são compensados pela perda de bem-estar, a indústria a montante continuará suas atividades como se o dano feito à jusante fosse irrelevante para eles. Afirmaríamos que estão a criar um custo externo. Um custo externo também é conhecido como uma externalidade negativa, ou uma deseconomia externa. Se fôssemos considerar uma situação em que uma gente gera um nível positivo de bem-estar para uma terceira parte, teríamos um exemplo de um benefício externo (externalidade positiva, ou economia externa) (PEARCE; TURNER, 1990, p. 61. Tradução nossa).

Mueller (2007) ressalta que, mesmo considerando todas as condições de um mercado livre, não é possível determinar uma condição ótima de poluição, até porque em mercados livres poluir, para quem polui, não custa nada, e por esse motivo os agentes promotores de poluição são levados a poluir excessivamente, já que na consideração dos mercados livres a poluição vai muito além do nível ótimo.

O autor destaca a necessidade de aplicação de instrumentos pigouvianos ou semelhantes para buscar um patamar ótimo de poluição, aquela eficiente, relacionada à eficiência de Pareto.

De qualquer maneira, na avaliação de Faucheux e Noël (1995) deve ser considerado outro fator ao se tratar de externalidades, sejam elas positivas ou negativas. É que a economia, ou a deseconomia, é passível de análise no tocante às divergências entre custo privado e custo social, levando-se em conta que o social representa o custo para os agentes econômicos que formam a sociedade.

Nesse caso, é salutar considerar que qualquer atividade econômica origina um custo, e a somatória dos custos determinados por uma atividade à sociedade forma o custo social. Parte desse custo é compensada pelas firmas que estão no início da atividade, quando realizam seus pagamentos por matéria-prima ou pelo fator trabalho, que são, na verdade, os custos privados do agente.

Podem ocorrer outros custos, determinados a outras pessoas, sem existir qualquer forma de pagamento ou compensação, como a poluição provocada por uma indústria, ou a contaminação da água usada por uma comunidade, entre outros. (FAUCHEUX; NOËL, 1995).

Diante disso, Varian (2006) explica que as externalidades caracterizam-se pela existência de bens com os quais os indivíduos se preocupam, mas que não são comercializados nos mercados: não existem mercados para música alta de madrugada, para fumaça de charutos na hora do almoço, nem para quem mantém um lindo jardim de flores.

A inexistência de tais mercados para as externalidades é que ocasiona os problemas, isso por que até então os mercados, de uma maneira geral, têm um pensamento implícito de que qualquer agente pode decidir por consumir ou produzir sem considerar o que os outros agentes estão fazendo (VARIAN, 2006).

Nesse mesmo entendimento, Acsehrad (2001) diz que as economias e as deseconomias externas, em suas variâncias, não têm entendimento específico acerca de alguns fatores, como:

[...] custo marginal social e custo marginal privado, produto marginal social e produto marginal privado, efeitos de vizinhança, intercorrências de bens coletivos ou públicos – o conceito de “externalidade” domina teoricamente a “Economia do Bem-estar”. No entanto, os próprios expoentes dessa corrente teórica reconhecem as dificuldades apresentadas por tal conceito – impreciso segundo alguns, extremamente amplo nas realidades que pretende recobrir, segundo outros. Vigora, via de regra, o sentimento de que ainda não se conseguiu captar todas as suas ramificações (ACSELRAD, 2001, p. 135).

Mueller (2007) ressalta que como a produção e o consumo não podem ser praticados sem que inexista a poluição, deve ser pensada uma maneira de se conseguir um equilíbrio entre esses dois objetivos: o de produzir e o de consumir. Isso além de se buscar, também, a manutenção de padrões razoáveis de bem-estar, tanto para quem produz quanto para quem consome.

De qualquer forma, Pearce e Turner (1990) asseveram que:

A primeira característica fundamental das diferentes definições de externalidade já foi observado: a presença física de poluição não significa existir das corrupções "econômicas". A próxima observação é igualmente importante, mas muito menos fácil de entender – mesmo se a poluição 'econômica' existe, é pouco provável que seja o caso de que ela deve ser eliminada (PEARCE; TURNER, 1990, p. 61. Tradução nossa).

Conforme expõem Faucheux e Noël (1995), pode-se criar uma situação hipotética em que exista uma organização produtiva industrial que produza um bem qualquer, sem qualquer forma de regras ou intervenção antipoluição, considerando um mercado que tem concorrência perfeita para o bem produzido.

O Gráfico 1 ilustra um exemplo de externalidade rigorosa com afastamento entre custo social e custo privado.

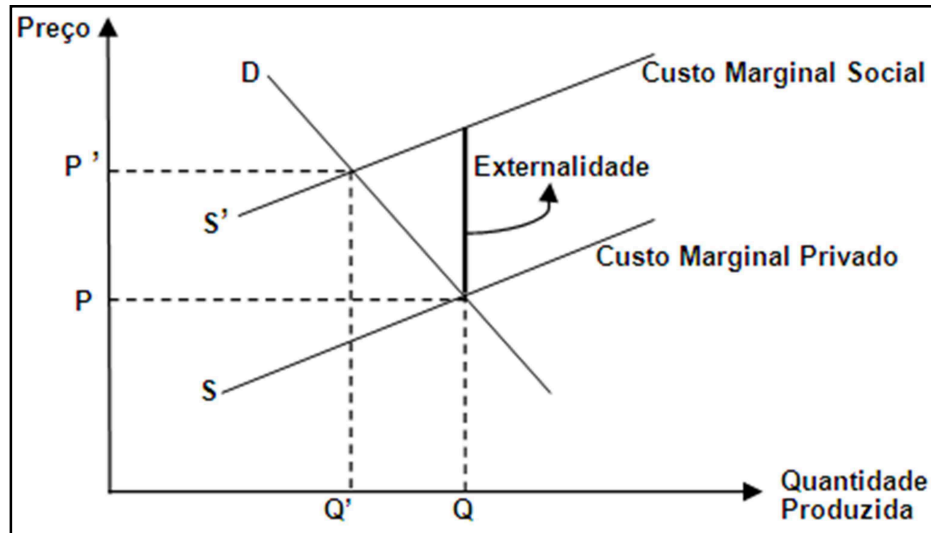


Gráfico 1 – A externalidade rigorosa, afastamento entre custo social e custo privado
 Fonte: Adaptado de Faucheux e Noël (1995)

Observa-se, pelo Gráfico 1, que o preço e a quantidade de equilíbrio desse bem serão P e Q , respectivamente, mas devem ser levados em conta outros custos, não compensados pela organização produtiva, que castigarão outros agentes, como o caso da poluição, gerando assim uma externalidade.

Pode-se dizer, então, que o preço mercadológico P não corresponde ao total dos custos gerados pelo bem produzido. Frente a essa situação, o custo privado de produção requer aumento em razão dos custos sociais até agora não computados, deslocando, no Gráfico 1, a curva de oferta S para S' , ou seja, pela passagem do custo marginal privado para o custo marginal social.

Nesse caso, o balanço das contas desses custos, que se refere à internalização da externalidade, promove o estabelecimento de um novo preço P' mais alto para o bem produzido e uma diminuição na quantidade produzida (Q'). De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 556), “como as externalidades não se refletem nos preços de mercado, elas podem se tornar uma causa de ineficiência econômica”.

O problema de tal ineficiência é que, na avaliação de Acselrad (2001, p. 133): “A grande dificuldade decorre, portanto, do fato de que o referencial teórico de que partem foi construído tendo por eixo o sistema de preços, não conseguindo contemplar os fenômenos que escapam à capacidade regulatória desse sistema”.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Segundo Andrade (2004), método é uma reunião de processos que têm por base princípios que valorizam a lógica e a racionalidade, permitindo a sua utilização em diversas ciências. É composto por procedimentos gerais que perpassam pelos vários setores do conhecimento.

Cervo, Bervian e Silva (2010, p. 27), ao comentarem o assunto dizem que: “Método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir certo fim ou um resultado desejado. Nas ciências, [...] é o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade”.

3.1 Caracterização da Pesquisa

A proposta desta pesquisa é estudar os reflexos da implantação de uma concentração produtiva nos indicadores socioeconômicos de Buriti Alegre (GO), um município localizado no sul do estado de Goiás, com menos de dez mil habitantes, para verificar a ocorrência de desenvolvimento local.

A abordagem é qualitativa, levando-se em conta o problema, o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentados na primeira seção. Quanto aos objetivos, classifica-se em descritiva e exploratória, utilizando a técnica da observação assistemática.

Godoy (1995) explica que atualmente a pesquisa qualitativa é reconhecida pelas possibilidades de se pesquisar e compreender os fenômenos que têm ligação com as pessoas e seus relacionamentos difíceis de serem entendidos, determinados em vários ambientes.

Segundo a autora, algumas considerações básicas identificam as pesquisas chamadas qualitativas. Por esse ângulo, um fenômeno pode ter seu entendimento melhor se for analisado no contexto onde ocorre e do qual é parte integrante, necessitando ser analisado numa visão mais ampla, global.

Na ótica de Demo (1995, p. 247), a avaliação qualitativa pressupõe também disciplina de campo, com uma “[...] coleta minuciosa de material, sistematização dos

saberes e elaboração que privilegie a razão e o entendimento”. Isso tudo é instrumental, sem ser, necessariamente, secundário.

Conforme expõe Godoy (1995), na pesquisa qualitativa inúmeros dados são coletados e estudados para que se compreenda o alcance do fenômeno pesquisado. Isso é possível a partir de perguntas mais abrangentes, que vão se esclarecendo no desenrolar dos estudos.

A pesquisa é considerada, quanto à classificação dos seus objetivos, como descritiva, uma vez que, conforme observam Cervo, Bervian e Silva (2010, p. 6): “A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, [...]”.

Para Andrade (2009, p.114), a pesquisa descritiva é do tipo em que “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Isso significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

Na concepção de Barros e Lehfeld (2007), na pesquisa descritiva o pesquisador não interfere. Ocorre apenas a descrição do objeto da pesquisa, e procura-se entender a frequência com que ocorre certo fenômeno, buscando verificar as suas características e natureza, considerando as causas e suas relações, sem deixar de preocupar-se com a possibilidade de conexões com outros fenômenos.

A justificativa para considerar a pesquisa como exploratória e descritiva é em razão de não haver muitos estudos a esse respeito, além de utilizar também a observação assistemática, buscando delinear o alcance dos reflexos de uma concentração produtiva nos indicadores de desenvolvimento do Município em estudo.

Ferreira e Mousquer (2004) expõem que a técnica de observação assistemática se caracteriza por recolher e anotar os dados da realidade sem a necessidade de o pesquisador lançar mão de métodos e técnicas especiais, ou precise produzir questionamentos diretos. É muito utilizada em pesquisas exploratórias e não exige plano e sistema de controle previamente estabelecidos.

Ainda na ótica desses autores, o que identifica esse tipo de observação é o fato de as informações serem conseguidas por intermédio de uma experiência casual, não se sabendo de antemão o que será observado. O sucesso na utilização

dessa técnica (observação assistemática) está ligado à capacidade de o observador estar vigilante aos fenômenos que o cercam, perspicácia, discernimento, preparo e treino, desenvolvendo um comportamento de prontidão.

Nesse prumo, em busca dos objetivos propostos considera-se, na avaliação de Godoy (1995), que a pesquisa qualitativa pressupõe três panoramas distintos que melhor atendem ao pesquisador: a) a pesquisa documental; b) o estudo de caso; e c) a etnografia. Para este estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica, lançando mão da análise documental para o tratamento dos dados.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2010), a pesquisa bibliográfica busca elucidar uma questão a partir de outras pesquisas já realizadas e que foram publicadas em artigos, livros, dissertações e teses, constituindo um referencial teórico.

De acordo com Barros e Lehfeld (2007), a pesquisa bibliográfica é a que acontece na tentativa de resolução de um problema, ou com a aquisição de conhecimentos a partir de informações oriundas de material gráfico, sonoro e informatizado.

Para que seja possível a realização desse tipo de pesquisa: “É fundamental que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhadas por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados” (BARROS E LEHFELD, 2007, p. 85).

Godoy (1995) destaca que o entendimento de colocar o estudo de documentos como possibilidade de pesquisa qualitativa pode, às vezes, dar a falsa impressão que essa forma de investigação não demonstra todos os componentes básicos que identificam as pesquisas dessa natureza.

Essa abordagem, no entanto, não se reveste de uma estrutura rígida, permitindo que a imaginação e a criatividade deem aos pesquisadores a possibilidade de apresentarem trabalhos que busquem nova compreensão dos fenômenos estudados. “Nesse sentido, acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas” (GODOY, 1995, p. 21).

A respeito da pesquisa documental, Mattar (2008) expõe que as bibliotecas representam um ambiente propício para encontrar documentos, apesar de não

possuírem um arquivo da documentação tradicional que poderia ser de grande valia nas pesquisas, além de não colocarem em seus arquivos todo tipo de documento.

Segundo o autor, chama-se literatura cinzenta (*grey literature*) aqueles documentos não convencionais e semipublicados, oriundos dos órgãos governamentais, dos ambientes acadêmicos, dos setores comercial e industrial, “[...] em cuja origem o aspecto comercial não é levado em conta, e que, portanto, não são normalmente encontrados em circuitos de distribuição comercial e nas bibliotecas” (MATTAR, 2008, p. 169).

Godoy (1995) alerta que os documentos integram uma fonte não-reativa, que as informações nelas contidas permanecem imutáveis por vários anos, podendo ser considerados fontes naturais à medida que, por nascerem em certo contexto histórico, econômico e social, relatam e abastecem de dados o próprio contexto. Nesse caso, afirma a autora, não existe a possibilidade de mudança no comportamento dos sujeitos que estão sob investigação.

Na concepção da autora, “Na pesquisa documental, três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e sua análise” (GODOY, 1995, p. 23). Após a seleção dos documentos, o investigador buscará a compreensão da sua codificação e também a análise dos dados.

Além dos documentos, a observação assistemática, por não ser estruturada, não possuir um sistema de controle, nem mesmo material apropriado, exige que o pesquisador registre tudo o que está sendo observado, devendo aparecer nos registros os detalhes, de forma clara e precisa, e os dados descritivos da situação objeto de observação, isto é, as informações que favoreçam uma boa caracterização da realidade observada (SILVA, 1977).

Silva (2013) considera a observação assistemática como simples e pressupõe como seu fator essencial a capacidade de o pesquisador apresentar-se alheio ao que se está investigando, figurando como um espectador. No entanto, não se pode deixar de prestar atenção na relevância da utilização das informações pela ótica do pesquisador, tendo sempre o cuidado de trazer os registros o mais fiel à realidade observada.

Em todo o caso, Bardin (1977) esclarece que deve ser levada em conta a análise documental, que pode ser entendida como uma operação ou conjunto de operações que buscam representar o conteúdo de um documento de maneira

diferente do original, com o intuito de favorecer, em uma situação futura, a sua consulta e referência.

Esse tipo de análise, considerada como tratamento da informação inserida nos documentos em estudo, tem por objetivos apresentar de forma conveniente e representar, por outro ângulo, a informação, a partir de procedimentos de transformação (BARDIN, 1977).

O propósito a alcançar é o armazenamento sob uma condição variável e a garantia de acesso ao observador, de modo que este adquira o máximo de informação, que é o aspecto quantitativo, com o máximo de relação, que é o aspecto qualitativo. Em outras palavras, a análise documental “é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados” (BARDIN, 1977, p. 46).

Conforme aborda Richardson (1999), algumas operações produzidas na análise documental, como, por exemplo, a codificação de informação e a determinação de categorias, são parecidas com o tratamento das mensagens em certos tipos de análise de conteúdo.

Bardin (1977) ressalta, porém, que por trás dessa semelhança é importante destacar que a análise documental trabalha com documentos; que a análise documental faz-se, principalmente, por classificação-indexação; que o objetivo da análise documental é a representação condensada da informação.

3.2 Área de realização, coleta e tratamento dos dados

Segundo Godoy (1995), a pesquisa documental parte do exame de materiais de várias fontes que ainda não foram tratados analiticamente, ou que podem ser reanalisados com o intuito de extrair interpretações complementares ou até mesmo dar nova visão ao assunto.

Nesse caso, o termo ‘documentos’ deve ser compreendido de maneira mais abrangente, devendo ser considerados os materiais escritos, como jornais, revistas, diários, obras literárias etc., estatísticas, que promovem registro ordenado e regular de inúmeros aspectos das atividades de determinada comunidade, bem como os elementos iconográficos, como os sinais, grafismos, imagens etc.

Richardson (1999, p. 230), ao falar sobre a análise documental, expressa que “[...] é o método histórico que consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sociocultural cronológico”.

Godoy (1995) ressalta que os documentos podem ser classificados em primários, quando são elaborados por agentes que vivenciaram de forma direta o fenômeno que está sendo investigado, ou secundários, quando coletados por agentes que não se encontravam presentes no momento em que o fenômeno ocorreu.

Como fase inicial desta investigação, e para se compreender o fenômeno dos reflexos da implantação da concentração produtiva, a realização da pesquisa ocorreu no município de Buriti Alegre (GO), de onde se partiu para a busca de documentos primários, com acesso aos arquivos da Câmara Municipal e da Prefeitura do Município em estudo.

Por meio da observação assistemática, nos meandros dos poderes legislativos e executivos locais, começou-se a esboçar o entendimento de como se deu a instalação da concentração produtiva no Município, observando algumas histórias narradas pelas autoridades e moradores buritialegrenses, ocorrendo alguns debates entre os narradores que motivaram a busca por dados secundários para comprovação dos fatos.

Além das visitas à Câmara Municipal e à Prefeitura, foram feitas caminhadas pelo comércio local na tentativa de identificar, com uma abordagem informal, os empreendimentos que surgiram após o ano 2005, buscando ainda informações no cartório de registro de imóveis, nas imobiliárias, no hospital, nas escolas e na delegacia de polícia. Esta última, pouco receptiva à pesquisa.

Para tanto, foram feitas 11 visitas para fins de observação. No ano de 2012 foram feitas três visitas: duas no mês de novembro e uma em dezembro. Em 2013 as visitas totalizaram seis: duas no mês de abril; e uma em maio; setembro; outubro; e novembro. No ano de 2014 foram feitas duas visitas; uma no mês de fevereiro e uma em maio.

Diante desse contexto, além das informações obtidas nas visitas de observação assistemática, passou-se a investigar documentos em fontes secundárias, de modo a obter alguma informação mais relevante que pudesse ser tratada, possibilitando alcançar o objetivo geral da pesquisa.

Para tanto, foram feitas buscas no sítio eletrônico do Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (www.imb.go.gov.br), para a obtenção dos dados socioeconômicos do estado de Goiás e do município de Buriti Alegre (GO). Foram acessados ainda os arquivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para complementar as informações, particularmente os dados demográficos e populacionais, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Além disso, fez-se necessário buscar informações no sítio eletrônico da prefeitura de Buriti Alegre, para auxiliar na caracterização da localidade delimitada para o presente estudo, bem como no da Secretaria de Estado da Fazenda do estado de Goiás, para acessar alguns dados financeiros e orçamentários do Município.

Para colaborar com outros dados e informações importantes para a construção desta pesquisa foram acessados outros sítios eletrônicos, como o da revista eletrônica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Tribunal Regional do Trabalho; da Casa Civil do Governo Federal, para acessar a legislação pertinente a este estudo, e da Universidade Federal de Campina Grande, entre outros.

Também foram feitas buscas na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Essa Instituição apresentou em seu sítio eletrônico informações essenciais referentes à evolução do Indicador Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de Buriti Alegre.

Outros documentos foram obtidos em pesquisas bibliográficas realizadas no acervo físico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Goiatuba (FAFICH), assim como em artigos científicos disponibilizados no sítio eletrônico www.scielo.br, particularmente para a construção da revisão bibliográfica deste estudo.

Após a coleta o material foi organizado a partir da observação assistemática de forma analítica, com o intuito de verificar como seria possível tornar as informações compreensíveis, de acordo com o propósito de estudar os reflexos da concentração produtiva nos indicadores de desenvolvimento do Município pesquisado (PIMENTEL, 2001).

Para auxiliar na compreensão, após o fichamento dos dados, foram elaborados dois Quadros: um para sintetizar a classificação do material pesquisado em ordem cronológica (Quadro 5), e outro que recebeu a classificação do agrupamento das informações segundo as categorias (Quadro 6).

Título	Caracterização do material	Caracterização do conteúdo
Leitura 1	Artigos e livros publicados sobre métodos de pesquisa.	Separação de material bibliográfico referente aos métodos de pesquisa e à elaboração de dissertação.
Observação Assistemática n. 1, 2 e 3	Visitas à Câmara Municipal e Prefeitura de Buriti Alegre (GO).	Busca de legislação municipal de incentivo à instalação de empresas no município de Buriti Alegre (GO). Análise das Leis de Diretrizes Orçamentárias, as Leis Orçamentárias, os Planos Plurianuais, referentes ao período de 2000 a 2010, bem como leis específicas de incentivo.
Leitura 2	Artigos e livros publicados sobre concentração produtiva.	Separação de material bibliográfico sobre a descrição, definição, conceitos e tipologias de concentração produtiva.
Leitura 3	Artigos e livros publicados referentes à contribuição da concentração produtiva para o desenvolvimento econômico.	Separação de material bibliográfico sobre a descrição, definição e conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.
Observação assistemática n. 4, 5, 6 e 7.	Conversas informais nas empresas locais (nos diversos segmentos), cartório de registro de imóveis, imobiliárias, hospital, escolas e delegacia de polícia.	Identificação das empresas locais estabelecidas após 2005, surgimento de novos loteamentos ou bairros na cidade, número de leitos hospitalares, matrículas nas escolas e a incidência de crimes na cidade (período 2000 a 2010).
Leitura 4	Artigos e livros publicados sobre geração de emprego e renda e qualidade de vida.	Separação de material bibliográfico sobre descrição, definição e conceitos de emprego e renda, indicadores sociais e políticas públicas e qualidade de vida.
Observação assistemática n. 8.	Visita à associação dos produtores de frango do município de Buriti Alegre (GO).	Informações relatam o fim da associação, por conta do encerramento dos contratos com a empresa contratante. Isso ocorreu em função da empresa contratante ter comprado ou alugado as granjas e ela própria produzirá os frangos.
Observação assistemática n. 9	Visita às concessionárias dos serviços de fornecimento de energia elétrica e de água e esgoto.	Vistoria nos relatórios operacionais das concessionárias com relação ao fornecimento e à expansão dos sistemas de abastecimento de água e da rede coletora de esgoto, bem como da distribuição de energia elétrica no Município em estudo.
Leitura 5	Artigos sobre Indicador de Desenvolvimento Humano e Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.	Separação de material bibliográfico sobre descrição, definição e conceitos de IDH e IFDM, bem como desses indicadores em Buriti Alegre (GO) no período de 2000 a 2010.
Observação Assistemática n. 10 e 11	Visita à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ao Departamento Municipal de limpeza urbana e coleta de lixo e ao lixão da cidade.	Poucas informações foram obtidas no município a respeito das questões ambientais.
Leitura 6	Dissertação de mestrado sobre avaliação dos indicadores de sustentabilidade para os resíduos sólidos de Buriti Alegre (GO): subsídio ao desenvolvimento sustentável.	Separação de material que trata da pesquisa na área ambiental realizada no município de Buriti Alegre (GO) por Grazielle Coelho Rodrigues no ano de 2013.
Leitura 7	Artigos e livros publicados sobre externalidades.	Separação de material bibliográfico sobre descrição, definição e conceitos de externalidades.

Quadro 5 – Primeira etapa de organização do material da pesquisa.

Autor: Almeida (2014)

Título da Pasta	Descrição do material de cada pasta
Concentração produtiva	Publicação de material bibliográfico em artigos e livros sobre a descrição, definição, conceitos e tipologias de concentração produtiva.
Contribuição da concentração produtiva para o desenvolvimento econômico	Publicação de material bibliográfico em artigos e livros sobre a descrição, definição e conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico.
Dados demográficos	Quadros, tabelas e gráficos sobre questões demográficas e populacionais referentes ao município de Buriti Alegre (GO) e ao estado de Goiás.
Dados educacionais	Quadros, tabelas e gráficos sobre questões educacionais, como matrículas e taxa de alfabetização, referentes ao município de Buriti Alegre (GO) e ao estado de Goiás.
Externalidades	Publicação de material bibliográfico em artigos e livros sobre descrição, definição e conceitos de externalidades, bem como dados sobre poluição do ar, da água e do solo no município de Buriti Alegre (GO).
Geração de emprego e renda	Quadros, tabelas e gráficos sobre a geração de emprego e renda, assim como a distribuição da riqueza, relativo ao município de Buriti Alegre (GO) e ao estado de Goiás, além de publicação de material bibliográfico em artigos e livros sobre a descrição, definição e conceitos sobre emprego e renda.
Habitação	Quadros, tabelas e gráficos sobre as questões habitacionais relativas ao município de Buriti Alegre e ao estado de Goiás.
IDH e IFDM	Quadros, tabelas e gráficos sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sobre o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) do município de Buriti Alegre (GO) e do estado de Goiás, bem como publicação de material bibliográfico em artigos e livros sobre descrição, definição e conceitos a respeito de IDH e IFDM.
Receitas e despesas municipais	Quadros, tabelas e gráficos sobre as receitas e as despesas do município de Buriti Alegre (GO).
Saúde e qualidade de vida	Quadros, tabelas, gráficos sobre saneamento básico (rede de água tratada e de esgoto sanitário), energia elétrica, leitos hospitalares, bem como publicação de material bibliográfico em artigos e livros sobre a descrição, definição e conceitos a respeito de indicadores sociais e políticas públicas e também qualidade de vida.

Quadro 6 – Segunda etapa de organização do material da pesquisa.
Fonte: Almeida (2014)

3.3 Procedimentos da análise documental

Para propiciar a análise, além de arquivos organizando a documentação coletada e ainda fichas de leitura, foi necessário criar, à parte, quadros de autores e de expressões-chave, aos quais foram acrescentados detalhes observados ou referências aos textos, procurando relacionar o material lido com os objetivos da pesquisa, conforme orienta Pimentel (2001).

Desse modo, promovendo uma ligação entre os quadros de expressões-chave e os de autores foi construída, preliminarmente, uma quantidade elevada de tópicos, o que exigiu o planejamento de uma classificação com o intuito de permitir uma síntese que demonstrasse os reflexos nos indicadores de desenvolvimento no município de Buriti Alegre (GO) pela implantação de uma concentração produtiva, identificando, portanto, as unidades de análise.

Pimentel (2001) ressalta que essas unidades de análise acabam tornando-se núcleos de mensagens que sistematizam um grupo de assuntos, dadas as

inferências promovidas sobre o conteúdo e que diziam respeito às variadas expressões-chave.

Diante do exposto, buscando agregar os conteúdos de acordo com as expressões-chave foram estabelecidas as seguintes unidades de análise (categorias): populacional e demográfica; emprego, renda e distribuição da riqueza; orçamentária; habitacional, saúde e qualidade de vida; educacional; e externalidades.

Buscou-se agrupar as informações relacionadas ao município de Buriti Alegre (GO) e também do estado de Goiás em blocos, ou grupos, que pudessem expressar categorias, a partir dos indicadores econômicos, sociais, financeiros, educacionais, de saúde, das informações censitárias e populacionais, relacionando-os com o referencial teórico. “Assim, num movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, as categorias vão se tornando cada vez mais claras e apropriadas aos propósitos do estudo” (GODOY, 1995, p. 24).

Na ótica de Bardin (1977), a categorização é uma atividade de classificação de elementos que compõe um conjunto por diferenciação, e posteriormente por reagrupamento, de acordo com o gênero (analogia), com os critérios anteriormente definidos. As categorias são rubricas, ou classes, reunidas em um conjunto de elementos.

Na fase que compreendeu o tratamento dos resultados, conforme expõe Godoy (1995), utilizando-se de técnicas qualitativas foi feita a condensação dos resultados na tentativa de encontrar padrões, tendências ou relações implícitas, em que a interpretação dos dados ou resultados devem ultrapassar o conteúdo explícito dos documentos, visto que o interesse do pesquisador é o conteúdo latente, o sentido que se encontra escondido por trás do imediatamente apreendido.

Em síntese, a proposta de tratamento dos resultados deve considerar que: “Uma análise interpretativa dos padrões de comunicação presidência-escalões inferiores envolverá, portanto, a descrição do que ocorre, assim como a explicação do motivo pelo qual esse fenômeno acontece dessa maneira” (GODOY, 1995, p.25).

O tratamento dos dados ocorreu, portanto, de forma qualitativa, uma vez que, conforme expõe Bardin (1977), a análise qualitativa corresponde a um procedimento mais intuitivo, mais maleável e mais adaptável a índices que não foram previstos.

Esse tipo de análise demonstra algumas características particulares, e é válida especialmente na elaboração das deduções específicas sobre um

acontecimento, todavia, continua a autora, “[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retidos de maneira não frequencial [...]” (BARDIN, 1977, p. 115).

Frente ao exposto, no tratamento dos dados esta pesquisa apresentou alguns quadros, tabelas e gráficos, mas não com o intuito de denunciar a frequência com que ocorriam os fenômenos, com o caráter meramente quantitativo, e sim para dar subsídios para uma melhor interpretação das informações a respeito das variações dos dados relativos aos indicadores socioeconômicos do município de Buriti Alegre (GO). Buscou-se a compreensão dos resultados apresentados na pesquisa e priorizar a dinamicidade das explicações e não a sua forma estática e estatística.

A leitura dos quadros, tabelas e gráficos deve ser seguida das interpretações que os acompanham, de forma que se tenha uma explicação qualitativa das informações e dos dados obtidos do Município em estudo, o que levará ao entendimento dos reflexos da concentração produtiva nos indicadores de desenvolvimento do município de Buriti Alegre (GO).

O fluxograma apresentado na Figura 2 demonstra como a pesquisa foi desenvolvida.

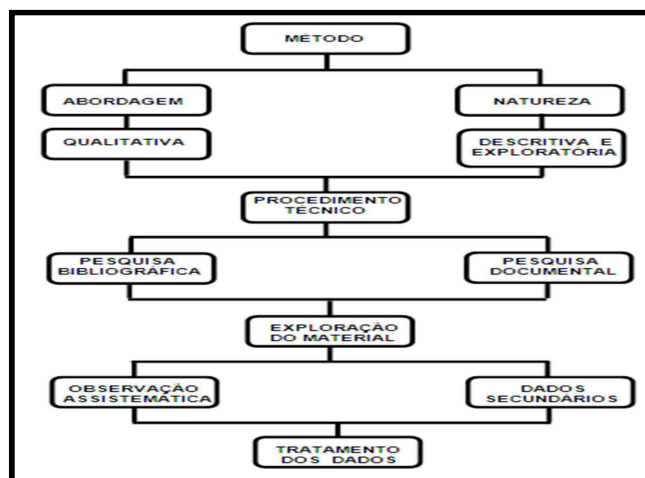


Figura 2 – Fluxograma do desenvolvimento da pesquisa
Fonte: Almeida (2014)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização do Município de Buriti Alegre (GO)

De acordo com as informações contidas no sítio oficial da Prefeitura de Buriti Alegre, o Município surgiu em 1910 como um pequeno povoado no sul do Estado. Em 1914, pela Lei Municipal nº 72, de 30 de junho, surgiu o Distrito de Abadia de Buriti Alegre, pertencente ao município de Santa Rita do Paranaíba, que hoje é conhecido como Itumbiara.

A Lei Municipal nº 83, também de Santa Rita do Paranaíba, determinou a instalação do Distrito, que se deu no dia 8 de março de 1915. Buriti Alegre foi elevada à categoria de Município pela Lei Estadual do dia 24 de junho de 1920, e instalado no dia 24 de junho do mesmo ano.

Ainda de acordo com o mesmo sítio, o Município está localizado na mesorregião do sul goiano e microrregião do Meia Ponte, vertente goiana do Paranaíba, 360º, sul do Estado, às margens da rodovia estadual GO-210. Faz limites com os seguintes municípios: ao norte, Morrinhos; ao sul, Itumbiara e Tupaciguara (MG); a leste, Água Limpa; e a oeste Goiatuba. O clima é tropical úmido, com o período mais quente entre outubro e março, época chuvosa.

O Município possui uma área de 945 quilômetros quadrados. A Figura 1 demonstra a sua localização no estado de Goiás.

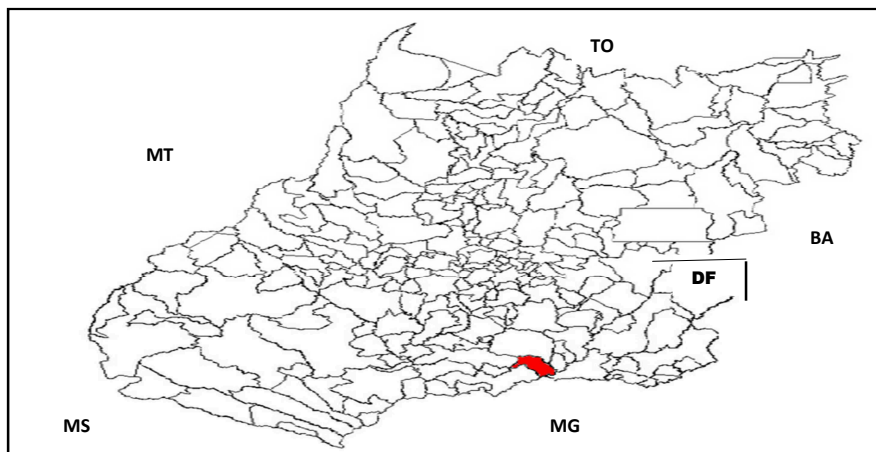


Figura 3 – Mapa político do estado de Goiás – destaque para o município de Buriti Alegre
Fonte: Adaptada da base cartográfica do IBGE (2013)

Conforme indica Monteiro (2007), Goiás está se firmando no Brasil como um grande produtor de frangos, por causa de suas condições climáticas e geográficas que favorecem a produção. Em virtude disso, foi consolidado no ano 2007, na cidade de Buriti Alegre, um dos maiores abatedouros de frangos da Região, chegando a abater até 200 mil aves/dia.

Conforme a mesma autora, a empresa Goiaves, do Grupo Globoaves, começou a instalar-se no Município no final de 2005, iniciando a construção do seu parque industrial e incentivando produtores rurais a investirem na construção de galpões para a atividade de criação de frangos, atuando como fornecedores já a partir de 2006.

Nas visitas técnicas de observação assistemática foi percebida a presença de um *outdoor* ao lado do portão de entrada da indústria, indicando que a sua instalação se deu em razão dos incentivos do estado de Goiás, por intermédio do Programa FOMENTAR.

Conforme conta no sítio oficial da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do estado de Goiás (SIC), a respeito do Fomentar, tem-se o seguinte:

O FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás), criado pela Lei nº 9.489, de 19/07/1984, tinha o objetivo de incrementar a implantação e a expansão das indústrias para a promoção do desenvolvimento do Estado. [...] A experiência obtida com o FOMENTAR possibilitou Goiás criar um novo Programa de atração de investimentos – o PRODUZIR – que está situando o Estado como uma das melhores opções de investimento no Brasil. Com a edição da Lei nº 16.285, de 30 de junho de 2008, foi possibilitado às empresas beneficiárias do programa FOMENTAR migrar para o PRODUZIR, bem como as mesmas poderão reformular seus projetos dentro do FOMENTAR (SIC, 2014).

No ano 2008, a empresa BRF - Brasil Foods (SADIA) adquiriu a Goiaves com a intenção de dobrar a produção de frangos, chegando a abater até 200 mil frangos/dia. Ressalta-se que a Goiaves empregava 1.200 funcionários, tanto da cidade de Buriti Alegre (GO) quanto de cidades vizinhas, como Itumbiara (GO), Goiatuba (GO) e Panamá (GO).

A empresa está instalada em uma área de 650 mil metros quadrados, dos quais cerca de 30 mil metros são de área construída (LIMA, 2008). No início do ano 2014, no final do mês de janeiro, a BRF - Brasil Foods estabeleceu um contrato de arrendamento do parque industrial de abate de frangos, localizado em Buriti Alegre, para a União Avícola Agroindustrial (AGÊNCIA ESTADO, 2014).

Conforme Rodrigues (2013), o sucesso do Município relaciona-se também com a criação de gado, destacando-se ainda o turismo e a agricultura, em particular

a cultura da banana prata. A área de agroindústria é a que apresenta maior potencial, como no caso da avicultura destinada ao fornecimento de aves para o abate, mas a atividade econômica do município está ligada também à criação de gado bovino e a uma agricultura relativamente diversificada, sobressaindo as plantações de milho, arroz, soja e café.

Em virtude principalmente da instalação da Globoaves, que depois foi vendida para a Sadia (BRF - Brasil Foods), que ampliou a capacidade produtiva da empresa, conforme relatou Lima (2008), inúmeros pequenos empreendimentos surgiram na cidade de Buriti Alegre àquela época, nos mais variados segmentos de mercado, com a intenção de aproveitar a criação de empregos e renda na indústria avícola recém-implantada.

A concentração produtiva no Município é formada pelo conjunto de empresas nascidas a partir da instalação da Globoaves/Sadia na cidade. No ano de 2006 a cidade contava com 195 empreendimentos empresariais, urbanos e rurais, empregando 889 pessoas, enquanto em 2010 empregava 2.191 pessoas (IBGE, 2013).

Diante dessas informações preliminares, e considerando a implantação da concentração produtiva, é importante dividir a análise em dois momentos: anterior à instalação, que compreende o período do ano 2000 até o ano 2006; e posterior, do ano 2006 até 2010.

Estabelecido o espaço temporal, a pesquisa foi iniciada pela observação assistemática, em busca de dados primários que pudessem ser analisados e aproveitados. Os primeiros levantamentos foram feitos na Câmara Municipal de Buriti Alegre (GO), para verificar a existência de leis municipais que pudessem ter estimulado a implantação da concentração produtiva, com a instalação de empresas dos mais variados segmentos mercadológicos.

No levantamento das informações contidas nas leis do Município e nas atas das sessões legislativas, poucos dados foram aproveitados, para não dizer nenhum, visto que não foram encontrados vestígios de planejamento ou incentivo no sentido de estimular a implantação da concentração produtiva.

O único documento encontrado, que poderia subsidiar o estudo, foi a Lei Municipal nº 110/2008, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu o Programa de Incentivos Tributários ou Econômicos para empresas não poluentes, de natureza

industrial, agroindustrial, comercial, tecnológica ou prestadoras de serviços para se instalarem no Município.

Ainda na sede do Poder Legislativo local foram levantadas as Leis de Diretrizes Orçamentárias referentes ao período compreendido na pesquisa (2000 a 2010), bem como as Leis Orçamentárias Anuais e os Planos Plurianuais, que, em tese, deveriam conter o planejamento estratégico municipal. Eram textos genéricos e repetidos de um ano para outro, pouco informando ou mencionando ações relacionadas aos efeitos da implantação ou estímulo da concentração produtiva.

Quanto às investigações na Prefeitura de Buriti Alegre (GO), mais especificamente na Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico e na Secretaria de Meio Ambiente, percebeu-se a descontinuidade das ações municipais entre um mandato e outro, dificultando o levantamento de material para a pesquisa.

Além disso, o Município não conta com um setor de estatística ou de pesquisa que pudesse acompanhar os reflexos da instalação da concentração produtiva na municipalidade, nem tampouco comparar a situação do Município no período anterior e no posterior à implantação.

Das informações passíveis de serem aproveitadas, apenas dados históricos da cidade e do Município, relatadas em revistas promocionais lançadas por ocasião de um ou outro aniversário da sua emancipação política. Essas informações também estavam disponibilizadas no sítio oficial da Prefeitura.

4.2 Dados Econômicos e Sociais de Buriti Alegre (GO) e Goiás

Nas categorias populacional e demográfica, inicialmente, antes de abordar outros indicadores, faz-se necessário verificar como se deu a movimentação populacional da cidade de Buriti Alegre, pois a análise do crescimento ou da redução de uma população pode contribuir para compreender se houve ou não prosperidade econômica (PARETO, 1996).

Como o censo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é apresentado de dez em dez anos, a análise populacional do Município objeto de estudo foi realizada levando-se em conta essa forma de apresentação, conforme se verifica na Tabela 1, que apresenta a população censitária total, urbana e rural.

Tabela 1 - População censitária 2000 - 2010 - Buriti Alegre (GO)

População	2000	2010	Variação (%)
Urbana	7.371	8.412	+ 14,1
Rural	1.347	642	-52,338
Total	8.718	9.054	+ 3,854

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Observa-se, na Tabela 1, que em Buriti Alegre (GO) a variação populacional, total, do ano 2000 para 2010 foi de +378 pessoas, ou +3,854% após a implantação da concentração produtiva. A variação populacional urbana e rural apresentou uma movimentação muito maior do que a do Município. Ocorreu uma intensa migração da população rural para a área urbana, provocando uma variação de -705 pessoas no campo, ou - 52,338%.

Comparado o total da população do município de Buriti Alegre em 2010, de 8.142 habitantes, com a sua população rural em 2010, de 642 habitantes, tem-se a indicação de que apenas 7,88 % dos habitantes estão fixados no campo, e a variação da população urbana de 2000 para 2010 foi de 14,12%, referente a 1.041 habitantes.

Apesar de prever que a porcentagem da população rural fosse maior do que a apresentada, já que a concentração produtiva se baseia em uma cadeia ligada ao agronegócio, percebe-se que o Município manteve a tendência de Goiás, que vem se apresentando como um Estado de população urbana, conforme pode ser verificado na Tabela 2.

Tabela 2 - População censitária 2010 - Estado de Goiás

Estado	População Total	População Urbana	Variação %	População Rural	Variação %
Goiás	6.004.045	5.521.069	90,29	582.976	9,71

Fonte: Adaptada de IBGE (2012)

Em relação ao censo populacional, a partir da compreensão dos dados observa-se a movimentação que ocorreu na cidade de Buriti Alegre, conforme se verifica na Tabela 3.

Tabela 3 - Domicílios particulares 2000 - 2010 - Buriti Alegre (GO)

Domicílios Particulares	2000	2010	Variação (%)
Próprios	2.019	2.218	9,08
Alugados	354	538	51,9
Total	2.373	2.756	16,13

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Há de se ressaltar que a variação populacional urbana do ano 2000 para o ano 2010 foi de 14,12%, ou 1.041 habitantes, enquanto a variação total dos domicílios particulares (permanentes) foi de 16,13%, ou 383 imóveis residenciais.

Além do crescimento no número de domicílios, outro indicador que merece atenção diz respeito ao número de empregos gerados, conforme as Tabelas 4 e 5. Ressalta-se que nesta pesquisa considera-se o ano de 2006 como o ponto médio entre o período anterior e posterior à consolidação da implantação de um dos maiores abatedouros de frangos da Região, conforme observa Monteiro (2007).

No tocante à categoria emprego, renda e distribuição da riqueza, as Tabelas 4, 5-A, 5-B, 6, 7, 8 e 9, bem como os Gráficos 2, 3, 4, 5 e 6, a seguir, trazem alguns dados importantes, demonstrando inicialmente a variação no número de empregos no período anterior à implantação da concentração produtiva, ano base 2006, e também no período posterior. É possível verificar como se deu essa variação e demonstrar a movimentação de empregos no estado de Goiás.

Tabela 4 – Dados sobre emprego e renda entre 2000 - 2010 - Buriti Alegre (GO) e de Goiás

Dados	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Empregos -Buriti Alegre	597	764	756	852	889	901	915	1.193	1.864	1.926	1.915
Rendimento Médio Buriti Alegre (R\$)	284,67	319,20	362,93	378,49	424,12	487,27	518,79	591,92	665,29	799,33	906,97
Empregos Goiás	663.902	730.608	781.443	827.039	872.824	944.927	992.822	1.061.426	1.135.046	1.209.310	1.313.641
Rendimento Médio Goiás (R\$)	524,44	575,97	637,63	699,30	771,26	845,25	947,20	1.028,24	1.106,26	1.206,08	1.330,82

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

De acordo com as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2000 a 2006 a variação de empregos em Buriti Alegre foi de 53,2% e a renda na ordem de 82,2%. Nesse mesmo período Goiás registrou um aumento no emprego de 49,5% e na renda 80,6%.

No período de 2006 a 2010, após a implantação da concentração produtiva, o Município registrou aumento no emprego na ordem de 109,28% e variação na renda em 74,82%, enquanto o estado de Goiás, no mesmo período, apresentou a variação no emprego de 32,31% e na renda em 40,5%.

Ressalta-se, entretanto, que na avaliação de Schumpeter (1997) não é possível explicar a alteração econômica somente pelas situações econômicas

pregressas, uma vez que o estado econômico da população não é proveniente somente das condições econômicas anteriores, mas tão somente do todo precedente.

Os Gráficos 2 e 3 foram elaborados a partir dos dados da Tabela 4, e demonstram como se deu a evolução dos empregos no município de Buriti Alegre (GO) e no estado de Goiás, respectivamente.

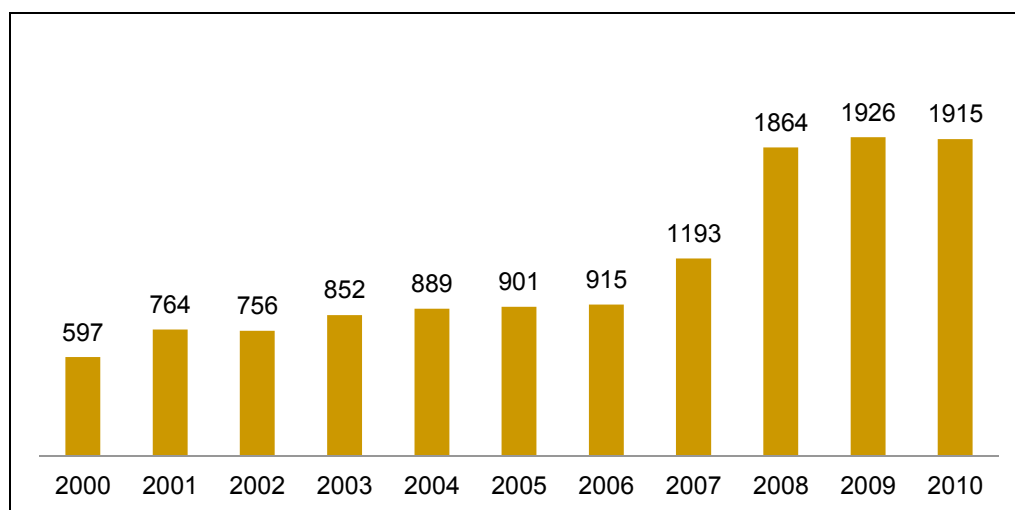


Gráfico 2 – Empregos em Buriti Alegre (GO) 2000/2010
Fonte: Almeida (2013)

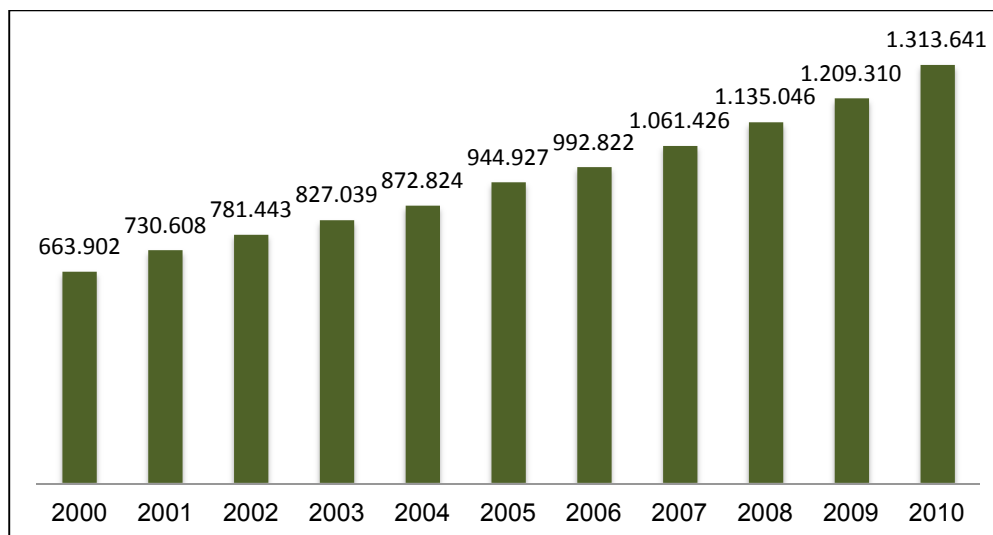


Gráfico 3 - Empregos no estado de Goiás 2000/2010
Fonte: Almeida (2013)

Ao observar os Gráficos 2 e 3 percebe-se que a evolução do emprego no Município em estudo estava praticamente estagnada até o ano 2006, enquanto em

Goiás manteve-se uma linha crescente, quase que uniforme, inclusive de 2007 a 2010.

Já no último período, após a implantação da concentração produtiva, Buriti Alegre apresentou um salto em relação ao emprego, de 2006 para 2008, dobrando o número de pessoas empregadas e continuando estável até 2010.

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006) ressaltam que o fator trabalho é formado a partir da população de um país ou região passível de mobilização, enquanto que, considerando os fatores de produção, o fator de produção trabalho é obtido em função do tamanho da população.

Nesse caso, no ano 2000 o número de empregos em Buriti Alegre representava 6,8% da sua população. Já no ano 2010 o percentual do número de empregos passou para 21,1% do total da população local.

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (2006) haviam citado o produto potencial, a utilização dos fatores de produção de forma eficiente e plena, mas como o maior problema macroeconômico das economias está na falta de utilização do fator trabalho, isso não se verificou no Município, uma vez que ocorreu a geração de emprego de forma significativa, em detrimento do aproveitamento de outros fatores de produção.

O Gráfico 4 apresenta a variação de rendimento médio dos trabalhadores de Buriti Alegre e do estado de Goiás entre 2000 e 2010.

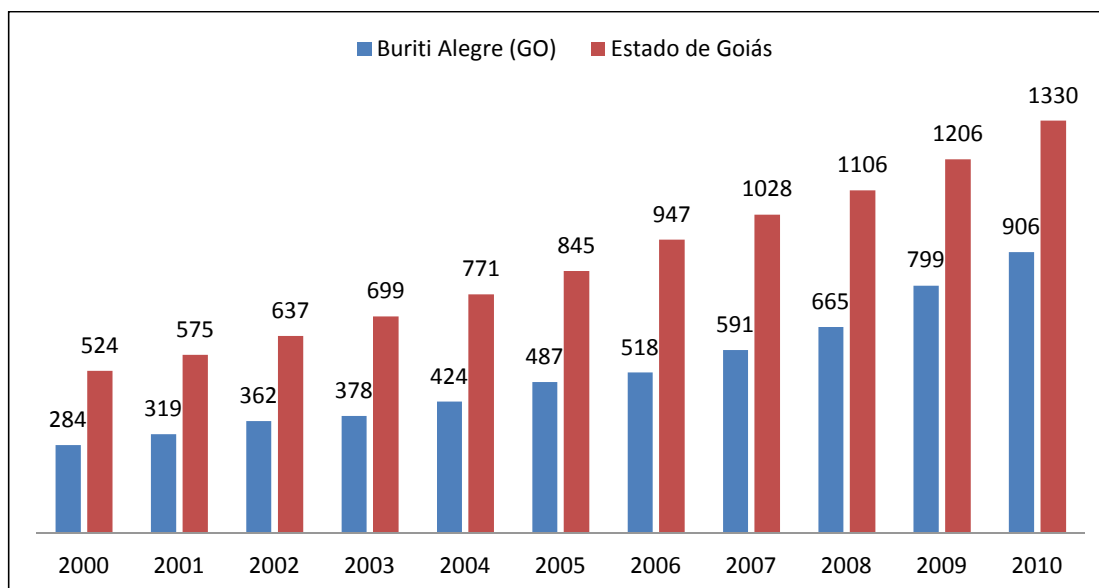


Gráfico 4 – Variação do rendimento médio dos trabalhadores: município de Buriti Alegre (GO) e do estado de Goiás 2000/2010 (em R\$)

Fonte: Almeida (2013)

Como demonstra o Gráfico 4, o rendimento médio dos trabalhadores no estado de Goiás teve uma evolução de 153,7%, enquanto que no município de Buriti Alegre o mesmo rendimento médio teve uma variação na ordem de 218,6%. No entanto, mesmo havendo uma evolução mais positiva no Município do que em Goiás, ainda assim o valor absoluto da renda média dos trabalhadores do Estado é superior à média percebida pelos trabalhadores de Buriti Alegre.

Somente para fins comparativos, no ano 2000 a renda média dos trabalhadores do Município representou 54% da renda média dos trabalhadores do estado de Goiás, e em 2005 representou 57%. No ano de 2006, o rendimento médio dos trabalhadores de Buriti Alegre voltou a representar apenas 54% da média dos trabalhadores de Goiás, e em 2010 passou a representar 68%.

Na avaliação de Eberhardt e Lima (2012), o acesso ao emprego e, conseqüentemente, o aumento da renda, podem promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, não se restringindo tão somente ao desenvolvimento por meio do crescimento econômico. Isso é possível uma vez que, conforme observa Haddad (1999), um entendimento adequado dos aspectos estratégicos do desenvolvimento econômico e social de uma localidade deve ter como ponto central a inclusão social de sua população.

Para complementar os dados referentes ao emprego, da Tabela 4, de forma a deixar clara a variação em Buriti Alegre e no estado de Goiás, as Tabelas 5-A e 5-B, a seguir, demonstram toda a movimentação. Os dados estão de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Vale ressaltar que o CAGED proporciona uma apresentação dos dados mais refinada em comparação à RAIS, uma vez que é possível visualizar como se deu a movimentação dos empregos no Município e no Estado no que tange às admissões e às demissões, permitindo compreender se ocorreu a geração de novos postos de trabalho ou simplesmente foi feita a reposição de pessoal em virtude de *turnover*⁶.

⁶**Turnover:** também conhecido como rotatividade, traduz o percentual de substituição de uma empresa e serve como indicador de saúde organizacional, o giro entre entradas (admissões) e saídas (demissões) de pessoal (PECONICK, 2008).

Tabela 5-A – Emprego CAGED⁷ - 2000 a 2010 – Buriti Alegre (GO)

Buriti Alegre	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número Total de Admitidos	113	169	147	205	230	346	243	632	1.246	1.169	831
Número Total de Desligados	110	152	191	126	204	280	288	248	731	1.150	734
Saldo Total	3	17	-44	79	26	66	-45	384	515	19	97

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Tabela 5-B – Emprego CAGED- 2000 a 2010 – Estado de Goiás

Goiás	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Número Total de Admitidos	298.637	310.298	299.323	301.708	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	543.775	688.867
Número Total de Desligados	254.529	277.462	279.677	280.944	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	509.371	604.892
Saldo Total	44.108	32.836	19.646	20.764	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	83.975

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Os dados apresentados pelo CAGED referentes ao município de Buriti Alegre, considerando-se as admissões e as demissões, ano a ano, de 2000 até 2010, apontam que houve maior saldo nos anos 2007 e 2008, e maior fluxo de contratações de pessoal em 2008 e 2009.

Como se pode observar, as maiores variações ocorreram do ano de 2006 para 2007 (278 empregos) e de 2007 para 2008 (671 empregos). Essa última variação coincide com a consolidação da concentração produtiva na Região.

Quanto à questão da renda dos trabalhadores, conforme a Tabela 4, comparando o Município e o Estado, ocorreu melhor evolução do primeiro em relação ao segundo, particularmente no que tange ao período posterior à instalação da concentração produtiva no Município:

- **2000 a 2010:** Buriti Alegre, 218,6%; Goiás, 153,76%;

⁷O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) foi criado pelo Governo Federal pela Lei nº4.923/65, que instituiu o registro permanente de admissões e dispensa de empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (MTE, 2013).

- **2000 a 2005:** Buriti Alegre, 50,9%; Goiás, 42,3%; e
- **2006 a 2010:** Buriti Alegre, 74%; Goiás, 40,5%.

Ainda para fins comparativos, destaca-se também a evolução do salário mínimo brasileiro (Tabela 6), no mesmo período apresentado na Tabela 4.

Tabela 6 – Valor do salário mínimo oficial em Reais – Brasil – 2000 a 2010

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
(R\$)	151,00	180,00	200,00	240,00	260,00	300,00	350,00	380,00	415,00	465,00	510,00

Fonte: Adaptada de Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região (2012)

No tocante ao salário mínimo brasileiro, a sua variação do ano 2000 para o ano 2010 foi de 237%, lembrando que a variação da renda média dos trabalhadores em Buriti Alegre, no mesmo período, foi de 218,6%. O salário mínimo teve maior ganho real em termos comparativos com a renda dos trabalhadores no Município, mas a renda média sempre esteve acima do valor do salário mínimo, conforme demonstrado no Gráfico 5.

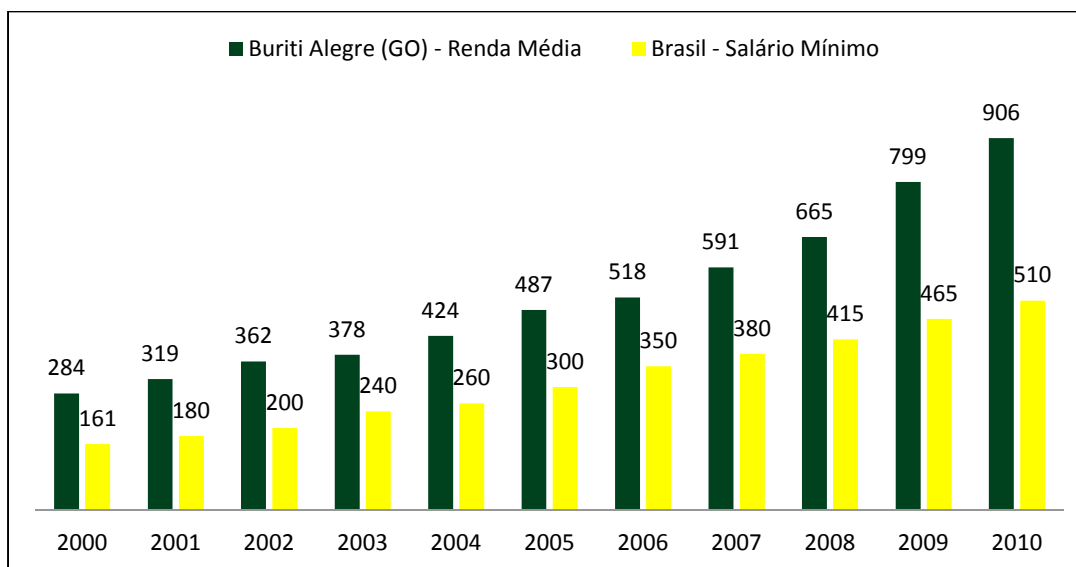


Gráfico 5 – Comparação entre o rendimento médio dos trabalhadores de Buriti Alegre (GO) e o salário mínimo brasileiro no período de 2000 a 2010 – (em R\$)

Fonte: Almeida (2013)

Como se percebe, o rendimento médio do trabalhador no município de Buriti Alegre (GO) está acima do valor do salário mínimo vigente no País, apresentado na Tabela 6, diferentemente do que pode ser observado quando se apresenta o Produto Interno Bruto *per capita* no mesmo Município (Tabela 7).

Tabela 7 – Produto Interno Bruto *per capita* – R\$ de Buriti Alegre (GO) e Estado de Goiás

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Buriti Alegre	4.212,21	4.096,21	5.187,71	5.967,81	6.734,79	6.784,31	7.617,57	8.410,25	11.760,30	16.722,79	19.065,11
Goiás	4.316,00	4.898,00	7.078,40	7.936,91	8.718,01	8.992,02	9.956,30	11.547,68	12.877,88	14.446,68	16.251,70

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Sem levar em conta a questão inflacionária do período, a variação do PIB *per capita* do ano 2000 (R\$ 4.212,21) para o ano de 2005 (R\$ 6.784,31) foi de +61%. Se considerado apenas o ano de 2006 (R\$ 7.617,57) para o ano de 2010 (R\$ 19.065,11) a variação foi de +150%, observando os dados apresentados antes da implantação da concentração produtiva com os dados posteriores à implantação.

No estado de Goiás, considerando os mesmos períodos, do ano 2000 (R\$ 4.316,00) para 2005 (R\$ 8.992,02) a variação foi de +108%, enquanto que de 2006 (R\$ 9.956,30) para o ano 2010 (R\$ 16.251,70) foi de 63%.

Os dados apontam, claramente, que o desempenho do PIB *per capita* no município de Buriti Alegre após a implantação da concentração produtiva foi superior ao do estado de Goiás: +150% do primeiro contra +63% do segundo. Tanto que em valores absolutos, o PIB *per capita* buritialegrense em 2010 foi de R\$ 19.065,11 e o goiano de R\$ 16.251,70.

O Gráfico 6 demonstra a variação do PIB em Buriti Alegre e em Goiás de forma mais evidente.

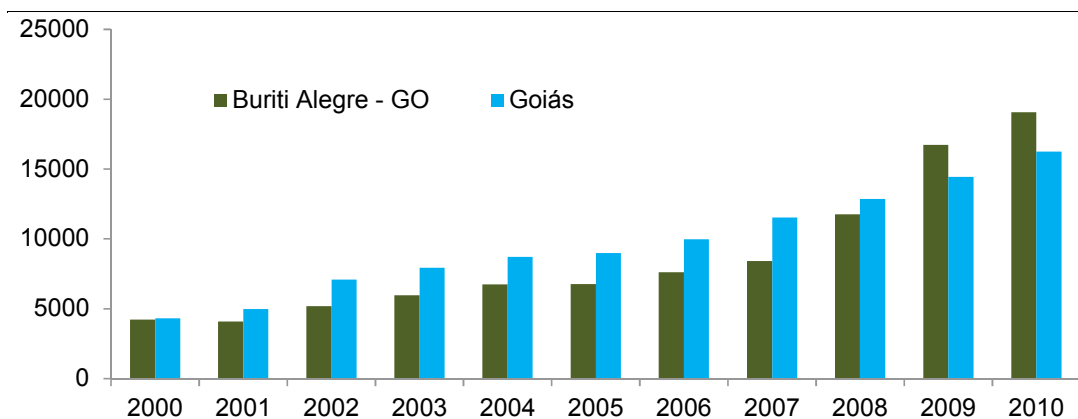


Gráfico 6 – Evolução do PIB *per capita* de Buriti Alegre (GO) e do Estado de Goiás de 2000 a 2010

Fonte: Almeida (2013)

Vale destacar, conforme apontam Gremaud, Vasconcelos e Toneto Júnior (1996), que o PIB *per capita* do Município não representa que a população

pertencente àquela localidade tenha o mesmo rendimento. Trata-se somente de uma média encontrada pela divisão do PIB do Município pela sua população.

Em relação à renda média *per capita* de Buriti Alegre, que é diferente da renda média dos trabalhadores, passou de R\$ 433,70 no ano 2000 para R\$ 625,26 em 2010, conforme os dados apresentados no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD (2013). A desigualdade diminuiu, pois o Índice de Gini⁸ passou de 0,52 em 2000 para 0,43 em 2010.

A Tabela 8 apresenta os dados em questão, no entanto, apesar de Clemente e Higachi (2000) dizerem que o bem-estar da população não pode ser medido somente pela capacidade de aquisição de produtos ou serviços, e que devem ser levadas em conta outras circunstâncias da vida das pessoas, o aumento da renda média poderia levar a uma inclusão social pelo simples fato da melhoria da renda, conforme defendem Haddad (1999) e Eberhardt e Lima (2012).

Além disso, na avaliação de Nasser (2000), a economia tem apresentado melhoria com a implantação de políticas para dar prioridade às metas de redução das desigualdades.

Tabela 8 – Renda, pobreza e desigualdade – Buriti Alegre – GO – 2000/2010

Indicadores	2000	2010
Renda <i>per capita</i> (em R\$)	433,70	625,26
% de extremamente pobres	5,12	2,49
% de pobres	22,19	6,92
Índice de Gini	0,52	0,43

Fonte: Adaptada do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2013)

É importante destacar também que, conforme dizem Amaral e Monteiro (2013), Kerstenetzki (2009) e Santos e Magalhães (2012), os programas do governo federal de transferência condicionada de renda promovem reflexos importantes na diminuição da desigualdade da renda e até mesmo na diminuição da pobreza.

⁸**Índice de Gini** - É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD, 2013).

A geração de emprego e renda provocada pela implantação da concentração produtiva no município de Buriti Alegre trouxe reflexos positivos na melhoria da renda média e na diminuição da pobreza, mas é evidente também que as políticas públicas de transferência direta de renda, como o Programa Bolsa Família, proporcionaram duas situações: a primeira, é que ajudou na diminuição da pobreza; a segunda, procurou dar fim ao seu ciclo intergeracional, conforme expôs Kerstenetzki (2009).

Além disso, deve-se destacar, ainda, conforme observação de Amaral e Monteiro (2013), que a desigualdade diminuiu de uma forma geral e significativa no Brasil, especialmente a partir dos anos 2001 e 2004, por conta: do crescimento da economia e do aumento real do salário mínimo; pelo surgimento de empregos formais; pelo lançamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC); pelas aposentadorias rurais; além do estabelecimento de ferramentas de proteção social.

Para se ter uma ideia mais concreta da desigualdade quanto à renda no município de Buriti Alegre, a Tabela 9, a seguir, apresenta a porcentagem da renda apropriada por estratos da população, lembrando que Carleial e Cruz (2012) e Siqueira e Siffert Filho (2001) ressaltam a necessidade de construir um projeto mais amplo de desenvolvimento, levando-se em conta a desigualdade de renda, estrutura produtiva, e padrão da divisão social do trabalho.

Tabela 9 – Porcentagem da renda apropriada por estratos da população de Buriti Alegre (GO) – 2000/2010

Porcentagens	2000	2010
20% mais pobres	3,85	4,95
40% mais pobres	11,31	15,13
60% mais pobres	23,01	30,38
80% mais pobres	42,25	51,23
20% mais ricos	57,75	48,77

Fonte: Adaptada do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2013)

Outro aspecto, entre outros apresentados mais adiante, e que deve ser levado em conta neste estudo, relacionado à categoria orçamentária, apresentado nas Tabelas 10, 11, 12 e 13 e também nos Gráficos 7, 8 e 9, é a questão da

arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, mais conhecido como ICMS, conforme se observa na Lei Complementar nº 87/1996.

Essa Lei indica se ocorreu maior ou menor movimentação de mercadorias e alguns tipos de serviços que estão fora da alçada municipal, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 – Arrecadação de ICMS – R\$ mil – 2000 a 2010 - Buriti Alegre (GO) e estado de Goiás

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Buriti Alegre	685	647	1.134	2.184	1.620	1.816	2.320	2.260	1.798	3.437	2.381
Goiás	2.198.012	2.615.326	3.020.447	3.698.720	3.978.116	4.216.197	4.764.279	5.449.414	6.538.716	6.810.431	8.170.085

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

A partir dos dados referentes à arrecadação de ICMS no ano de 2000, no valor de R\$ 685.000,00, e da arrecadação do mesmo imposto no ano de 2010, no valor de R\$ 2.381.000,00, tem-se um incremento de +247,5%. No estado de Goiás, de 2000 para o ano 2010 a variação foi de 271,7%, portanto com desempenho superior em relação ao município de Buriti Alegre.

Para melhor compreensão da evolução da arrecadação do ICMS no período de 2000 a 2010, lembrando que a instalação da concentração produtiva se deu do ano 2006 para 2007, os Gráficos 7 e 8 promovem a comparação entre a situação de Buriti Alegre e o estado de Goiás.

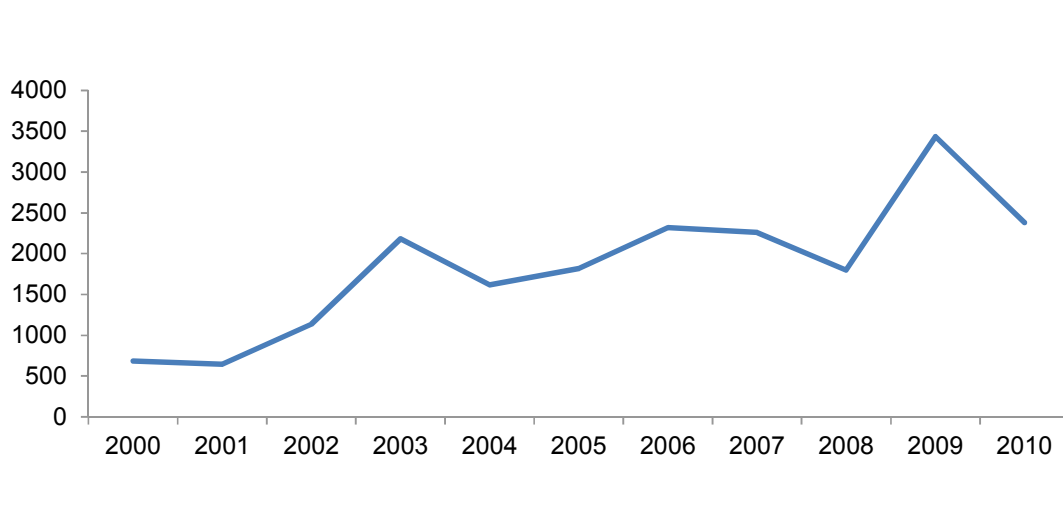


Gráfico 7 – Evolução da arrecadação do ICMS em Buriti Alegre (GO) (em mil R\$)
Fonte: Almeida (2013)

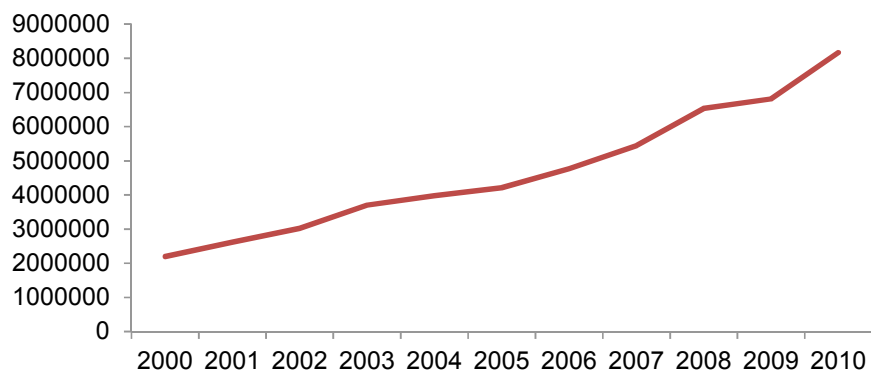


Gráfico 8 – Evolução da arrecadação do ICMS no Estado de Goiás 2000 a 2010 (em mil R\$)
Fonte: Almeida (2013)

Esse incremento na arrecadação do ICMS fez com que ocorresse uma melhoria significativa nos valores repassados ao Município, referente ao Índice de Participação dos Municípios (IPM) no estado de Goiás, como se observa na Tabela 10.

Ainda em relação ao IPM, conforme ressalta a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO, 2012), o somatório dos índices municipais de um Estado totaliza 100%, portanto, embora um município possa apresentar um significativo crescimento econômico, outros podem apresentar crescimento econômico ainda maior, conquistando parcelas do IPM daqueles que apresentaram desempenhos menores.

Em síntese, quanto maior for o crescimento na arrecadação do ICMS em um município, maior será a sua participação (fatia) na divisão total dos 25% (bolo) que é dividido entre todos os municípios daquele Estado, conforme Tabela 11.

Tabela 11 – ICMS/IPM - valores repassados ao Município – R\$ mil – 2001 a 2010

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Buriti Alegre	774	849	990	939	916	1.060	1.186	1.442	1.400	2.134

Fonte: Adaptada de SEFAZ/GO (2012)

Os dados apresentados na Tabela 11 apontam que o crescimento dos valores repassados do ICMS/IPM ao município de Buriti Alegre foi de + 175,7%, considerando-se o ano de 2001, com R\$ 774.000,00, e 2010 com R\$ 2.134.000,00 (valores arredondados). Os dados de 2000 não foram divulgados.

Só para fins de esclarecimento, o inciso IV do art. 158 da Constituição Federal de 1988 diz, sobre o IPM, que pertencem aos Municípios 25% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal, e de comunicação.

Dessa forma, a observação da variação das receitas e das despesas no município de Buriti Alegre é importante para indicar se a administração municipal passou a contar com mais ou com menos capital para cuidar de sua população. Essa variação é retratada nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 12 – Receitas municipais – R\$ mil - 2000 a 2010

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Buriti Alegre	4.466	4.427	5.713	5.689	6.299	6.598	7.638	10.470	14.145	13.534	13.535

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Em relação à movimentação das receitas municipais na Tabela 10, nos últimos seis anos que antecederam a implantação da concentração produtiva houve um acréscimo de +47,73%, de R\$ 4.466.000,00 no ano 2000 para R\$ 6.598.000,00 no ano 2005. Nos seis anos seguintes, a partir de 2005, ocorreu um acréscimo de +105,14%, de R\$ 6.598.000,00, em 2005, para R\$ 13.535.000,00 em 2010.

Diante desse crescimento considerável na arrecadação do Município, após a instalação da concentração produtiva, é salutar observar o que dizem Haddad (1999), Oliveira e Quinteiros (2011) e Vieira e Santos (2012), que consideram fundamental o volume de recursos diversos oriundos do aumento da produção e da produtividade para se conseguir o desenvolvimento econômico.

Para os autores, é importante uma divisão mais equitativa de tais recursos, pois só assim se abririam os caminhos para o equilíbrio do desenvolvimento, o que motivaria a melhoria da qualidade de vida da população.

Na observação de Oliveira e Quinteiros (2011), a maneira como os frutos do progresso técnico são distribuídos é tão significativa quanto o aumento da riqueza que, se distribuída de forma mais uniforme e equilibrada, mostra que o desenvolvimento se encontra em um patamar acima do mero crescimento econômico.

Lampreia (1995) e Torres, Ferreira e Dini (2003) citam que a compreensão do desenvolvimento equitativo prevê a instituição de políticas econômicas que possam

fazer parte do processo de desenvolvimento social, em que a aplicação de tais políticas possa atender de forma mais evidente as camadas mais vulneráveis da comunidade.

A execução de despesas pelo governo municipal da cidade de Buriti Alegre, em comparação com a sua arrecadação, conforme demonstrado na Tabela 11, mostra que também ocorreu um aumento extraordinário das despesas, mas não é possível saber se foram feitas no sentido da melhoria da qualidade de vida da população local, uma vez que os dados probatórios foram disponibilizados de forma global e não por tipo de despesa ou por dotação orçamentária.

Tabela 13 – Despesas municipais – R\$ mil – de 2000 a 2010

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Buriti Alegre	4.875	4.783	6.076	5.004	6.308	6.569	7.495	9.229	11.987	12.253	13.609

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Com relação às despesas apresentadas na Tabela 11, nos últimos seis anos que antecederam a implantação da concentração produtiva houve um acréscimo de +34,75%, de R\$ 4.875.000,00 em 2000 para R\$ 6.569.000,00 no ano 2005. Nos seis anos posteriores, a partir de 2005, ocorreu um acréscimo de +107,17 %, saindo de R\$ 6.569.000,00 em 2005 e atingindo R\$ 13.609.000,00 no ano 2010.

O Gráfico 9 apresenta o crescimento das receitas e das despesas do Município.

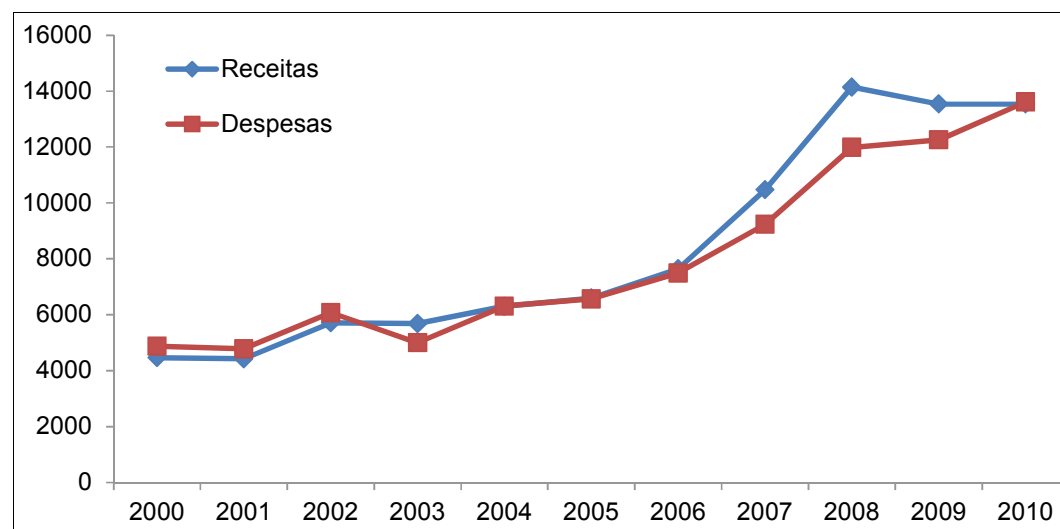


Gráfico 9 – Evolução das receitas e das despesas em Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010
Fonte: Almeida (2013)

Como demonstra o Gráfico 9, as despesas municipais no ano 2010 estão praticamente empatadas com as receitas, apresentando um pequeno déficit, mesmo considerando que as receitas tiveram um incremento considerável no período em análise.

Certamente vários fatores poderiam ter contribuído para o aumento das despesas, como alguns investimentos em saneamento básico, asfaltamento de ruas, coleta de lixo, limpeza das ruas etc., que surgiram ao longo do tempo em decorrência da aglomeração das pessoas na cidade, conforme exposto na Tabela 1.

No que diz respeito à categoria habitacional, saúde e qualidade de vida, outros indicadores poderão ajudar na elucidação de como e por que as despesas do município de Buriti Alegre (GO) aumentaram, colocando em déficit a própria evolução das receitas, conforme observado nas Tabelas 14, 15, 16, e 17.

Tabela 14 - Abastecimento de água de Buriti Alegre (GO) - 2000 a 2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extensão de Redes de Água (m)	35.761	35.761	36.065	36.140	36.768	36.768	36.768	36.768	36.768	39.344	39.619
Ligações de Água (número)	2.776	2.830	2.891	2.924	2.959	3.006	3.044	3.113	3.253	3.331	3.423

Fonte: Adaptada de IMB (2012).

Quanto à extensão da rede de abastecimento de água, a Tabela 14 demonstra que houve uma expansão de 2,8% do ano 2000 para 2005 e 7,7% do ano 2006 para 2010, períodos anterior e posterior à implantação da concentração produtiva no Município, respectivamente, em função do aumento populacional na cidade. O número de ligações de água nas residências, entretanto, cresceu apenas 8,2% no período de 2000 a 2005 e 12,4% no período de 2006 a 2010.

Tabela 15 - Atendimento de esgoto de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Extensão de Rede de Esgoto (m)	7.036	7.036	7.036	7.036	7.036	7.036	7.036	7.036	7.377	7.557	7.557
Ligações de Esgoto (número)	447	449	456	466	472	475	477	488	502	521	542

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Nos serviços de esgoto sanitário não houve alteração no período de 2000 a 2005. Quanto à extensão da rede, ocorreu uma variação de 6,2% no número de ligações. No período após implantação da concentração produtiva, 2006 a 2010, o serviço de esgoto sanitário sofreu uma variação de 7,4% na extensão da rede coletora e o número de residências atendidas no mesmo período foi de 13,6%.

Rodrigues (2013) destaca como ponto positivo o aumento da população beneficiada com a ampliação das redes de água tratada e de esgoto, mas vê com preocupação o fato de o município de Buriti Alegre não possuir sistema de tratamento do esgoto sanitário, o que contribui para a manifestação de algumas doenças.

Tabela 16 - Energia Elétrica - consumidores de Buriti Alegre (GO) de 2005 a 2010

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Buriti Alegre	4.055	4.144	4.268	4.409	4.489	4.596

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Com relação à Tabela 16, não há dados disponíveis no período anterior à implantação da concentração produtiva, porque não houve a divulgação pública dos dados probatórios, mas em 2005 havia 4.055 domicílios atendidos, ocorrendo um acréscimo de mais 541 moradias atendidas com energia elétrica até o ano de 2010, o que equivale a 13,3%.

Houve, portanto, a expansão dos serviços de água potável, de esgotamento sanitário, e de energia elétrica para os munícipes da cidade de Buriti Alegre, o que significa, para Vieira e Santos (2012), que o bem-estar das pessoas não está vinculado essencialmente à posse de bens materiais, mas sim ao acesso a meios que permitam o seu pleno desenvolvimento, particularmente aos relacionados à qualidade de vida.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000), a qualidade de vida é uma compreensão particularmente humana, associada ao nível de satisfação percebido na convivência das pessoas, especialmente no seio familiar e na inter-relação social, além das questões ambientais.

A expansão dos serviços de saneamento básico e do fornecimento de energia elétrica a mais famílias, na opinião de Monteiro *et al* (2010) e de Carniello e Santos

(2011), gera a qualidade de vida, já que, preliminarmente, essa situação está relacionada ao conforto e melhoria do padrão de vida. Na opinião dos autores, aprofundando o entendimento de qualidade de vida, a oferta de melhor padrão de vida leva ao bem-estar, ocasionando um estilo de vida mais saudável.

Quanto mais pessoas forem atendidas pelos serviços públicos maior será a qualidade de vida da população, conforme relatam Minayo, Hartz e Buss (2000), Monteiro *et al* (2010) e Vieira e Santos (2012). Os dados da Tabela 17 apontam que os municípios de Buriti Alegre (GO) estão recebendo esses serviços.

Tabela 17 – Indicadores de habitação de Buriti Alegre (GO) de 2000/2010

% da População	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	92,05	98,57
% da população em domicílios com energia elétrica	98,90	99,89
% da população em domicílios com coleta de lixo*	98,59	99,70

Fonte: Adaptada do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 PNUD (2013)

*Somente para população urbana

Como mostra a Tabela 17, a porcentagem da população em domicílios com água encanada passou de 92,05% em 2000 para 98,57% em 2010, e a população em domicílios com energia elétrica saiu de 98,9% em 2000 para 99,89% em 2010. Quanto à porcentagem da população em domicílios com coleta de lixo na zona urbana, em 2000 era de 98,59% e em 2010 passou para 99,7%.

Conforme avaliação de Minayo, Hartz e Buss (2000) e Vieira e Santos (2012), a maneira com que os bens e serviços são rateados dentro do grupo indicam o nível de qualidade de vida da população. No caso descrito na Tabela 17, os serviços de água, energia e coleta de lixo estão quase atingindo 100% da população buritialegrense.

Ademais, na categoria educacional, a taxa de alfabetização também é um indicador social relevante e está apresentada na Tabela 18, a seguir, que apresenta também a comparação entre o município de Buriti Alegre e o estado de Goiás, de modo a permitir um parâmetro comparativo para a análise da situação do Município em estudo.

Tabela 18 - Taxa de alfabetização de Buriti Alegre (GO) e estado de Goiás de 2000 e 2010

Taxa de Alfabetização (%)	2000	2010
Buriti Alegre	85,4	90,72
Goiás	89,2	92,68

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Observa-se, na Tabela 18, que o estado de Goiás sempre apresentou taxa de alfabetização superior à taxa do município de Buriti Alegre (GO). Na década 2000/2010 o Município apresentou uma evolução de 5,32 pontos percentuais frente a 3,48 pontos percentuais do estado de Goiás, o que indica melhores resultados, apesar de os valores absolutos serem menores: 90,72 contra 92,68.

Os resultados positivos da taxa de alfabetização devem ser observados também pela ótica das políticas públicas promovidas pelos programas sociais do governo federal, uma vez que, conforme dito anteriormente, o Programa Bolsa Família busca, basicamente, a redução da pobreza e o fim ao seu ciclo intergeracional.

Nesse caso, conforme expõem Kerstenetzki (2009) e Bichir (2010), a redução da pobreza se dá pela transferência direta de renda. O fim do ciclo intergeracional se daria pelas condicionalidades educação e saúde, como a obrigatoriedade da frequência das crianças à escola.

Em outras palavras, Santos e Magalhães (2012) confirmam a necessidade de se buscar outras políticas emergenciais e estruturantes para não permitir que os programas sociais voltem a ser as velhas e conhecidas práticas de assistencialismo. Daí a necessidade de se vincular a transferência direta da renda a algumas condicionalidades, tendo como reflexo na educação e na saúde das crianças, ou seja, só terão direito ao benefício aquelas famílias que efetivamente manterem os filhos em idade escolar na escola.

Para melhor compreender os resultados da Tabela 18, além da vinculação da melhoria da taxa de alfabetização aos programas sociais de transferência direta de renda e suas condicionalidades, faz-se necessário observar as Tabelas 19-A, 19-B e 20 e o Gráfico 10, ainda dentro da categoria educacional.

As Tabelas 19-A e 19-B dizem respeito às matrículas no município de Buriti Alegre (GO) no período de 2000 a 2010, começando pela creche e desaguando na

educação de jovens e adultos, uma vez que, na concepção de Panzini *et al* (2007), de Monteiro *et al* (2010) e de Rocha *et al* (2000), a qualidade de vida passa também pelas questões culturais, das quais os indivíduos fazem parte e tendem a dar prioridade aos aspectos que lhes são relevantes.

Tabela 19-A - Matrículas no município de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010

Matrículas (alunos)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total (alunos)	2.301	2.471	2.585	2.749	2.750	2.463	2.487	2.222	2.149	2.297	2.129
Creche (total)	-	105	97	87	158	60	55	97	127	84	89
Creche – Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche – Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Creche – Municipal	-	105	97	87	158	60	55	97	127	84	89
Creche – Particular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alfabetização – Total	47	46	42	29	-	-	-	-	-	-	-
Pré-Escola – Total	183	244	262	144	76	247	255	196	158	251	208
Pré-escolar – Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pré-escolar – Estadual	124	55	170	86	-	-	-	-	-	-	-
Pré-escolar – Municipal	9	153	61	20	16	157	170	130	97	184	142
Pré-escolar – Particular	50	36	31	38	60	90	7	66	61	67	66
Ensino Fundamental - Total	1.814	1.771	1.707	1.925	1.892	1.573	1.544	1.398	1.319	1.427	1.279
Ensino Fund. - Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ensino Fund.- Estadual	1.557	1.098	1.434	1.683	1.649	1.355	1.274	1.075	975	964	797
Ensino Fundamental - Municipal	68	508	79	60	77	57	45	88	94	203	260
Ensino Fund.- Particular	189	165	194	182	166	161	225	235	250	260	222

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Tabela 19-B - Matrículas no município de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010

Matrículas (alunos)	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Matrículas no Ensino Médio – Total	257	305	335	323	335	318	369	344	304	319	346
Matrículas no Ensino Médio – Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Médio – Estadual	257	305	312	290	304	283	332	317	277	293	320
Matrículas no Ensino Médio – Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas no Ensino Médio – Particular	-	-	23	33	31	35	37	27	27	26	26
Matrículas na Educação Profissional - Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) – Federal ou Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) – Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação profissional (nível técnico) – Particular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação Especial – Total	-	-	-	-	-	-	-	45	66	81	70
Matrículas na Educação Especial – Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação Especial - Estadual	-	-	-	-	-	-	-	41	63	67	57
Matrículas na Educação Especial - Municipal	-	-	-	-	-	-	-	1	1	9	9
Matrículas na Educação Especial - Particular	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5	4
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos - Total	-	-	142	241	289	265	264	142	175	135	137
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos - Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos – Estadual	-	-	142	241	289	265	264	142	175	135	137
Matrículas na Educação de Jovens a Adultos - Municipal ou Particular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

É importante apresentar também os dados do município de Buriti Alegre (GO) relacionados à questão educacional com referência ao número de matrículas desde a creche até o ensino médio, como visto nas Tabelas 19 A e B.

Nesse aspecto, os dados apontam que do ano 2000 até 2010 não existe, ou em nenhum momento foi oferecida, a educação profissionalizante, seja ela municipal, estadual ou federal, o que seria preocupante na avaliação de Pessali e Dalto (2010), uma vez que nas discussões acerca de desenvolvimento econômico se tem dado muita ênfase para o papel do conhecimento e das inovações tecnológicas.

Não havendo as condições necessárias de formação de mão de obra para atender a concentração produtiva, ou mesmo os organismos públicos da cidade, esse tipo de educação teria que ser buscada em outros municípios. Na pior das hipóteses, seriam importados recursos humanos, o que não é viável e pouco provável de ocorrer, salvo algumas funções de nível hierárquico mais elevado.

Vale ressaltar, também, conforme demonstram as Tabelas 19-A e 19-B, que o Município não oferece cursos técnico-profissionalizantes e tampouco formação acadêmica. O que se destaca nesses dados é o número de matrículas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, conforme aponta o Gráfico 10.

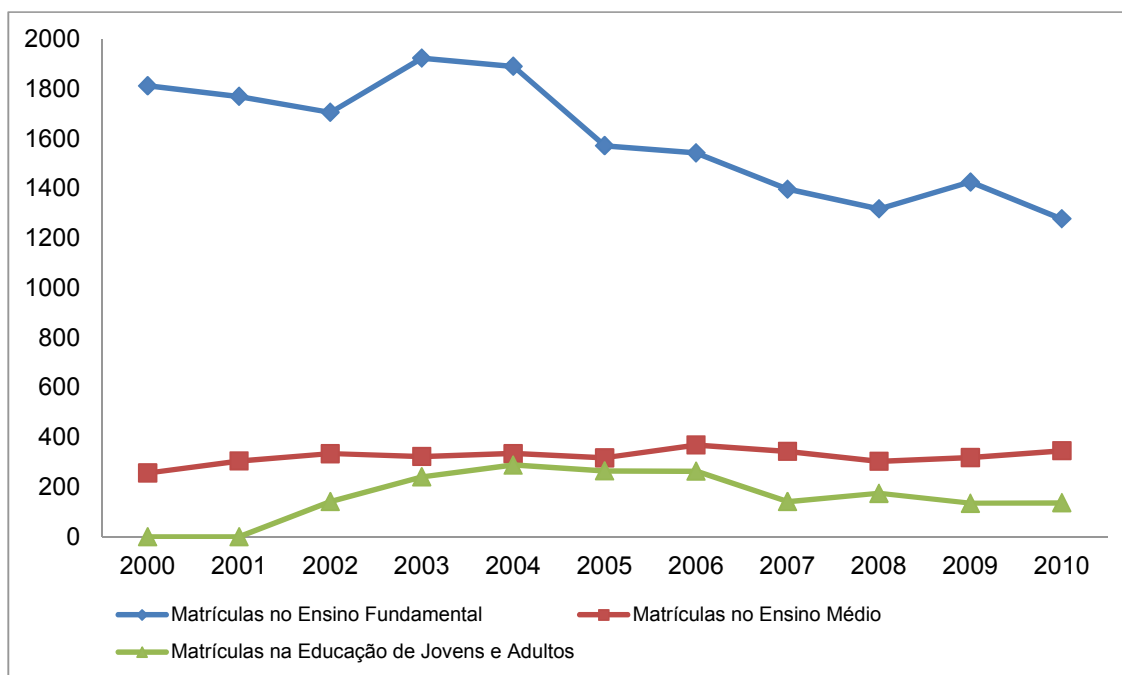


Gráfico 10 – Matrículas no ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010
Fonte: Almeida (2013)

Como mostram as linhas do Gráfico 10, mesmo diminuindo a demanda nas matrículas do Ensino Fundamental, ainda é grande a diferença para as matrículas no Ensino Médio, levantando a questão de onde estão os alunos que

concluíram o Ensino Fundamental. Ressalta-se que mesmo somando as matrículas da Educação de Jovens e Adultos a diferença ainda continua significativa.

De qualquer forma, a educação no município de Buriti Alegre (GO), em relação ao número de estabelecimentos de ensino e quantidade de salas de aula, não apresentou alteração relevante em função da instalação da concentração produtiva e/ou movimentação da população, conforme se observa na Tabela 20.

Tabela 20 – Estabelecimentos de ensino e salas de aula – Buriti Alegre - GO

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estabelecimentos de Ensino	8	10	10	10	10	9	9	9	9	9	9
Salas de Aula	62	65	62	71	73	73	70	66	66	64	65

Fonte: Adaptada do IMB (2012)

Tabela 21 - População censitária total - Buriti Alegre (GO)

População censitária	2000	2010
Total (habitantes)	8.718	9.054
Urbana (habitantes)	7.371	8.412
Rural (habitantes)	1.347	642
Masculina (habitantes)	4.379	4.535
Feminina (habitantes)	4.339	4.519
Urbana Masculina (habitantes)	3.650	4.165
Urbana Feminina (habitantes)	3.721	4.247
Rural Masculina (habitantes)	729	370
Rural Feminina (habitantes)	618	272
0 a 4 anos (habitantes)	704	574
5 a 9 anos (habitantes)	744	604
10 a 14 anos (habitantes)	787	736
15 a 19 anos (habitantes)	695	692
20 a 29 anos (habitantes)	1.382	1.317
30 a 39 anos (habitantes)	1.340	1.369
40 a 49 anos (habitantes)	1.004	1.311
50 a 59 anos (habitantes)	856	947
60 a 69 anos (habitantes)	689	798
70 a 79 anos (habitantes)	380	495
80 anos ou mais (habitantes)	137	211
Idade ignorada (habitantes)	-	-

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Nesse caso, uma observação nos dados censitários do Município, dentro da categoria populacional e demográfica, poderá indicar se ocorreu importação de mão

de obra. Como a concentração produtiva envolve atividades primárias (avicultura) e também indústria urbana, comércio e setor de serviços, essa observação deve ser feita considerando a população urbana e rural, bem como o número de domicílios ocupados, conforme Tabelas 1 e 3.

Sem levar a uma possibilidade de conclusão apenas pela movimentação dos domicílios, melhor disponibilizar, para observação, o censo populacional mais completo do Município, complementando os dados da Tabela 1, conforme foi apresentado na Tabela 21, referente à categoria populacional e demográfica.

Diante dos dados evidenciados no censo populacional, de acordo com a Tabela 21, a população com faixa etária entre 0 e 29 anos diminuiu, enquanto que na dos 30 anos até 80 anos, ou mais, houve um pequeno acréscimo, considerando os dados dos dois últimos censos do Município objeto de estudo, com maior ênfase na faixa dos 40 aos 49 anos.

Tabela 22 - População censitária total do estado de Goiás de 2000 a 2010

População Censitária	2000	2010
Total (habitantes)	5.003.228	6.003.788
Urbana (habitantes)	4.396.645	5.420.714
Rural (habitantes)	606.583	583.074
Masculina (habitantes)	2.492.438	2.981.627
Feminina (habitantes)	2.510.790	3.022.161
Urbana Masculina (habitantes)	2.160.766	2.664.186
Urbana Feminina (habitantes)	2.235.879	2.756.528
Rural Masculina (habitantes)	331.672	317.441
Rural Feminina (habitantes)	274.911	265.633
0 a 4 anos (habitantes)	482.645	437.864
5 a 9 anos (habitantes)	486.892	472.727
10 a 14 anos (habitantes)	497.208	530.958
15 a 19 anos (habitantes)	520.838	533.590
20 a 29 anos (habitantes)	954.123	1.110.741
30 a 39 anos (habitantes)	796.262	1.005.904
40 a 49 anos (habitantes)	558.427	802.725
50 a 59 anos (habitantes)	348.017	547.654
60 a 69 anos (habitantes)	217.013	324.267
70 a 79 anos (habitantes)	103.402	170.431
80 anos ou mais (habitantes)	38.401	66.927
Idade ignorada (habitantes)	-	-

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Os dados das Tabelas 1, 3 e 21 apontam um pequeno aumento populacional e, conseqüentemente, do número de habitações urbanas, apesar de a faixa etária

que vai de 0 a 29 declinar um pouco, quase estagnando. Esse dado não é tão significativo para se afirmar que toda a mão de obra utilizada na concentração produtiva foi importada de outras localidades.

A Tabela 22, apresentada anteriormente, mostra a população censitária do município de Buriti Alegre (GO) comparada à do estado de Goiás, referenciando-se o mesmo período observado para os dados do Município, conforme preconiza a Tabela 22, o que possibilita uma melhor compreensão.

Os dados censitários mostram que no estado de Goiás houve crescimento populacional. De 2000 para 2010 ocorreu uma variação populacional positiva de 19,99% frente aos 3,85% do município de Buriti Alegre, e comparando à PEA em Goiás houve um crescimento de 25,89%, enquanto no Município a variação foi de 6,8%.

Quanto às divisões da população por faixa etária de Buriti Alegre, comparadas as do estado de Goiás em termos percentuais, contrapondo o Censo (IBGE) do ano 2000 com o Censo (IBGE) de 2010, tem-se a seguinte divisão:

- **zero a quatro anos:** Buriti Alegre (GO) redução de -18,5% e estado de Goiás redução de -9,3%;
- **cinco aos nove anos:** Buriti Alegre (GO) redução de -18,8% e estado de Goiás redução de -2,9%;
- **10 aos 14 anos:** Buriti Alegre (GO) redução de -6,5% e estado de Goiás acréscimo de +6,8%;
- **15 aos 19 anos:** Buriti Alegre (GO) redução de -0,4% e estado de Goiás aumento foi de 2,4%;
- **20 aos 29 anos:** Buriti Alegre (GO) redução de -4,7% e estado de Goiás aumento de 16,4%;
- **30 aos 39 anos:** Buriti Alegre (GO) acréscimo de +2,1% e estado de Goiás acréscimo de +26,3%;
- **40 a 49 anos:** Buriti Alegre (GO) aumento de +30,5% e estado de Goiás aumento de +43,7%;
- **50 aos 59 anos:** Buriti Alegre (GO) acréscimo +10,6% e estado de Goiás aumento de +57,3%;
- **60 aos 69 anos:** Buriti Alegre aumento de +15,8% e estado de Goiás aumento de +49,4%;

- **70 aos 79 anos:** Buriti Alegre aumento de +30,2% e estado de Goiás de +64,8%; e
- **80 anos ou mais:** Buriti Alegre acréscimo de +54% e estado de Goiás aumento de + 74,2%.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município de Buriti Alegre apresentou entre 2000 e 2010 a razão de dependência, passando de 53,35% para 49,23%, e a taxa de envelhecimento passou de 9,15% para 11,85%.

A razão de dependência diz respeito à faixa da população que tem menos de 15 anos e mais de 65 anos (população dependente) em relação à população potencialmente ativa, enquanto que a taxa de envelhecimento diz respeito à razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total (PNUD, 2013).

Diante desses dados verifica-se a diminuição do número de matrículas dos alunos no ensino fundamental e praticamente a estagnação das matrículas no ensino médio, conforme apresentado no Gráfico 10.

Não obstante essa variação populacional, mesmo que não muito representativa (3,854%), na área da saúde Buriti Alegre mantém, desde o ano 2000, apenas uma unidade hospitalar e o mesmo número de leitos. Nos anos 2002 e 2004 os dados estão zerados, uma vez que não houve a divulgação pública dos dados probatórios, conforme aponta a Tabela 23, na categoria habitacional, saúde e qualidade de vida.

Tabela 23 – Estabelecimentos e leitos hospitalares em Buriti Alegre (GO)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estabelecimentos Hospitalares	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1
Leitos Hospitalares	34	34	0	34	0	36	36	34	34	34	34

Fonte: Adaptada de IMB (2012)

Em conformidade com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Município conseguiu reduzir a mortalidade infantil de crianças com menos de um ano em 45%, passando de 24,4 por mil nascidos vivos no ano 2000 para 13,3 por mil nascidos vivos em 2010.

De acordo com os objetivos do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (PNUD, 2013), a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Para fins comparativos, em 2010 as taxas de mortalidade infantil do estado de Goiás e do Brasil foram de 14,0 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

O município de Buriti Alegre, que em 2010 apresentou a taxa de mortalidade infantil de 13,3 por mil nascidos vivos, como o estado de Goiás (14,0) e o Brasil (16,7) já cumpriu, portanto, as metas projetadas pela ONU. O fato de Município ter atingido essas metas pode ser explicado, também, pelas condicionalidades dos programas sociais do governo federal.

Dentre essas condicionalidades destacam-se as do Programa Bolsa Família, que prevê a atenção aos cuidados básicos de saúde, com a participação em campanhas de orientação nutricional e preventivas de saúde, com a atenção voltada às crianças pequenas e mulheres gestantes, conforme ressaltam Bichir (2010) e Kerstenetzki (2009).

Para compreender a melhora nesse indicador, trabalhando os resultados na categoria habitacional, saúde e qualidade de vida, a Tabela 24 demonstra a evolução da longevidade, da mortalidade, e da fecundidade no Município objeto de estudo.

Tabela 24 – Longevidade, mortalidade e fecundidade em Buriti Alegre (GO) – 2000/2010

Indicadores	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,1	74,9
Mortalidade até um ano de idade (por mil nascidos vivos)	24,4	13,3
Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos)	28,9	15,8
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,2	1,8

Fonte: Adaptada do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (2013)

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, do PNUD 2013, a esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para encontrar a dimensão longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), conforme comentado por Lourenço e Romero (2002) e Siedenberg (2003).

No município de Buriti Alegre a esperança de vida ao nascer passou de 71,1 anos em 2000 para 74,9 anos em 2010, com acréscimo de 3,8 anos. Comparativamente, em 2010 no estado de Goiás a expectativa de vida média ao nascer era de 74,6 anos, e no Brasil de 73,9 anos.

Por outro lado, a taxa de fecundidade total (filhos por mulher) caiu de 2,2 em 2000 para 1,8 em 2010. Na avaliação de Gonçalves e Vilarta (2004), a baixa da taxa de natalidade tem provocado mudanças no perfil populacional em muitos países e aumentado o número de pessoas idosas.

Ainda na categoria habitacional, saúde e qualidade de vida, em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Buriti Alegre, também foi feita a comparação com o estado de Goiás, separando, inclusive, os três componentes desse índice: IDHM – Educação; IDHM – Longevidade; e IDHM – Renda.

Conforme exposto por Lourenço e Romero (2002), e também por Siedenberg (2003), o componente IDH-Longevidade é calculado a partir da esperança de vida ao nascer. Já o IDH-Educação é dado pelo nível educacional, calculado pela combinação entre a alfabetização adulta, que representa 2/3 do peso da medida, e a taxa de escolaridade ajustada do primário, secundário e superior, que representa 1/3 da ponderação.

O IDH-Renda, por sua vez, é determinado pelo nível de vida, calculado pelo PIB real *per capita*, conforme exposto na Tabela 25, referente aos anos de 2000 e 2010.

Tabela 25 – IDH - 2000/2010 - estado de Goiás e município de Buriti Alegre (GO)

	IDHM	IDHM - Educação	IDHM – Longevidade	IDHM – Renda
Goiás/2000	0,615	0,439	0,773	0,686
Goiás/2010	0,735	0,646	0,827	0,742
Buriti Alegre/2000	0,589	0,414	0,769	0,642
Buriti Alegre/2010	0,710	0,614	0,831	0,700

Fonte: Adaptada de IMB (2013)

No tocante ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Humano Municipal de Buriti Alegre, envolvendo os indicadores ligados à Educação, Saúde e Emprego e Renda, conforme explicado por Postali e Nishijima (2011), seguiu-se o mesmo padrão comparativo de apresentação dos dados do Município e os do estado de Goiás no mesmo período – 2000 e 2010 – conforme apresentação na Tabela 26, no contexto na categoria habitacional, saúde e qualidade de vida.

Tabela 26 – IFDM – 2000/2010 – estado de Goiás e município de Buriti Alegre (GO)

	IFDM	IFDM Educação	IFDM Longevidade (Saúde)	IFDM Emprego e Renda
Goiás/2000	0,5894	0,5144	0,7558	0,4978
Goiás/2010	0,7580	0,7564	0,8419	0,6757
Buriti Alegre/2000	0,5103	0,5805	0,7081	0,2422
Buriti Alegre/2010	0,7060	0,8167	0,8112	0,4899

Fonte: Adaptada de FIRJAN (2013)

Na classificação da FIRJAN (2013), ao estabelecer o *ranking* do IFDM para os municípios e para os estados, Buriti Alegre e Goiás ficaram assim posicionados:

- **Goiás:** em 2000 ficou em 10º lugar no *ranking* nacional dos 27 estados da Federação, enquanto que em 2010 figurou na 9º posição, ganhando uma posição em relação à situação anterior.
- **Buriti Alegre:** em 2000, no *ranking* estadual, ocupava o 155º lugar entre os 246 municípios goianos, enquanto que no ano 2010 estava no 65º lugar, subindo 90 posições no Estado. No *ranking* nacional, no ano 2000, ocupava a 2.974ª posição, enquanto que em 2010 passou a posicionar-se em 1.578º lugar, subindo 1.396 posições.

A partir dos dados apresentados anteriormente e complementando-os, é possível elencar os indicadores de vulnerabilidade social da população do município de Buriti Alegre, considerando os grupos de crianças e jovens, família, trabalho e renda e condições de moradia, conforme demonstrado na Tabela 27.

Tabela 27 – Vulnerabilidade social em Buriti Alegre (GO) em 2000/2010

Indicadores	2000	2010
Crianças e Jovens		
Mortalidade infantil	24,4	13,3
% de crianças de quatro a cinco anos fora da escola	60,45	22,11
% de crianças de seis a 14 anos fora da escola	2,13	3,12
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	14,62	6,88
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,00	2,36
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	12,39	13,65
Taxa de atividade – 10 a 14 anos (%)	16,31	17,40
Família		
% de mães chefe de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	7,52	12,55
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	3,55	2,68
% de crianças extremamente pobres	8,25	6,13
Trabalho e Renda		
% de vulneráveis à pobreza	49,94	22,61
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	62,16	41,45
Condições de Moradia		
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	3,39	2,05

Fonte: Adaptada do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 PNUD (2013)

Dentre os indicadores da vulnerabilidade social, é importante observar que em Buriti Alegre ocorreu melhora do ano 2000 para o ano 2010 no que diz respeito à porcentagem de:

- mortalidade infantil: de 24,4 para 13,3;
- crianças de 4 a 5 anos fora da escola: de 60,45 para 22,11;
- pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e nem trabalham e são vulneráveis à pobreza: de 14,62 para 6,88;
- pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos: de 3,55 para 2,68;
- crianças extremamente pobres: de 8,25 para 6,13;
- vulneráveis à pobreza: de 49,94 para 22,61;
- pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal: de 62,16 para 41,45, e
- pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados: de 3,39 para 2,05.

Alguns indicadores de vulnerabilidade social apresentaram piora de 2000 para 2010, como foi o caso de % de crianças de 6 a 14 anos fora da escola; de 2,13 para 3,12; % de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos: de 0,00 para 2,36; % de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos, de 12,39 para 13,65; taxa de atividade de 10 a 14 anos, de 16,31 para 17,40; e % de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, de 7,52 para 12,55.

Na ótica de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010), a concepção de bem-estar tem apresentado um significado com várias dimensões, dentre as quais padrão de vida, saúde, educação, acesso ao trabalho, e meio ambiente. Os dados apontam que em Buriti Alegre (GO) algumas dessas dimensões apresentaram melhora significativa após a implantação da concentração produtiva, do ano 2006 em diante.

No que tange à qualidade de vida e bem-estar da população, devem ser considerados alguns fatores que nem sempre são computados no processo de desenvolvimento, como a poluição ambiental, provocada pelo aumento de veículos automotores, entre outros fatores.

Na categoria das externalidades, em Economia são consideradas negativas ou deseconomia quando a ação de uma das partes impõe custos à outra, conforme preconizado por Pearce e Turner (1990), Faucheux e Noël (1995), Acselrad (2001), Pindyck e Rubinfeld (2006), Varian (2006) e Mueller (2007), e também considerada ineficiência econômica.

Dentre as externalidades observadas no município de Buriti Alegre (GO) está a falta de um sistema de tratamento de esgoto e também de um aterro sanitário ou estação de reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, produzidos pela população e pelas empresas buritialegrenses, conforme destaca Rodrigues (2013).

A municipalidade não previu, ou não planejou, os problemas ambientais, sociais e de saúde que seriam ocasionados pela implantação da concentração produtiva em Buriti Alegre (GO), dentre os quais a contaminação das águas fluviais dos cursos d'água que cortam a cidade, bem como a contaminação do solo e do lençol freático pelo depósito inadequado dos resíduos sólidos em forma de lixo.

Rodrigues (2013) destaca a contaminação do Ribeirão das Antas pelo esgoto sanitário da cidade de Buriti Alegre, que ainda não conta com um sistema de tratamento de esgoto. A autora alerta que, pela legislação brasileira, todos os

municípios terão até este ano, de 2014, para solucionarem essa questão, assim como a eliminação dos lixões, transformando-os em aterros sanitários ou estações de tratamento de resíduos sólidos.

Até que soluções sejam tomadas para resolver o problema da contaminação do solo e do lençol freático, Rodrigues (2013) cita que, pela falta de manejo adequado dos resíduos sólidos, análises químicas apontam a presença de materiais contaminantes no Município, como:

- Cádmio (Cd): muito utilizado na indústria de galvanoplastia, na fabricação de baterias, em tubos de televisão e lâmpadas;
- Chumbo (Pb): também utilizado na fabricação de baterias;
- Zinco (Zn): usado na galvanização de produtos de ferro, fabricação de baterias, fertilizantes, lâmpadas, televisores e aros de rodas;
- Estanho (Sn): concentrado em pilhas e baterias de carros; e
- Manganês (Mg); e
- Mercúrio (Hg): com menor representatividade, encontrado em pilhas.

Destaca-se que a principal empresa da concentração produtiva de Buriti Alegre, a BRF – Brasil Foods, conforme mencionado por Rodrigues (2013), tem planejamento próprio para reaproveitamento de seus resíduos. Em agosto de 2013 alcançou o índice de 97,51% de reaproveitamento.

Parte dos resíduos sólidos não aproveitados é destinada ao aterro sanitário da cidade de Itumbiara (GO), distante cerca de 40 Km de Buriti Alegre pela GO-309, e parte, especialmente aqueles resíduos mais contaminantes, são encaminhados para empresas especializadas em outros estados. A autora observou também que a BRF – Brasil Foods possui estação de tratamento de esgoto próprio.

Outro aspecto que deve ser considerado causador de externalidade negativa é a questão da poluição veicular por dióxido de carbono, ocasionada pelo aumento do número de veículos nas ruas. Diante disso, considerando a quantidade de veículos automotores no Município, a Tabela 28 demonstra a evolução no período de 2000 a 2010.

Não se pode creditar o aumento de veículos automotores em Buriti Alegre somente à melhoria da renda da população local pelo incremento no número de

empregos, apesar que sem emprego e sem renda uma pessoa não conseguiria adquirir nenhum bem, ainda mais um veículo.

Isso posto, Mello (2014) ressalta que o incremento das vendas de veículos no Brasil se deu em função da melhoria da renda dos trabalhadores, mas, especialmente, pelos efeitos da política de redução de alíquotas do imposto sobre produtos industrializados (IPI) adotada pelo governo federal com a intenção de combater a crise econômica mundial dos anos 2008/2009, que também afetou o País.

Tabela 28 – Veículos automotores no município de Buriti Alegre (GO) de 2000 a 2010

Ano Combustível	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	Álcool	279	283	297	304	312	335	348	362	372	378
Gasolina	834	927	1.025	1.139	1.235	1.356	1.442	1.595	1.779	1.912	2.038
Bicombustível	-	-	-	-	-	-	50	80	125	227	310
Diesel	170	166	180	197	220	243	251	264	267	274	291
Outros	28	39	44	50	57	82	69	85	106	102	114
Total	1.311	1.415	1.546	1.690	1.824	2.016	2.160	2.386	2.649	2.893	3.140

Fonte: Adaptada de Departamento Estadual de Trânsito (GO) – Sistema Estatístico (2013)

A comparação entre os dados da Tabela 28 com os dados da Tabela 1, que diz respeito à população censitária do município de Buriti Alegre, mostra que o crescimento do número de veículos foi bem superior ao crescimento do número de pessoas, de 1.829 e 378, respectivamente. Em termos percentuais, a população total cresceu 3,8%, enquanto a quantidade de veículos automotores cresceu 139,5%.

Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 555) ressaltam que: “as externalidades são os efeitos das atividades de produção e de consumo que não se refletem diretamente no mercado”. Nesse caso, a questão envolvendo o aumento no número de veículos no Município reflete diretamente na qualidade de vida da sua população.

Para compreender como esse crescimento do número de veículos automotores ocorreu, o Gráfico 11 apresenta a quantidade e a porcentagem de um ano para o outro, levando em conta o período compreendido de 2000 até 2010.

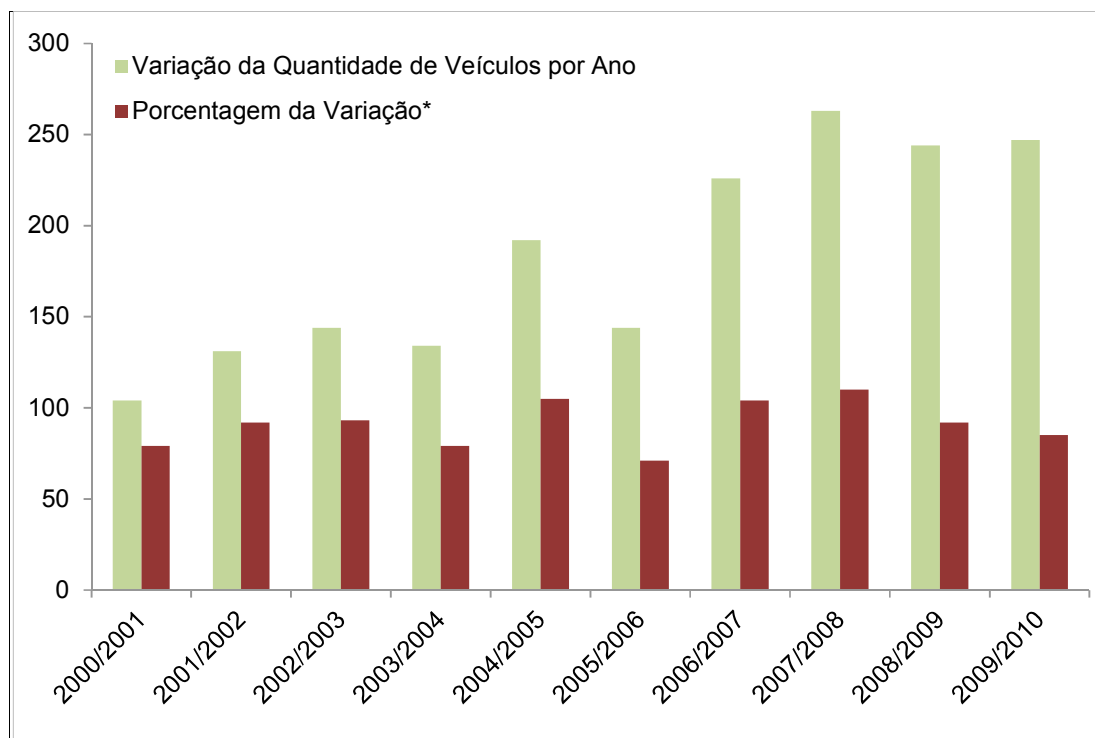


Gráfico 11 – Variação da quantidade de veículos por ano e porcentagem da variação de 2000 a 2010 em Buriti Alegre (GO)

Fonte: Almeida (2013)

* A porcentagem da variação foi multiplicada por 10 para facilitar a compreensão do Gráfico

O Gráfico 11 demonstra que após 2006, ano base da implantação da concentração produtiva, houve um aumento do número de veículos, especialmente de 2007 a 2008, quando foram implementadas as políticas de redução da alíquota de IPI. Apesar da hipótese das condições econômicas promovidas pelo Governo Federal terem facilitado a aquisição de veículos, essa aquisição só poderia ser efetivada se houvesse renda para o investimento.

O aumento do número de postos de trabalho promovido pela implantação da concentração produtiva, bem como o incremento de 218,6 % na renda média dos trabalhadores de Buriti Alegre, conforme exposto na Tabela 4, podem explicar melhor a variação apresentada a partir de 2006, ano de implantação da concentração produtiva.

Quanto à proporção entre o número de veículos e o número de habitantes no Município, no ano 2000 havia 1.311 veículos para 8.718 habitantes (0,15 veículo/habitante), enquanto que em 2010 havia 3.140 veículos para 9.054 moradores (0,35 veículo/habitante).

Diante desses dados, é importante destacar que, apesar do conforto promovido pela aquisição de um novo bem, há de se considerar que a poluição do ar torna-se mais intensa conforme aumenta o número de veículos nas ruas. Nesse caso, em consonância com o pensamento de Varian (2006), está ocorrendo uma externalidade negativa.

Nesse sentido tem-se também as considerações de Faucheux e Noël (1995) e de Pindyck e Rubinfeld (2006), para os quais os efeitos das externalidades podem ser perfeitamente simétricos, tanto positivos como negativos, como é o caso dos veículos automotores: por um lado, produzem conforto e comodidade, portanto externalidade positiva, e, por outro, são poluentes, portanto, externalidade negativa.

A observação assistemática, tanto na Câmara Municipal como na Prefeitura de Buriti Alegre, apontou que não existem políticas de incentivo ao setor de transporte coletivo planejadas para o Município. As argumentações sempre estavam relacionadas à questão do tamanho da cidade, que é muito pequena, e nunca despertou interesse das empresas desse ramo.

Nesse caso, o município de Buriti Alegre (GO) deveria observar os indicadores de qualidade de vida dos seus munícipes e planejar ações de melhoria, pois conforme observa Jannuzzi (2002) os indicadores sociais colaboram para que os governos possam planejar ações e políticas sociais. O fato de a cidade ser pequena não quer dizer que não necessite de transporte coletivo, até porque a população mais pobre geralmente vive na periferia, distante do centro comercial, do hospital, e da prefeitura, entre outros.

A instalação de uma concentração produtiva pode trazer, também, benefícios para a população. No caso específico de Buriti Alegre (GO), os benefícios foram o incremento do número de empresas e a quantidade total de pessoal ocupado assalariado.

Além das pessoas empregadas que recebem salário como forma de remuneração, há também os não-assalariados: proprietários que auferem renda pelas retiradas pró-labore ou do resultado dos negócios (lucro), conforme a Tabela 29 e o Gráfico 12, que apresentam os resultados classificados na categoria das

externalidades, mas que também dizem respeito à unidade de avaliação emprego, renda e distribuição da riqueza.

Tabela 29 – Número de empresas, pessoal ocupado, pessoal ocupado assalariado, pessoal ocupado não-assalariado, salários e outras remunerações e número de empresas atuantes de Buriti Alegre em 2006 a 2010

Ano	Número de Unidades Locais	Pessoal Ocupado Total	Pessoal Ocupado Assalariado	Pessoal Ocupado Não-Assalariado	Salários e Outras Remunerações R\$ mil	Número de Empresas Atuantes
2006	195	889	676	213	4.555	ND*
2007	295	1.405	1.060	345	6.980	ND*
2008	236	1.925	1.655	270	11.122	227
2009	232	2.017	1.735	282	17.465	226
2010	350	2.197	1.795	402	19.982	329

Fonte: Adaptada de IBGE (2013)

*ND – Dados não disponíveis.

Como mostra a Tabela 29, após a instalação da concentração produtiva em Buriti Alegre, no ano base 2006, houve um incremento no número de empresas, especialmente nos anos 2007 e 2010. Mesmo diminuindo esse número, nos anos 2008 e 2009, não houve diminuição do pessoal ocupado total e nem do pessoal assalariado, e sim um crescimento constante do ano 2006 até 2010. A propósito, os dados dos anos de 2000 a 2005 não foram disponibilizados para consulta pública pelo IBGE.

Por outro lado, faz-se necessária a apresentação de alguns dados relativos aos programas sociais, como os benefícios pagos pelo governo federal aos deficientes, idosos e Programa Bolsa Família. As Tabelas 30, 31 e 32 expõem essas informações.

Tabela 30 - Benefícios pagos a Deficientes – 2004 a 2010 – Buriti Alegre (GO)

ANO	Quantidade de Benefícios	Valor Total dos Benefícios (R\$)
2004	74	19.313,26
2005	79	23.790,06
2006	90	31.619,70
2007	93	35.473,92
2008	107	44.405,00
2009	111	51.615,00
2010	116	59.160,00

Fonte: Adaptada de MDS – Programas – Assistência Social (2014)

Os dados apontam um crescimento de 57% na quantidade de benefícios do ano 2004 até o ano 2010, e o total dos benefícios pagos obteve uma melhoria de 206%.

Tabela 31 - Benefícios pagos a Idosos – 2004 a 2010 – Buriti Alegre (GO)

ANO	Quantidade de Benefícios	Valor Total dos Benefícios (R\$)
2004	207	54.024,93
2005	234	70.466,76
2006	258	90.643,14
2007	286	109.091,84
2008	300	124.500,00
2009	293	136.245,00
2010	298	151.980,00

Fonte: Adaptada de MDS – Programas – Assistência Social (2014)

Em relação aos benefícios pagos pelo Governo Federal para idosos, de 2004 a 2010, houve um acréscimo de 43%, enquanto o volume pago variou positivamente em 181%.

Tabela 32 - Benefícios pagos Programa Bolsa Família – 2004 a 2010 – Buriti Alegre (GO)

ANO	Quantidade de Benefícios	Valor Total dos Benefícios (R\$)
2004	252	12.497,00
2005	281	13.183,00
2006	463	22.311,00
2007	424	23.966,00
2008	445	31.082,00
2009	426	31.569,00
2010	434	35.267,00

Fonte: Adaptada de MDS – Programas – Assistência Social (2014)

Tem-se, ainda, os benefícios pagos pelo Governo Federal a título de Programa Bolsa Família, em que o número de benefícios do ano 2004 para o ano 2010 cresceu 72%, enquanto o volume total dos benefícios aumentou 182%.

O Gráfico 12 expõe os dados da Tabela 29.

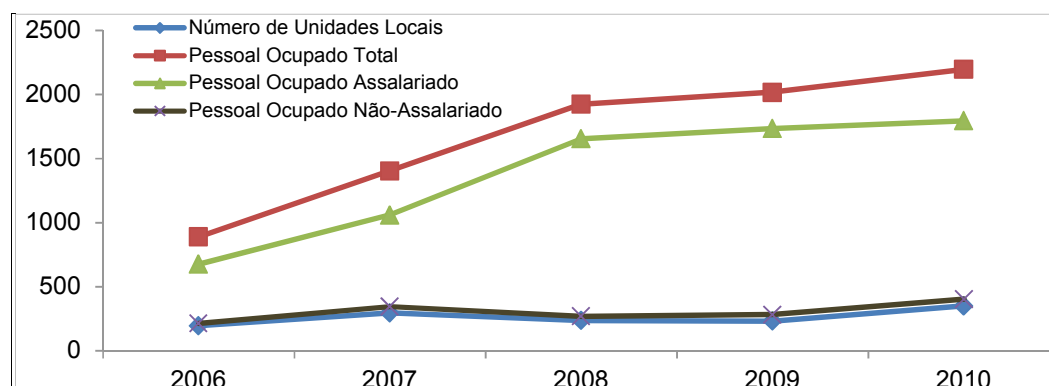


Gráfico 12 - Número de empresas, pessoal ocupado, pessoal assalariado e pessoal ocupado não-assalariado de Buriti Alegre (GO) 2006 a 2010

Fonte: Almeida (2013)

Apesar da ausência de dados do período de 2000 a 2005, de maneira a proporcionar uma comparação de todo o período em estudo, ainda assim é possível perceber que as linhas 'pessoal ocupado total' e 'pessoal ocupado assalariado' mantiveram sempre o sentido ascendente. Nos anos 2006/2007 e 2007/2008 demonstraram maior intensidade no crescimento, exatamente após a implantação da concentração produtiva.

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD (2013), o percentual da população economicamente ativa com 18 anos ou mais passou de 65,33%, em 2000, para 67,06% em 2010. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação no Município, referente ao percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 6,65%, em 2000, para 3,32% em 2010.

Ainda de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD (2013), no município de Buriti Alegre, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos, ou mais: 15,66% trabalhavam no setor agropecuário; 0,00% na indústria extrativa; 19,15% na indústria de transformação; 6,45% no setor de construção; 0,52% nos setores de utilidade pública; 13,81% no comércio; e 38,69% no setor de serviços.

Diante das informações contidas nas Tabelas 29, 30, 31 e 32 é imprescindível fazer uma comparação do peso das rendas, como salários e outras remunerações, e os benefícios pagos a deficientes, idosos e o Programa Bolsa Família. Os Gráficos 13, 14, 15 e 16, a seguir, cuidam de facilitar essa compreensão.

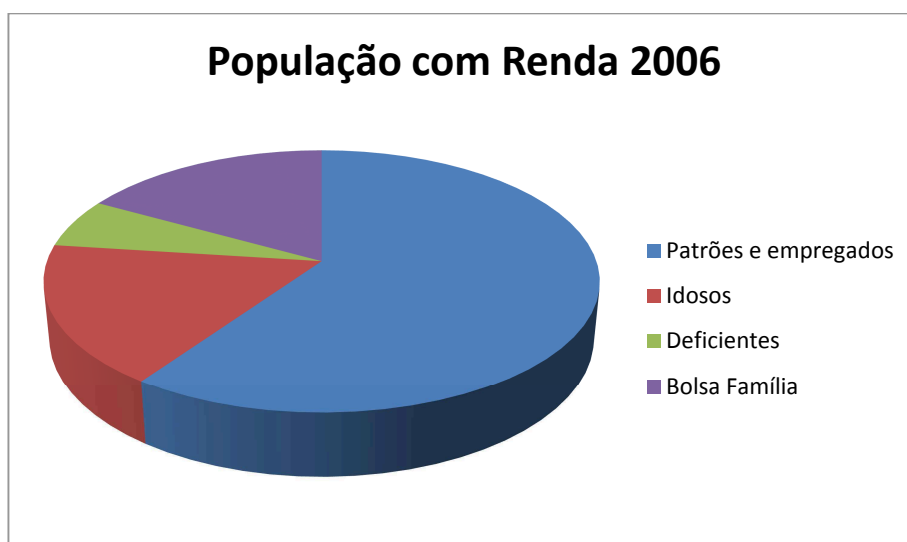


Gráfico 13 – População com renda no município de Buriti Alegre (GO) – 2006
Fonte: Almeida (2014)

O Gráfico 13 demonstra a proporcionalidade do número de pessoas no município de Buriti Alegre que percebiam algum tipo de rendimento formal no ano 2006. Entre patrões e empregados havia 889 pessoas; 258 idosos; 90 deficientes; e 252 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família.

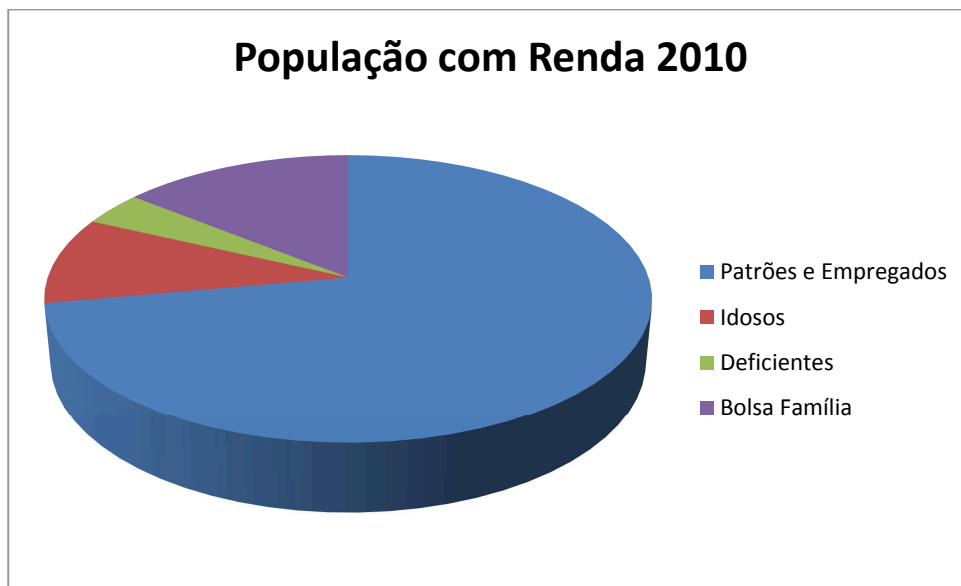


Gráfico 14 – População com renda no município de Buriti Alegre (GO) – 2010
Fonte: Almeida (2014)

No que diz respeito ao Gráfico 14, que demonstra a proporcionalidade do número de pessoas no Município que recebiam algum tipo de remuneração formal em 2010, comparando-se aos números do ano 2006, tem-se o seguinte: patrões e empregados: 2.197 em 2010 e 889 em 2006; idosos: 298 em 2010 e 258 em 2006; deficientes: 116 em 2010 e 90 em 2006; e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família: 434 em 2010 e 252 em 2006.

No que tange à população com renda, comparando-se os dados apontados nos Gráficos 13 e 14, entre 2006 e 2010 ocorreu aumento no número de pessoas com renda nas quatro tipologias de rendimentos comparadas, no entanto, como o número de pessoas integrantes do grupo dos patrões e empregados aumentou bem mais que as outras três tipologias, dá-se a falsa impressão que houve diminuição das demais populações.

Em todo caso, faz-se necessário apresentar também o volume dos rendimentos formais auferidos pela população buritialegrense nos anos 2006 e 2010, de forma a demonstrar o peso de cada setor: patrões e empregados, idosos, deficientes e famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

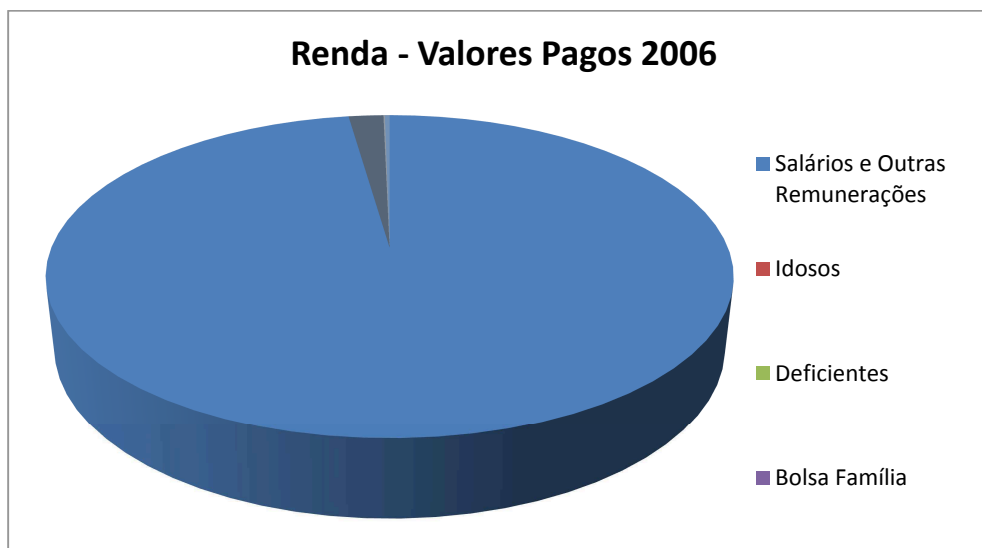


Gráfico 15 – Valores pagos a título de renda no município de Buriti Alegre (GO) – 2006
Fonte: Almeida (2014)

O Gráfico 15 apresenta a proporcionalidade dos valores recebidos pelos segmentos no ano 2006, a saber: patrões e empregados (salários e outras remunerações) receberam R\$ 4.555.000,00; os idosos tiveram benefícios pagos na ordem de R\$ 90.643,14; os deficientes auferiram o valor de R\$ 3.619,70; e o Programa Bolsa Família gastou R\$ 12.497,00.

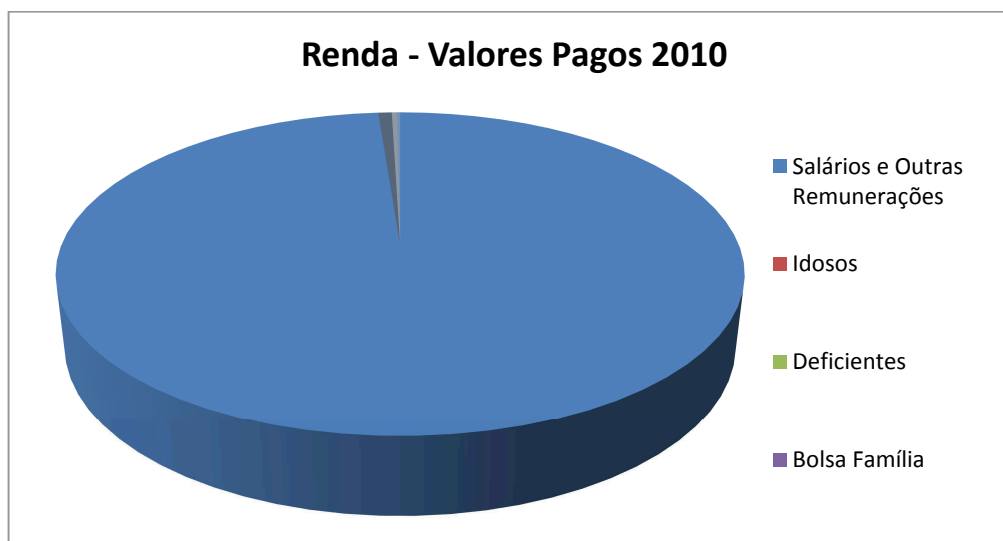


Gráfico 16 – Valores pagos a título de renda no município de Buriti Alegre (GO) – 2010
Fonte: Almeida (2014)

O Gráfico 16 mostra a proporcionalidade dos valores pagos aos segmentos da população que tiveram renda formal no ano 2010. É possível, portanto, compará-los com o ano 2006:

- patrões e empregados: representados por salários e outras remunerações, perceberam o montante de R\$ 19.982.000 em 2010, frente aos R\$ 4.555.000,00 de 2006;
- população de idosos: recebeu R\$ 151.980,00 em 2010, ante os R\$ 90.643,14 de 2006;
- deficientes: auferiram R\$ 59.160,00 em 2010 e R\$ 3.619,70 em 2006; e
- Programa Bolsa Família: contemplou as famílias com R\$ 35.267,00 em 2010 e R\$ 12.497,00 em 2006.

O Gráfico 16 mostra que o volume de recursos transferidos para as famílias na cidade de Buriti Alegre foi quase imperceptível, comparando ao volume de rendimentos produzido pelo pagamento de salários e outras remunerações.

O que contribuiu para a melhoria de alguns indicadores de qualidade de vida no município de Buriti Alegre (GO) foram as condicionalidades de educação e saúde que permeiam os benefícios produzidos pelo Programa Bolsa Família.

Nesse caso, não se deve observar apenas os valores transferidos para cada família nesse tipo de Programa, até porque, conforme disseram Bichir (2010) e Kerstenetzki (2009), as transferências não são capazes de retirá-las da condição de pobreza, representando apenas um alívio àquelas famílias muito pobres, com efeito considerável na diminuição da subnutrição infantil.

A Tabela 33 apresenta mais detalhes a respeito da ocupação da população de 18 anos ou mais no Município, trabalhando, de forma conjunta, as categorias populacional e demográfica; emprego, renda e distribuição da riqueza e a educacional.

Tabela 33 – Ocupação da população de 18 anos ou mais em Buriti Alegre (GO) de 2000/2010

Indicadores	2000	2010
Taxa de atividade	65,33	67,06
Taxa de desocupação	6,65	3,32
Grau de formalização dos ocupados: 18 anos ou mais	31,92	47,80
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com ensino fundamental completo	31,21	55,01
% dos ocupados com ensino médio completo	20,81	35,11
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	57,71	15,39
% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimos	83,72	75,38

Fonte: Adaptada do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 PNUD (2013)

Nas avaliações de Pindyck e Rubinfeld (2006), de Varian (2006), Faucheux e Noël (1995) e de Pearce e Turner (1990), o incremento na geração de empregos após a implantação da concentração produtiva deve ser considerado uma externalidade positiva.

Os empregos gerados, como uma reação em cadeia, produziram mais pessoas com renda, e mais pessoas com renda ocasionaram maior consumo, o maior consumo produziu o recolhimento de mais impostos, mais impostos recolhidos geraram mais receitas para o Município, e mais receitas para o Município produziram mais verbas para serem empregadas nos programas sociais da prefeitura de Buriti Alegre (GO).

De qualquer maneira, a falta de observação dos efeitos das externalidades negativas pode comprometer o desenvolvimento de uma forma geral, pois pode influenciar negativamente os indicadores sociais que dizem respeito à qualidade de vida da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar o município de Buriti Alegre (GO) nos aspectos que mostram a sua evolução econômica no período de 2000 a 2010, e que levaram à melhoria do bem-estar da comunidade buritalegrense. Foram analisados alguns indicadores que retratam a qualidade de vida daquela população, para verificar se houve apenas crescimento ou, de fato, desenvolvimento.

De acordo com o objetivo geral desta pesquisa, que era investigar se os reflexos nos indicadores de desenvolvimento, pela implantação da concentração produtiva, apontaram alavancagem socioeconômica e desenvolvimento local, concluiu-se, a partir da comparação das condições econômico-sociais anteriores e posteriores à implantação, que houve desenvolvimento.

Além da melhoria no aspecto econômico, com o aumento das receitas em razão da instalação de novas empresas e da geração de novos empregos, destaca-se a evolução no aspecto social, especialmente no que diz respeito à valorização da vida e das pessoas, como a redução da mortalidade infantil; a diminuição da população vulnerável à pobreza; a queda na concentração da renda, apontada pelo Índice de Gini, e à longevidade dos moradores do Município, já que a expectativa de vida ao nascer ganhou quatro anos.

Nesse escopo de melhorias destaca-se a taxa de alfabetização. Apesar de Buriti Alegre estar em um patamar inferior aos números do estado de Goiás, em valores absolutos, proporcionalmente o Município obteve resultados melhores que os do Estado, conforme demonstra a Tabela 18.

É certo que programas sociais, como o Bolsa Família, colaboraram para a melhoria da qualidade de vida, nem tanto pelo valor das transferências, mas pelos trabalhos realizados com as crianças e as gestantes, dada a obrigatoriedade da frequência escolar e do acompanhamento gestacional das grávidas e nutricional dos recém-nascidos, que são as condicionalidades do Programa.

Além da geração de emprego e renda ocasionada pela instalação da concentração produtiva, os programas sociais contribuíram para pôr um fim ao ciclo intergeracional da pobreza no município de Buriti Alegre. Não que esses programas consigam remover as famílias da pobreza, mas atenuam a situação daquelas muito

pobres. Os benefícios do Programa Bolsa Família, somados aos benefícios pagos a deficientes e aos idosos, acabam aumentando o volume de recursos circulando na cidade, especialmente no comércio, conforme percebido nas observações assistemáticas realizadas na fase de pesquisa.

No município de Buriti Alegre (GO) é preciso verificar, urgentemente, porque há crianças de seis a 14 anos fora da escola, conforme demonstra a Tabela 27, contrariando as condicionalidades do Programa Bolsa Família para a educação, se é que essas crianças têm origem nas famílias amparadas pelo Programa.

Mesmo havendo comprovadamente o desenvolvimento de Buriti Alegre, o resultado da busca de dados referentes ao Município aponta que seus gestores não desenvolveram ações para aproveitar um momento tão favorável ao pleno desenvolvimento, buscando o desenvolvimento sustentável, desejável por envolver também a dimensão ambiental.

Espera-se que em projetos futuros para Buriti Alegre, ou mesmo para outros municípios, serão observadas as questões ligadas às externalidades, inclusive com direcionamento de recursos suficientes para implantar ações preventivas de degradação ambiental, de eliminação, ou pelo menos diminuição, de fontes causadoras de poluição.

Os reflexos nos indicadores de desenvolvimento, da implantação de uma concentração produtiva no município de Buriti Alegre apontam a melhoria das condições econômicas e sociais, deixando a desejar em alguns aspectos relacionados às condições ambientais, como a falta de uma estação de tratamento de esgoto sanitário, necessidade de ampliação da rede coletora de esgoto residencial e industrial, implantação de um aterro sanitário, ou estação de tratamento de resíduos sólidos, e serviço de transporte coletivo.

Enfim, a falta de planejamento municipal por parte dos gestores públicos, na ocasião da instalação das empresas que formaram a concentração produtiva, impediu que o Município pudesse aproveitar melhor as suas potencialidades e, assim, promover o desenvolvimento sustentável, dando atenção às dimensões econômica, social e ambiental, pelo menos.

Em razão disso, a não observação das externalidades negativas impediu que o desenvolvimento fosse mais abrangente. A constatação durante esta pesquisa de que a arrecadação municipal aumentou consideravelmente, e que o Município não investiu na implantação de um aterro sanitário e/ou uma usina para reciclagem do

lixo ou tratamento dos resíduos sólidos, em substituição ao lixão que apresenta contaminação do solo por metais pesados e que poderá contaminar o lençol freático, demonstra a falta de planejamento e até mesmo desrespeito com a população local.

Ainda nesse aspecto, a proporção de veículos por habitante cresceu consideravelmente, o que, por um lado, pode ser uma externalidade positiva, pois gera conforto no deslocamento das pessoas, ainda mais a cidade possuindo aclives e declives acentuados, dificultando o uso de bicicletas ou até mesmo o simples caminhar.

A análise do ponto de vista ambiental aponta, porém, que esse fato acaba se tornando uma externalidade negativa, uma vez que a poluição do ar provocada pelos escapamentos dos veículos acaba trazendo prejuízos à saúde da população. Para resolver esse problema, mesmo a cidade de Buriti Alegre (GO) sendo pequena, a municipalidade poderia ter planejado a implantação de transporte coletivo, o que diminuiria a circulação de veículos nas ruas da cidade, melhorando as condições do ar.

Diante disso, é primordial que para novos projetos ou melhoria dos atuais, sejam observadas as pesquisas ligadas ao Planejamento e Desenvolvimento Regional, como forma de eliminar as falhas e otimizar as ações que busquem o pleno desenvolvimento.

Outro aspecto que merece destaque é que, para pesquisas futuras, seria conveniente estudar outros municípios com fenômenos semelhantes, além de verificar se haveria variação nos resultados aqui obtidos caso o segmento industrial instalado fosse outro, como, por exemplo, siderurgia ou mineração, ou algo que não fosse ligado ao agronegócio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociedade capitalista. *In: Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

AGÊNCIA ESTADO. BRF anuncia reestruturação na área de operações. **Milknet**. Edição de 24/02/2014. Disponível em: <<http://www.milknet.com.br/?pg=noticia&id=24297&buscador=BRF-ANUNCIA-REESTRUTURACAO-NA-AREA-DE-OPERACOES&local=1>>. Acesso em 26/jun./2014.

ALVES, J. A. B. Arranjo produtivo local e desenvolvimento regional: uma reflexão do APL de Turismo Rota da Amizade (SC, Brasil). *In: Turismo e Sociedade*. Curitiba. v. 3. n. 1. p. 8-36. abr./2010.

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. P. Avaliação de impactos das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 56, nº 3, 2013.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de Pós-Graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na berlinda? Os atuais desafios dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos**, nº 87, julho, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/set./2012.

_____. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996-Lei Kandir**: Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp87.htm>. Acesso em: 04/set./2012.

BURITI ALEGRE. **Nossa cidade**. 2012. Disponível em: <<http://www.prefeituraburitialegre.com.br>>. Acesso em: 26/ago./2012.

CARLEIAL, L.; CRUZ, B. **A hora e a vez do desenvolvimento regional brasileiro: uma proposta de longo prazo**. Texto para discussão do IPEA. Rio de Janeiro: IPEA, abr./2012.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. Predisposição para formação de capital social entre comerciantes dos corredores comerciais da região central do município de São José dos Campos/SP. *In: Desenvolvimento em Questão*. Rio Grande do Sul: Unijuí. ano 9. n. 18. p. 169-195. jul.-dez./2011.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo: Atlas, 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE GOIÁS (DETRAN-GO). **Veículos incluídos por tipos e combustíveis 2000 a 2010**. Localidade: Buriti Alegre. Fac-símile.

EBERHARDT, P. H. C.; LIMA, J. F. Evolução e estágio do desenvolvimento econômico regional: o caso das regiões do Paraná. *In: DRd- Desenvolvimento Regional em debate*. Ano 2.n. 1. p. 189-203. jul./2012.

FAUCHEUX, S.; NOËL, J-F. **Economia dos recursos naturais e do meio ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **IFDM Consulta ao índice**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=GO&IdCidade=520390&Indicador=1&Ano=2000>>. Acesso em: 13/ago./2013.

_____. **IFDM Consulta ao índice**. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=GO&IdCidade=&Indicador=1&Ano=2010>>. Acesso em: 18/ago./2013.

FERREIRA, V. R. T.; MOUSQUER, D. N. Observação em Psicologia Clínica. **Revista de Psicologia da UnC**, vol. 2, n. 1, p. 54-61.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35 n. 3, p. 20 a 29, mai/jun 1995.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. (Org.). **Qualidade de vida e atividade física: explorando teoria e prática**. Barueri: Manole, 2004.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
HADDAD, P. R. (Org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de cluster**. Brasília: CNPq/Embrapa, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Primeiros dados do censo 2010**: população e dados do estado de Goiás. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=52>. Acesso em: 30/ago./2012.

_____. **Indicadores sociais mínimos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/default_minimos.shtm>. Acesso em 03/fev./2013.

_____. **Estatísticas do cadastro central de empresas**: informações Estatísticas de Goiás e de Buriti Alegre. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520390&search=goias|buriti-alegre>>. Acesso em: 16/nov./2013.

_____. **Mapa do estado de Goiás**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/politico-administrativo/estaduais>>. Acesso em: 26/dez./2013.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB). **Estatísticas municipais**: indicadores financeiros. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 29/ago./2012.

_____. **Estatísticas municipais**: indicadores sociais. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 23/set./2012.

_____. **Informações municipais**: perfil dos municípios goianos/estatísticas municipais. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 18/ago./2013.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, vol. 36, n. 1, pp. 51-72, Jan./Fev. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6427>>. Acesso em: 19/jun./2014.

KERSTENETZKY, C. L. Redistribuição e Desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 1, 2009, PP. 53 a 83.

LAMPREIA, L. F. **Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social**. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08/fev./2013.

LIMA, E. S. SADIA/BRFoods compra a Goiaves por R\$ 60 milhões. **Clipping Eletrônico**. SEFAZ. Economia. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/clipping/impressao.ASP?id=12780&dt=8/1/2008&grupo=>>. Acesso em 20 ago.2012.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. Indicadores econômicos: economia empresarial. *In: Coleção Gestão Empresarial*. Curitiba: FAZ Gazeta do Povo, 2002.

MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *In: Economia e Sociedade*. Campinas. v. 17.n. 1 (32). p. 53-84.abr. /2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. Tradução de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELLO, B. C. B. O papel da redução do IPI no combate aos efeitos da crise econômica mundial no Brasil. *In: Revista Âmbito Jurídico*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8640>. Acesso em 28/jun./2014.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *In: Ciência & Saúde Coletiva*. vol. 5.n. 1.p. 7-18. 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED)**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/caged/>>. Acesso em: 25/abr./2012.

_____. **Relação anual de informações sociais (RAIS)**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 25/abr./2012.

MONTEIRO, L. Goiás inaugura 2º maior abatedouro de frangos. **Clipping Eletrônico**. SEFAZ. Economia. 2007. Disponível em: <<http://www.sefaz.go.gov.br/clipping/impressao?id=11748&dt=16/8/2007&grupo>>. Acesso em: 20/ago./2012.

MONTEIRO, R.; BRAILE, D. M.; BRANDAU, R.; JATENE, F. B. Qualidade de vida em foco. *In: Revista BrasCirCardiovasc*. São José do Rio Preto.v. 25. n. 4. dez./2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-76382010000400022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17/ago./2013.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e meio ambiente**. Brasília: Finatec, 2007.

NASSER, B. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o estudo dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. *In: Revista do BNDES*. Rio de Janeiro. v. 7.n. 14.p. 145-178. dez./2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev1406.pdf>. Acesso em: 06/fev./2013.

OLIVEIRA, E. A. A. Q.; QUINTAIROS, P. C. R. Estudo das disparidades econômicas e tecnológicas no desenvolvimento regional desequilibrado do Vale do Paraíba. *In: Revista G&DR*. v. 7. n. 2. p. 256-281. mai.-ago./2011, Taubaté, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20/ago./2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **WHOQOL - SRPB Field-Test Instrument**. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/77777/1/WHO_MSD_MER_Rev.2012.04_eng.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PANZINI, R. G.; ROCHA, N. S.; BANDEIRA, D. R.; FLECK, M. P. A. Qualidade de vida e espiritualidade. *In: Revista de Psiquiatria Clínica*. São Paulo, v. 34. supl. 1. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000700014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago.2013.

PARETO, V. **Manual de economia política**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PARRA FILHO, D.; SANTOS, J. A. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2001.

PEARCE, D. W.; TURNER, R. K. **Economics of natural resources and the environment**. Baltimore, USA: The Johns Hopkins University Press, 1990.

PECONICK, A. **RH esse desconhecido: saiba o que é o Turnover**. 2008. Disponível em: <http://www.grupolet.com/noticias_20081027_turnover.asp>. Acesso em: 28/dez./2013.

PESSALI, H.; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. *In: Nova Economia*. Belo Horizonte. v. 20.n. 1.p. 11-37.jan.-abr./2010.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, novembro/2001.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. Tradução de Eleutério Prado e Thelma Guimarães. 6.ed.São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

PORTER, M. E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 26. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

POSTALI, F. A. S.; NISHIJIMA, M. Distribuição das rendas do petróleo e indicadores de desenvolvimento municipal no Brasil nos anos 2000. *In: Estudos Econômicos*. São Paulo. v. 41. n. 2. jun./2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18/ago./2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**: perfil do município de Buriti Alegre, GO. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 02/jan./2014.

_____. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2009/2010**. Valores e desenvolvimento humano. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/rdh_Brasil_2009_2010.pdf>. Acesso em: 10/jun/2014.

REIS, B. P. W. O mercado e a norma: o estado moderno e a intervenção pública na economia. **RBCS**. vol. 18. nº 52. p. 55-79. jun./2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social** : métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, A. D. ; OKABE, I. ; MARTINS, M.E.A. ; MACHADO, P.H.B. ; MELLO, T. C. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? *In: Ciências & Saúde Coletiva*. vol. 5.n.1.p. 63-81, 2000.

RODRIGUES, G. C. **Avaliação dos indicadores de sustentabilidade para os resíduos sólidos de Buriti Alegre/GO**: subsídio ao desenvolvimento sustentável. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2000.

SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. Pobreza e política social: a implantação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciências & Saúde Coletiva**, 17(5): 1215-1224, 2012.

SAUAIA, A. C. A.; KALLÁS, D. O dilema cooperação-competição em mercados concorrenciais: o conflito do oligopólio tratado em um jogo de empresas. *In: RAC*, 1.ed. especial, p. 77-101, 2007.

SAY, J-B. **Tratado de economia política**. Tradução Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Tradução de Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SECRETARIA DA FAZENDADO ESTADO DE GOIÁS. **Relatório sintético de repasses por município**. Disponível em: <http://www.sefaz.go.gov.br/DistribuicaoICMS/Relatorio/rltDistribuicaoICMSMunicipio_s_c.asp>. Acesso em: 04/set./2012.

_____. **O que é o índice de participação dos municípios**. Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/IPM/IPM_2006/IPM_PORTAL.htm>. Acesso em: 04/set./2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. São Paulo, n. 28-29, abr./1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28/out./2013.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. *In: Desenvolvimento em Questão*. Rio Grande do Sul: Unijuí. ano 1. n. 1. p. 45-71. jan.-jun./2003.

SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. **Economia e mercados**: introdução à economia. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SILVA, M. S. P. Plano de trabalho da escola: indicações teórico-metodológicas para a sua elaboração. **Ensino em Re-vista**, vol. 6, n. 1, p. 95-115, jul/97-jun/98.

SILVA, M. A. Técnica da observação nas ciências humanas. **Educativa**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 413-423, jul./dez. 2013.

SIQUEIRA, T. V.; SIFFORT FILHO, N. F. Desenvolvimento regional no Brasil: tendências e novas perspectivas. *In: Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 8. n. 16. p. 79-118. dez./2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Revista_do_BNDES/200112_14.html>. Acesso em: 03/fev./2013.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J-P. **Mismeasuring our lives: why GDP doesn't add up / the report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**. New York, NY: The New Press, 2010.

TAVARES, B.; ANTONIALLI, L. M.; SANTOS, M. I. P. Influência das características das aglomerações sobre a geração de externalidades para as empresas. *In: RIAE – Revista Ibero-Americana de Estratégia*. São Paulo. v. 9. n. 2. p. 114-140. mai.-ago./2010.

THEIS, I. M.; ALMEIDA, D. A. Os enfoques convencionais da inovação e suas implicações socioespaciais em formações periféricas. *In: Revista G&DR*, Taubaté. v. 6. n. 1. p. 118-136. jan.-abr./2010.

TORRES, H. G.; FERREIRA, M. P.; DINI, N. P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. *In: São Paulo Perspectiva*. São Paulo. v. 17. n. 3-4. dez./2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392003000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08/fev./2013.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. **Evolução do salário mínimo**. Disponível em: <<http://www.trt3.jus.br/informe/calculos/minimo.htm>>. Acesso em: 30/set./2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Unidade acadêmica de engenharia civil**: biografias. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/EcACPigu.html>>. Acesso em: 17/nov./2013.

VARIAN, H. R. **Microeconomia princípios básicos**: uma abordagem moderna. 7. ed. Tradução Maria José Cyhlar Monteiro e Ricardo Doninelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VEDOVELLO, C.; PUGA, F. P.; FELIX, M. Criação de infraestruturas tecnológicas: a experiência brasileira de incubadoras de empresas. *In: Revista do BNDES*. Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 183-214, dez./2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/ConsultaExpressa/Tipo/Revista_do_BNDES/200112_14.html>. Acesso em: 11/abr./2013.

VENTURI, J. L. **Bases conceituais e estruturais para a formatação e desenvolvimento de redes de empresas**. Rio do Sul: Nova Era, 2008.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. *In: Revista G&DR*. Taubaté. v. 8. n. 2. p. 344-369. mai.-ago./2012.